

Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília
Programa de pós-graduação em Ciências Sociais

Leonardo Borges da Cruz

**Anti-racismo em Marília: trajetórias e perspectivas de
luta do movimento negro atual.**

Marília

2006

Leonardo Borges da Cruz

Anti-racismo em Marília: trajetórias e perspectivas de luta do movimento negro atual.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista campus de Marília-SP, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Andreas Hofbauer.

**Marília
2006**

Folha de Aprovação

Prof. Dr. Andreas Hofbauer: _____

Prof^a. Dr^a. Claude Lépine: _____

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério: _____

A meu casal de filhos, Ana Flora e Artur.

Agradecimentos

Ao tentar lembrar daqueles(as) que participaram de alguma maneira na constituição do presente trabalho devo confessar certo receio de não citar todos(as) aqueles(as) que deveriam. Assim, respeitarei minha memória na ordem em que as lembranças vierem à tona, sem manipular ordem de importância.

Agradeço, evidentemente aos orixás pelos caminhos abertos, assim como pelo axé

Agradeço ao meu povo de Uberaba, pelo apoio, principalmente afetivo. Foi de muita importância saber que eu posso contar com carinho dos parentes. Cito - em nome de todos - meus avós.

A meus pais pela casa, comida, e educação – pode ser que eu tenha aproveitado mal, mas eles tentaram (...) e ainda tentam.

A meus irmãos pelo incentivo aos estudos *ad infinitum*, assim como pelos exemplos.

Aos amigos em geral pelo óbvio: amizade. Também por compartilhar momentos de alegrias e problemas, mesmo quando eu necessitava chegar atrasado, seja por ser pai, ou por estar mestrando, ou por ser desorganizado.

À Agnes, Paulo, Sofia, Virgínia, Andinho, Leozinho, Sueli e Iramaia pela recepção naqueles lares onde fui carinhosamente recebido para cumprir as disciplinas do mestrado. Para além disso, agradeço por compartilharem ótimos pedaços de nossas vidas.

Ao Leozinho, reafirmo minha esperança de voltarmos a estudar juntos. Se anteriormente a intenção era de fazermos o mestrado, agora é para o doutorado. Que Exu, Iansã, Xangô e os demais orixás - a quem devo toda minha gratidão - nos guiem por estes caminhos em breve!

À “minha irmã” Dani Rosa pelos aconselhamentos intelectuais. Muito do que posso dizer sobre o TEN foi-me apresentado por ela.

Ao Rodrigo de Marília. Seu sucesso é muito pouco para o que você merece!

À grande pequena Renata, que mesmo longe tem contribuído para a construção deste trabalho.

Ao amigo Ronai. É sempre bom saber que estou acompanhado - um pouco de longe, é verdade - por alguém de extrema inteligência e determinação. Isto “contagia”.

Ao Tio Wagner e Tia Fátima pela “*mão amiga*” em minha estada em Bragança Paulista.

Aos meus cunhados e famílias pela prestatividade. Em especial, publico minha gratidão ao Tio Cacá por tudo o que tem feito pra que minhas ausências não sejam tão doloridas para meus filhos.

Às amigas de Florianópolis e Rodrigo de BH. A companhia nos Congressos de Pesquisadores Negros só poderia ser melhor se os COPENE’s fossem mais longos. Estou ansioso para ver Carina e Renata no mestrado.

Aos colegas de trabalho, que compreenderam minhas ausências (mais mentais do que físicas) durante estes três anos.

À turma do futebol e do churrasco. Aprendi que para manter-me sem estresse é preciso um pouco de diversão.

Agradeço às pessoas que contribuíram para que esta dissertação fosse corrigida. Às meninas da biblioteca da FAEX e à Daniela pela correção gramatical. E um especial agradecimento à Mariana, pelas correções nas traduções do inglês para o português.

À Daniela agradeço ainda pelo financiamento que recebi no primeiro ano de mestrado, sem os quais não seria possível escrever agora. Obrigado!

É óbvio que devo muita gratidão ao meu orientador. Como eu e muitos colegas de mestrado já imaginávamos, não o que reclamar de seu trabalho. A diferença de agora para o trabalho na graduação é que minha admiração, respeito e gratidão por Andreas Hofbauer só aumentaram em função exponencial. Agradeço mais do que pela orientação, pela sensibilidade de um irmão, o rigor de um pai, atenção de uma mãe e companheirismo de um avô. Lembre-se que fará falta no próximo ano.

À professora Claude Lépine pelas críticas ao texto de qualificação. Aos ensinamentos durante seis meses de disciplina cursada como aluno *vip*. E principalmente pela compreensão da importância da participação em eventos e pesquisas, que ficou patente na sua condução do NUPE-Marília.

Aos companheiros do NUPE pelo estímulo e companhia. Sabemos das dificuldades de pesquisar o racismo, sendo negros e numa cultura racista.

Sou extremamente grato aos militantes negros(as) de Marília. Espero poder estar correspondendo em qualidade do trabalho às expectativas dos membros do GEN, da CAROAB, dos APN’s e do CMN. Agradecimentos especiais à Leni, Ana Lúcia, Elionora, Vera Balbino, Alex, Roberto e Lourival.

Não posso esquecer de agradecer *in memoriam* pelo apoio e incentivo dado pela Conselheira Ivete. Fica o reconhecimento de uma vida de trabalho ao fim do racismo. Que os orixás te acompanhem!

Agradeço ao CNPq pela bolsa. Foi de enorme valia, viabilizando a participação em eventos e compra de alguns livros.

Ao professor Valter Silvério por algo que eu imagino que ele não saiba. Desde setembro de 2003 que me preocupo com algumas questões que foram apresentadas por ele na primeira conversa que tivemos. Dali surgiram alguns pontos que serão apresentados neste texto. Aos apoios nos COPENE's e no Projeto São Paulo Educando pela Diferença para a Igualdade.

À professora Celinha. Toda a reverência (...) sem palavras!

Aos profissionais do PPGCS da UNESP-Marília, especialmente às meninas da seção de pós-graduação. O que seria de mim sem o “jeitinho” delas. Agradeço profundamente pela minha oportunidade de prosseguir nos estudos sobre algo que ainda necessita ser explorado.

Por fim agradeço a meus filhos. Estes últimos dois anos foram de pouca presença (minha) e muita paciência (deles). Ao Artur que chegou no meio do mestrado. Quanto carinho, alegria e manha neste garoto. Mas que pai que não se lembra feliz das travessuras dos(as) filhos(as)?! À Ana Flora pela companhia. Literalmente, ela me fez companhia enquanto escrevia. Aliás, os dois. Mas ela este por mais tempo – mesmo porque ela é mais velha. É maravilhoso para um pai em fase de escrita da dissertação ter a companhia da filha ao escrever, porque ela ficava brincando com seus livros – *Menino Marrom, Bruna e a Galinha D'Angola*, etc.

Às duas pessoas que mais amo dedico esta dissertação de mestrado.

CRUZ, Leonardo Borges da. Anti-racismo em Marília: trajetórias e perspectivas de luta do movimento negro atual. 2006, 206 fls. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista campus de Marília-SP, 2006.

Resumo

O movimento negro atualmente tem recebido uma atenção diferente, por parte de intelectuais. As recentes conquistas para a população negra no Brasil são compreendidas, por alguns, como fruto de uma dádiva das elites brasileiras. Esta tese seria sustentada pela idéia de que o movimento negro não tem força suficiente para impor as ações afirmativas no Brasil. Ele seria desordenado, carente de um elemento norteador. Uma prova dessa ineficiência seria a ausência de um movimento negro de massa. Contestando tal tese, esta dissertação de mestrado retoma alguns debates sobre o movimento contestatório dos(as) negros(as) no Brasil. Para tanto, a abordagem diacrônica será utilizada, possibilitando o entendimento da trajetória realizada por esta militância desde o início do século XX. Perceberemos, por meio da aproximação entre o pensamento sociológico e antropológico sobre o tema, que a militância negra anti-racista vem abandonando aqueles pressupostos do racismo, presentes no início do período republicano brasileiro. Em seu lugar, um conjunto de estratégias que visam a conquista da igualdade através do reconhecimento das diferenças entre negros(as) e não-negros(as) é observado. Assim, o Conselho Municipal do Negro de Marília-SP e o Grupo de Educadores Negros de Marília-SP serão estudados como representativos do movimento negro atual. Observamos ainda que a militância negra tem proposto ações afirmativas para negros(as). Isto se tornou possível a partir do momento em que esta militância alterou sua percepção de cultura nacional, de híbrida, para plural. Assim, a perspectiva de luta universalista tem sido substituída pela perspectiva diferencialista. As práticas culturalistas têm perdido espaço entre a militância negra, mesmo porque esta perspectiva de luta não logrou frutos muito positivos aos negros(a), no entendimento de militantes negros(as). O retorno - “simbólico” quase sempre - à África e a intelectualização do movimento negro são obras recentes e que caracterizam esta metamorfose na estruturação do movimento negro brasileiro. Do ponto de vista das estratégias, a educação permanece ainda como elemento central, mas seu significado para o movimento negro é outro.

Palavras-Chaves: Movimento Negro; Perspectivas de luta; Cultura nacional; Conselho Municipal do Negro; Grupo de Educadores Negros.

Abstract

Nowadays, the black movement has been given a special attention by the intellectuals. The recent conquest to the black population in Brazil are understood a product of a gift from brazilian elites. This thesis would be based on the idea that the black movement has no enough power to impose affirmative actions in Brazil. It would be disordered, lacking a guide element. The lack of black movement from the masses prove this inefficiency. Contesting such thing, this master essay recovers some discussions about black contestable movement in Brazil. Therefore, the diachronic approach will be used to make clear the trajectory of this militancy since the XX century. It will be noticed by the approximation between sociologist and anthropologist themes that the black militancy against racism has been leaving those racial presumes, which were there in the beginning of the republican brazilian period. In spite of this subject, an arrange of ways which look for equality conquest through the difference between black and white people recognition is observed. Though, the “Conselho Municipal do Negro de Marília-SP” and the “Grupo de Educadores Negros de Marília-SP” will be studied as representatives of the present black movement. It will also be observed that the black militancy has proposed affirmative actions to black people. It was possible since the time this militancy changed its knowledge of national culture from hybrid to plural. So, universalist effort view has been changed by the differentiable one. The cultural practices have lost space in black militancy, because this perspective of effort doesn't get positive results to black people, in the black militancy opinion. Going back to África (generally symbolical) and intellectuality of the black movement organization. Strategies point of view believe that education still is a central element, but the black movement see it with another eyes.

Key-words: Black Movement; Perspective Effort; National Culture; Conselho Municipal do Negro; Grupo de Educadores Negros.

Lista de Ilustrações

Figura 1	45
Figura 2	46
Figura 3	47
Figura 4	48
Figura 5	49
Figura 6	49
Figura 7	50
Figura 8	55
Figura 9	57
Figura 10	67
Figura 11	71
Figura 12	79
Figura 13	81
Figura 14	82
Figura 15	83

Sumário

Introdução	13
Capítulo I: Fatos e fatos na construção do movimento negro marliense	28
1.1 - O caso em geral	29
1.2 - A descrição dos acontecimentos ou o trabalho de campo.....	34
1.2.1 - Num primeiro momento, o Conselho	35
1.2.2 - O Conselho em cena	43
1.3 - Grupo de Educadores Negros	66
Capítulo II: O movimento negro brasileiro numa perspectiva diacrônica	89
2.1 - Primeiros passos	91
2.2 - As associações negras	93
2.3 - Alternativa negra para a comunicação	96
2.4 - Frente Negra Brasileira	98
2.5 - Importante alteração de rota	104
2.6 - Do Marxismo ao diferencialismo cultural	109
2.7 - Anos 80 e o ingresso nas instituições políticas públicas	114
2.8 - Mulheres negras	119

2.9 - De assimilado(a) a diferente	122
Capítulo III: Perspectivas de luta em Marília	128
3.1 - A importância do conflito	130
3.2 - Percepções de igualdade	136
3.2.1 - Igualdade pela homogeneização	136
3.2.2 - Igualdade pela diferença	138
Capítulo IV: Percepções de nossa cultura: movimento negro mariliense e a academia	146
4.1 - E nossa cultura mestiça	148
4.2 - Comportamento social ambíguo ou cultura ambígua	157
4.3 - Cultura plural	171
Considerações finais	179
Referências	198

“‘Here, in Brazil, gods and men have happily become inextricably mingled’, wrote Jorge Amado, Brazil’s most beloved novelist. It’s rich mixture – of people, traditions, ideas, and cultures – that first gave Brazil its voice, and still inspires what Amado calls the ‘expansive imagination of everything great in Brazil’ (...).”

(HUSCHER, PHILLIP)

Introdução

Certa vez um renomado pesquisador (Hanchard, 2001) citou uma frase bastante conhecida entre militantes negros que causava um grande repúdio. A idéia central era que o movimento negro no Brasil seria desorganizado e sem rumo, decorrendo daí sua incapacidade de romper a hegemonia racial exercida por parcela da população branca brasileira.

Ao ler aquele texto, uma profunda inquietação surgiu, dando fôlego para que a presente pesquisa se fizesse. A hegemonia racial exercida pela população branca no Brasil, através do mito de democracia racial estaria reinando absolutamente enquanto o movimento negro brasileiro “patinava”. De fato, o mito de democracia racial - apresentado na epígrafe acima -, assim como o ideário de branqueamento ainda atua com grande força nas mentes de brasileiros(as). Mas parece-nos que a hegemonia racial vem sofrendo alterações, na medida em que a militância negra tem rediscutido a própria constituição populacional e cultural do Brasil.

Naquela época, em fins do ano de 2003, este trabalho estava no fim de sua primeira fase (como monografia final no curso de Ciências Sociais, pela UNESP/Marília). Foi então que começamos a trabalhar no sentido de compreender até que ponto existe uma hegemonia racial contra a população negra brasileira, assim como a existência de um movimento negro desorganizado. Não parecia ser precisa aquela afirmação, uma vez que nos noticiários era cada vez mais comum a discussão sobre as cotas para negros(as) em universidades públicas - especialmente o caso das estaduais do estado do Rio de Janeiro, como a UERJ por exemplo.

A reserva de vagas para a concorrência entre negros(as) - no vestibular, no emprego, etc. - seria uma dádiva de uma elite supostamente racista e hegemônica para aqueles(as) que teriam promovido grande parte do desenvolvimento econômico brasileiro, a cultura brasileira e outros tantos campos em que a presença dos(as) africanos(as) pode ser percebida? A hipótese contrária nos pareceu ser um interessante ponto de partida para uma investigação científica a respeito da militância negra anti-racista no Brasil no começo do século XXI.

Considerando que já havíamos empreendido uma pesquisa junto ao Conselho Municipal do Negro de Marília¹, nossa atenção passou a se voltar para a articulação entre o CMN e outros grupos do movimento negro, especialmente em Marília. São eles: Grupo de Educadores Negros² e Agentes de Pastoral Negros³.

À medida que o trabalho e o tempo foram avançando, fomos “aparando algumas arestas” no sentido de definir melhor nosso objeto de pesquisa, objetivos etc. Então, como trabalho de mestrado⁴, passamos a incluir a Comissão Anti-racismo da OAB/Marília. Mais adiante, sentimos a necessidade de abordar os seguintes grupos: Conselho Municipal do Negro, Grupo de Educadores Negros e Comissão Anti-racismo da OAB/Marília⁵. Apesar de nosso enfoque prioritário ser oferecido ao CMN e ao GEN, a CAROAB, assim como os APN's têm uma pequena participação neste trabalho.

Tal recorte se deve ao fato de que no cenário que nos interessa a consideração dos Agentes de Pastoral Negros como movimento negro seria problemática e inócua. Sua atuação, no tocante às ações anti-racistas é bastante escassa, confinando-se a poucos

¹ No decorrer do trabalho o Conselho Municipal do Negro de Marília poderá ser chamado de CMN ou Conselho para fins de abreviar palavras.

² No decorrer do trabalho o Grupo de Educadores Negros poderá ser chamado de GEN, ou Grupo para fins de abreviar palavras.

³ No decorrer do trabalho os Agentes de Pastoral Negros poderão ser chamados de APN's para fins de abreviar palavras

⁴ Optamos pela pesquisa participante - em alguns casos entrevistamos mais de uma vez. Aproximadamente vinte e cinco pessoas têm sido entrevistadas por nós.

encontros religiosos ao longo dos anos e a conhecida e aplaudida Missa Afro - realizada próximo do dia 20 de novembro de cada ano.

Esta Missa Afro é considerada um ponto alto da organização dos(as) negros(as) em Marília. É, efetivamente, um evento muito disputado por espectadores de diversas populações, credos religiosos, classes sociais. Entretanto, sua penetração em termos políticos é muito limitada. Quem se faz presente ali, geralmente não têm compromissos de militância anti-racista. Assim sendo, a Missa Afro é vista pelos espectadores como uma missa “diferente”, mas não como um movimento político, reivindicatório.

Antes de tudo é necessário afirmarmos que entendemos por movimento negro um conjunto de instituições, geralmente oriundas da população negra, preocupadas em oferecer respostas ao sofrimento decorrente do racismo - compreendido como um mosaico de discriminação racial, do preconceito racial e dos discursos ideológicos racistas presentes no dia-a-dia. Mais do que isto, trata-se de grupos de indivíduos que assim se mobilizam na tentativa de obterem resultados eminentemente políticos⁶. A existência de firmas reconhecidas, pessoa jurídica ou algo do gênero torna-se de pouca importância neste trabalho. O ponto central do que estamos chamando de Movimento Negro é a conjunção de indivíduos no propósito de constituir uma representação daqueles(as) que pretendem um mundo menos desigual entre negros(as) e brancos(as). Assim, a militância individual, tal como aquela militância cujo foco central seja outro que não a superação ou diminuição do racismo - e seus efeitos têm sua importância, mas não constitui nossa idéia de movimento negro em questão, neste trabalho.

⁵ No decorrer do trabalho a Comissão anti-racismo da Ordem dos Advogados do Brasil/seccional Marília poderá ser chamada de CAROAB para fins de abreviar palavras

⁶ Busca-se alterar a relação assimétrica de forças políticas, simbólicas e privilégios entre os grupos “raciais” - aqui denominados populações

Outrossim, os APN's têm, no cenário estudado, uma posição de grande isolamento em relação aos demais grupos. Poucos pontos poderiam ser explorados na busca da compreensão das articulações entre os diversos grupos.

Assim entendido o que podemos denominar movimento negro ou militância negra, coube a nós, construir uma compreensão da estrutura e dinâmica do racismo e do anti-racismo,⁷ no Brasil. Segue-se ainda que, o tema da articulação entre os grupos do movimento negro foi considerado de suma importância. Sua existência, ou o contrário, assim como a forma desta articulação, permitirá compreender o movimento negro brasileiro atualmente nos termos de Hanchard ou em outros termos. Este entendimento nos levou a iniciar o trabalho com uma breve discussão sobre os estudos sobre racismo no Brasil.

Uma possível reflexão é a formulada por Hofbauer (2004). Conforme sua compreensão, existem na literatura especializada no tema racismo no Brasil duas correntes de pensamento. Paralelamente à sociológica, tem-se a tradição antropológica. As caracterizações de ambas são distintas e em certo sentido até mesmo opostas. De um lado a produção sociológica teria se firmado nos estudos sobre as desigualdades sociais entre negros(as) e brancos(as), assim como nas relações entre as partes (HOFBAUER, 2004, p. 56). Este pólo de argumentação “*tem conseguido comprovar - com uma grande quantidade de trabalhos empíricos e com dados estatísticos detalhados - a existência da ‘discriminação racial’ em todos os âmbitos da ‘vida social’*” (Idem, p. 57).

De outro, a antropologia das populações afro-brasileira tem se pautado em abordagens mais culturalistas, buscando demonstrar as nuances dos credos coletivamente constituídos sobre o racismo no Brasil, ou mais precisamente, um “estilo de vida” (Idem, ibidem). As especificidades do mundo simbólico, assim como a

construção dos “valores culturais”, são elementos fundamentais para a reflexão acerca do racismo no Brasil (Idem, ibidem).

Concordamos com as observações do autor. Aliás, o mesmo atenta o(a) leitor(a) para os limites de sua abordagem. De fato, as tentativas de “classificação” dos estudos sobre o racismo no Brasil são sempre limitadas, haja vista a rica variedade de concepções e leituras sobre o tema. Assim, propomos uma outra forma de entendimento sobre a produção acadêmica sobre racismo no Brasil. Sem aprofundar a discussão, gostaríamos de apresentar alguns pontos deste debate que se fazem essenciais para nosso trabalho.

A opção por pensarmos a partir do conceito de paradigmas científicos nos parece ser mais adequada ao presente trabalho. Visto que propomos uma leitura do movimento negro contemporâneo a partir de suas raízes no início da história republicana do Brasil, o desenvolvimento de “escolas” ou paradigmas de leituras sobre o racismo no Brasil nos possibilita acompanhar as relações entre a trajetória do movimento negro brasileiro e a produção acadêmica no Brasil e no mundo.

Cumpramos observar que o conceito de paradigma a ser utilizado por nós tem origem no pensamento de Thomas Kuhn (1991). Assim sendo, podemos ler que: *“Considero ‘paradigmas’ as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”* (KUHN, 1991, p.13). Ele apareceria como uma espécie de fundo cultural pelos quais os cientistas se enveredariam em suas práticas.

Para Kuhn, o avanço de um paradigma traz consigo a especialização e o aumento da eficiência. Este desenvolvimento leva à percepção de limites das teorias paradigmáticas. Assim, quando surge, por exemplo, um novo evento que coloque em

⁷ Os termos racismo e anti-racismo neste trabalho fazem referência não ao sentido amplo do termo, mas aquele voltado para a relação entre negros(as) e não-negros(as), especialmente aqueles(as) que vivem no

xeque a validade da teoria paradigmática, cria-se uma situação de crise, ou “*pré-paradigmática*”. Não se trata de afirmar que o novo paradigma faria sucumbir o anterior eternamente. O que afirmamos é que - e o próprio T. Kuhn afirma isto - é que (mais do que a verificação de mais de uma teoria dentro de um paradigma) se pode verificar a coexistência de mais de um paradigma⁸.

A grosso modo, o desenvolvimento científico ocorre, conforme Kuhn, com a desconstrução de um paradigma anterior. Sem abandonar as teorias anteriores totalmente, formulações novas surgem, promovendo o que ele chamou de “*revoluções científicas*” (KUHN, 1979; KUHN, 1991). O termo “*revolução científica*” pode ser muito bem entendido neste ponto se “*considerarmos revoluções científicas aqueles episódios de desenvolvimento não-cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior*” (KUHN, 1991, p. 125).

Iniciando com as leituras do paradigma de fins do século XIX e início do século XX, passaremos ao segundo, em que Gilberto Freyre se destacou. Neste período histórico as teorias racialistas tinham uma grande importância na produção do conhecimento científico sobre a relação entre negros(as) e brancos(as). Não somente na produção acadêmica, mas também presente no interior das organizações para negros(as) havia a assunção da tese “científica” na inferioridade dos(as) africanos(as).

Posteriormente compreendemos a existência do paradigma da escola de Sociologia de São Paulo, em que Florestan Fernandes pode ser apresentado como precursor. Na década de 1940 surgiu o Teatro Experimental do Negro, cuja proposta inovou ao questionar as falsas crenças na existência do estado de igualdade entre

Brasil.

⁸ Não pretendemos permitir uma averiguação incorreta das formulações de Kuhn. Assim, cabe no momento lembrar que ele acredita(va) que a coexistência de mais de um paradigma acontecesse raramente (p. 14-15).

negros(as) e brancos(as). Mas de modo semelhante ao que ocorre na produção científica, o movimento negro acreditava na importância do ranço escravagista como determinante das relações entre negros(as) e brancos(as) no Brasil. Foi ainda numa segunda fase do TEN que o diferencialismo tomou conta das propostas anti-racistas.

É importante notar que entre a criação do TEN em 1945 e a volta de seu líder, Abdias do Nascimento, do exílio em Ifé, a produção acadêmica, brasileira no que tange ao racismo no Brasil, passou por sérias alterações. Foi na década de 1950 que a UNESCO, órgão das Nações Unidas para Educação e Cultura, patrocinou uma série de estudos sobre as relações raciais no Brasil. De acordo com Lépine,

“Arthur Ramos, então diretor do Departamento de Estudos Sociais da Unesco, teria pensado que a situação racial no Brasil poderia servir de exemplo para outras nações multiétnicas, pela ausência de preconceitos e de discriminação raciais. Naquela época muita gente ainda acreditava que o povo brasileiro, fruto da fusão de três raças que convivem harmoniosamente, ignorava os problemas raciais” (LÉPINE, 1996 p.109)

Foi neste momento que surgiu um novo paradigma de estudo do racismo no Brasil. A saber, liderado pelos pesquisadores da chamada Escola Paulista. Florestan Fernandes se destacou entre os demais. O centro deste paradigma é a crítica do mito de democracia racial. O racismo, então, passou a ser visto como resquício das relações escravagistas, sendo estas repletas de violência, ao contrário do que escreveu Gilberto Freyre.

Neste paradigma, os conceitos “tipo racial” e “cultura”, utilizados anteriormente para designar a população negra, caem em desuso na produção de Fernandes, Ianni e outros. Em seu lugar o conceito de raça, entendida como uma espécie de classe social aparece. Lépine aponta para o fato de que, em verdade, este conceito no pensamento de Ianni (1972), por exemplo, nunca se apresentou de forma clara e consistente.

A autora tem a impressão de que Ianni “*não chega a unir realmente negro e classe social. A ‘categoria negro’ esvazia-se (...) o negro, agora, não pode ser definido nem através de um critério racial, nem de um critério cultural, nem como classe social*” (idem, p. 113).

Apesar de uma indefinição na denominação do termo negro, a obra de Ianni, assim como a de Fernandes, entre outros pode ser pensada como

“um ‘marco revolucionário’ no conjunto dos estudos sobre o negro: o negro deixa de ser estudado em seu aspecto folclórico, pelas sobrevivências africanas que deixou na cultura brasileira. Ele passa a ser analisado como parte da sociedade.”

Em seguida, Hasenbalg (1979) e Silva (1980) oferecem algo de inovador, constituindo um quarto paradigma. É neste momento que surgiu o Movimento Negro Unificado (MNU). Considerado um marco na militância anti-racista no Brasil, o MNU apresentou uma concepção de luta baseada na denúncia e distinção entre mito e realidade da democracia racial no Brasil, frequentemente baseada em estudos estatísticos sobre as desigualdades entre negros(as) e não-negros(as). O momento histórico vivido - fim da ditadura militar - também contribuiu para a caracterização do MNU, bem como para o surgimento e coexistência de outras formas de militância anti-racistas no Brasil.

Assim sendo, podemos observar o surgimento do atual paradigma, em que há uma plêiade de leituras - Munanga (1999), Silvério (1999), Guimarães (2004), Fry (2005), etc. - sobre o racismo no Brasil.

A importância desta discussão se deve também ao fato de que assim poderemos compreender o caminho percorrido pela academia no que tange a sua “preocupação” com o racismo até o presente. Além do mais, poderemos investigar as possíveis relações entre a produção acadêmica, científica e a trajetória do movimento negro brasileiro.

No primeiro capítulo apresentaremos uma breve etnografia dos dois principais grupos abordados no trabalho de campo. Conseguimos construir o texto em linhas gerais sobre o CMN e sobre o GEN. Como ficou patente, a polarização da militância negra em Marília - quando houve - ficou a cargo destes dois grupos. As demais formas de militâncias anti-racistas no município de Marília encontram-se convergindo suas posições. Aliás, este é um fenômeno recente e que abarca toda o movimento negro em Marília.

Nossa estratégia de trabalho se pautou inicialmente em entrevistas com os(as) militantes. Algumas foram gravadas, outras, em atendimento a pedido do(a) entrevistado(a) foram registradas em caderno de campo. Cumpre observar que vários(as) militantes tinham um certo receio de expor-se a um pesquisador - que, diga-se de passagem é um forasteiro em Marília - então desconhecido. Porém, o entendimento que a produção intelectual sobre racismo e anti-racismo no Brasil pode permitir uma alteração na assimetria das relações entre negros(as) e brancos(as) possibilitou que nossas intervenções se tornassem menos incômodas. E sobre este aspecto, podemos afirmar que, em alguns casos, fomos levados a insistir em entrevistas, algumas delas sendo muito demoradas. Outras entrevistas sendo feitas por telefone, em função das distâncias ou da impossibilidade do contato presencial com o(a) entrevistado(a).

Às entrevistas são associadas as (re)leituras de obras sobre o racismo. Evidentemente que a prioridade foi oferecida aos estudos que versam sobre a realidade brasileira. Entretanto, a comparação com os EUA e com alguns países africanos foi imprescindível para nossa compreensão mais geral, embora menos citadas aqui. Foram-nos especialmente úteis os textos produzidos pelo Conselho e pelo GEN. As publicações do jornal *Negro News* e os *Cadernos de Atas do GEN* foram essenciais para a descrição, reflexões e para as entrevistas. Pudemos avançar e/ou recuar na

investigação das atividades dos diversos grupos do movimento negro em Marília, a fim de oferecer ao leitor(a) a maior fidedignidade possível.

Ainda em tempo, estas idas e vindas ao trabalho de campo nos permitiram firmar uma relação muito próxima com alguns(mas) militantes em Marília. Sobretudo com aqueles(as) que leram nossos textos, apreciaram, e criticaram-nos. Foi assim que trilhamos pelo trabalho de campo: buscando no entendimento “nativo” formulações para o conhecimento científico. Assim, conhecimento científico e *in loco* são tomados como partes distintas, porém igualmente válidas para a construção do presente texto. Este pressuposto ganha importância na medida em que consideramos o movimento negro uma parcela da sociedade brasileira, portanto, compreendemos que se trata de um agente social. Neste sentido, ele produz conhecimento no contato com outros setores nativos

Compreendemos que foi no início do século XX que o movimento negro começou a ser formado. No segundo capítulo a discussão caminha no sentido de enxergar o movimento negro numa perspectiva diacrônica. Desde o início da República brasileira até a contemporaneidade. Notamos uma significativa alteração de rota em termos de propostas. Outrossim, a relação entre a produção acadêmica das ciências sociais e o movimento negro será ali abordada.

Apresentaremos ali uma discussão a respeito da trajetória e metamorfose da militância negra anti-racista no Brasil. Evidentemente que muitos recortes tiveram que ser feitos em virtude da multiplicidade de atores e ações⁹. Tentamos conservar o que há de mais significativo em termos gerais e para o trabalho agora apresentado.

Compreendemos que o movimento negro brasileiro tem se movido no sentido de uma gradativa reafrikanização. Uma crescente valorização de sinais diacríticos das

⁹ O que também ocorreu quando da apresentação dos paradigmas sobre racismo no Brasil.

matrizes africanas pelos(as) militantes tem sido notada. Mesmo quando esta busca se dá por meio da discussão acadêmica e científica¹⁰.

Como terceiro capítulo, nossa intenção foi trazer para o debate algumas considerações a respeito do movimento negro brasileiro em geral. Mais do que simples leitura, envidamos nossos esforços no sentido de compreender o caminho traçado pela militância anti-racista no Brasil atualmente em consonância com a militância negra em Marília, principalmente, e com os capítulos anteriores.

Tem chamado nossa atenção o fato de que a valorização da diferença - ou do(a) diferente - tem recebido importância cada vez maior no seio do movimento negro. Podemos ainda notar que esta valorização da diferença vem acompanhada de uma noção de cultura nacional plural. Em seu oposto, notamos a existência de uma valorização da homogeneidade, construída através de uma suposta cultura brasileira híbrida, mestiça por parte - principalmente - da intelectualidade brasileira.

Assim, a noção de que o anti-racismo universalista é correspondente do tipo ideal de militância negra no Brasil (MUNANGA, 1999) parece ainda resistir, mas com seus dias contados. Um anti-racismo de reafirmação, diferencialista, ou pluralista parece ganhar fôlego entre o movimento negro e até mesmo, ao que nos parece, se transformando em tendência estética. Há, por exemplo, uma certa mercantilização de elementos de matriz africana. Citemos o empresário negro Netinho de Paula. Canais de TV, programas de TV, salões de beleza são criados para atender ao público negro, visto como consumidor.

Relacionada às perspectivas de militância anti-racistas discutidas no terceiro capítulo, está a discussão sobre a idéia de cultura nacional brasileira. Este foi um ponto

¹⁰ Também é notada a crescente intelectualização do movimento negro brasileiro e mariliense.

que passamos a dar importância desde o momento em que as informações sobre o pluriculturalismo passaram a constar nos discursos dos(as) militantes.

Tratamos da concepção segundo a qual a cultura brasileira seria híbrida ou mestiça. No campo da produção acadêmica pudemos identificar a prioridade de Gilberto Freyre como fundador de tal tese. O Conselho Municipal do Negro teve grandes afinidades com esta tese até por volta do ano 2000. No caso da idéia de cultura nacional como plural, a obra de Kabengele Munanga é a que se destaca neste sentido. O grupo de Educadores Negros tem se destacado na defesa enfática deste ponto de vista entre o movimento negro, embora não seja o único atualmente. Há ainda, uma noção de que nossa cultura seria ambígua. Notamos que, em nosso entendimento não existe alguma cultura ambígua, mas comportamento social ambíguo. Se cultura pode significar um conjunto de crenças, hábitos e tradições de uma população, o comportamento social é aqui considerado como o conjunto de atitudes baseado nas concepções culturais adquiridas. Roberto Schwarz (2000) e Roberto DaMatta são autores importantes, mesmo pelo questionamento que fazem a esta ordem social. Esta percepção foi encontrada entre todos os grupos, em diversos momentos da pesquisa.

Nas considerações finais apresentaremos uma síntese do trabalho. Observando as nuances da luta anti-racista no Brasil, pudemos constatar a permanência da estrutura racista, porém em termos distintos daqueles presentes no passado. Não se trata de observar que o racismo no Brasil se reveste apenas de nova roupagem. Na realidade, a relação social entre negros(as) e brancos(as) tem passado por alterações. E nesse aspecto o movimento negro brasileiro tem sido o principal responsável pelas mudanças e conquistas em prol da população negra.

Os ideários de branqueamento e de democracia racial são contestados pelo movimento negro. As provas de inveracidade destes são as desigualdades sociais entre

negros(as) e brancos(as) que ainda são perpetuadas. Neste campo, as abordagens atuais se movimentam para o campo da educação. Não como acontecia no início do século passado, mas como objeto de estudos e de propostas de reformas que são voltadas para a reeducação dos(as) brasileiros, opondo-se ao racismo.

Procuraremos ainda utilizar o conceito de população para descrever o que alguns pesquisadores chamam de “raça”, “etnia”, “tipos raciais” ou “classes sociais”. É certo que este ato não implica numa mudança nas relações entre brancos(as) e negros(as). “Raça” e “etnia” denotam experiências pessoais e coletivas que implicam na assunção de pertencimentos justificados pela constituição biológica hierarquizada, ou ainda pela origem em um território e religião em comum.

Sabemos que negros(as) e brancos(as) são assim classificados no Brasil por meio daquilo que Oracy Nogueira chamou de marca - associação entre critérios de aparência e de *status* sócio-econômico. Entretanto, o fato de um(a) negro(a) ter acesso a posições estratégicas não corresponde necessariamente a sua recusa em ser classificado e/ou se identificar como negro(a). Encontramos negros(as) em todas as classes sociais, impedindo-nos de utilizarmos o conceito de classe social, mesmo reconhecendo a validade do conceito preconceito de marca para compreensão do racismo no Brasil.

Como em qualquer cultura negros tendem a se relacionar entre seus semelhantes. Casamentos, vizinhanças e uma infinidade de relações são constituídas - geralmente - entre pares. Ou na linguagem de Munanga, da qual partilhamos, “*Entende-se por população um conjunto de indivíduos que se reproduzem habitualmente entre si; um conjunto definido biologicamente e não a priori*” (MUNANGA, 1999, p. 17).

Optamos ainda por substituir os nomes verdadeiros dos envolvidos por nomes fictícios. Trata-se de uma forma de evitar maiores conflitos para aqueles que se dispuseram a nos auxiliar nesta empreitada. A exceção ficou para o nome do prefeito

Abelardo Camarinha, por ter sido inevitável substituir seu nome, uma vez que ele dá nome a um grande evento promovido pelo Conselho Municipal do Negro.

Capítulo I: Fatos e fotos na construção do movimento negro mariliense.

O trabalho de campo será apresentado neste primeiro capítulo, como etnografia. Apresentaremos os principais eventos dos grupos analisados. Evidentemente que muito do que foi colhido no trabalho de campo deverá ser submetido ao crivo daqueles(as) que vivenciaram, bem como daqueles(as) que fazem da trajetória da militância negra em Marília um elemento importante de análise.

A descrição da trajetória do Conselho Municipal do Negro será seguida pela descrição da trajetória do Grupo de Educadores Negros. É importante notar que a maior parte dos eventos apresentados por ora é referente ao ocorrido entre os anos de 1988 e 2002, como resultados parciais da pesquisa.

1.1 - O caso em geral

“Conselho?! Que conselho?” Foi muito comum durante nosso trabalho de campo, observarmos que há um grande desconhecimento da existência do Conselho Municipal do Negro na cidade de Marília. Como de costume, a opinião mais comum que encontramos entre aqueles(as) com quem conversávamos pelo caminho, até chegar ao local de encontro com um(a) militante, era semelhante à de que nunca se tinha escutado falar em movimento negro em Marília.

De certo, este olhar para o racismo e anti-racismo é convergente à noção da democracia racial. Posto que, os(as) marilienses se entendem como um povo moderno, gerados em uma cidade símbolo do amor e liberdade. Valores altamente almejados para um povo que se pretende atraente. A existência de algo que comprovasse que as relações sociais ali existentes fossem assimétricas é repudiada, mesmo inconscientemente.

Assim, não se trata de conferir ao Conselho Municipal do Negro o mesmo grau de desorganização notado por aqueles(as) que comparam diretamente o movimento negro brasileiro com o norte-americano. Efetivamente existem pontos a serem contextualizados. Somente assim poderemos perceber tais diferenças.

As primeiras diferenças são decorrentes de uma estrutura racial brasileira pautada no ideário de branqueamento, no mito da democracia racial e numa falsa cordialidade entre negros(as) e brancos(as). Como já exposto, o ideário de branqueamento tem sido um importante aliado na manutenção das desigualdades raciais no Brasil, na medida em que negros(as) tenderiam a não valorizar suas origens africanas. O que, por sua vez, alimenta uma expectativa frustrada de tornar-se branco(a) e que nunca vem à tona.

No tocante ao mito da democracia racial, é importante observar que, no Brasil, mesmo quando se considera que existem diferenças entre negros(as) e brancos(as), o que se percebe é a idéia de que todos têm as mesmas oportunidades - desconsiderando a possibilidade de qualquer tratamento distinto entre diferentes. Neste sentido, cabe ressaltar que a organização de um grupo voltado para a população negra significaria a declaração pública de que no Brasil - e em Marília - existem modos de se tratar alguns(mas) com distinção. Desse modo, o conhecimento de um movimento negro anti-racista é dificultado por ilusões sociológicas.

Segue-se ainda o fato de haver uma tradição cultural em Marília que inclui todas as populações de menor privilégios políticos, de modo apenas aparente. Aliás, um elemento de suma importância no estudo de caso em questão.

Efetivamente Marília é uma cidade que apresenta muitas peculiaridades em relação à média das cidades brasileiras. Tendo sido fundada a pouco mais de setenta anos, trata-se de um centro urbano recente, de rápido crescimento econômico.

Apesar desta aparente modernidade explosiva apresentada pela rápida ascensão de Marília entre as principais cidades do interior paulista, notamos que muitas práticas políticas “pré-modernas” são utilizadas por quem objetiva manter a relação de poder e prestígio entre os concidadãos.

Sobre este tema, nossa observação foi iniciada desde o início de 1999, quando demos início ao curso de graduação em Ciências Sociais.

Muitas faixas eram dispostas pela cidade com o famoso “*VALEU CAMARINHA*”. Muito mais do que simples propaganda política de qualquer candidato, aquelas faixas eram representativas da imposição política, a que parte da população mariliense era submetida.

Não dispusemos de fontes oficiais sobre este evento. Entretanto, pelas iniciativas que alguns moradores da cidade tiveram em nossa direção, ficou evidente que se tratava de um “acordo” selado entre a figura política do prefeito e vários grupos dispostos por todas as regiões da cidade. Como contrapartida da cessão de algum benefício - asfaltamento, obras de reformas públicas, etc. - a comunidade beneficiada concordava em expor aquela faixa como “demonstração” do agradecimento ao homem público.

Visto deste ângulo, a relação estabelecida entre o prefeito e a população mariliense se constituiu em clientelismo puro. Uma vez que a execução do programa de governo, ou mesmo de obras contingenciais era vista pela população de eleitores(as) como uma dádiva, havia um certo consenso de que o emissor das ações públicas deveria ser recompensado. Isto se deve justamente pelo receio de que a fonte secasse. Ou seja, a suspeita de que, somente com aquele político, as dádivas referidas poderiam ser renovadas ou ampliadas.

Aprofundando um pouco mais nossa investigação, notamos que além de uma certa concepção clientelista por parte de ambas as partes, havia ainda um profundo

medo relacionado à figura do então prefeito. Tal sentimento se traduz em evitar fazer comentários contrários a administração municipal de forma pública.

Vários foram os momentos em que ou algum(a) entrevistado(a) ou mesmo alguém pelo caminho que passávamos se preocupava em se certificar de que aquela conversa não estaria sendo gravada. “*Cê (sic) não pretende gravar isso não ta?!*” (entrevista ao Sr. Cabral em 19 de junho de 2002).

Havia, inclusive, quem afirmasse que uma repressão aos opositores da gestão Fernando seria a garantia de coesão entre as partes políticas. Fabiana, uma das entrevistadas, chegou afirmar que ela teria sofrido ameaças por parte de correligionários do político: “*Você anda de moto? Cuidado, viu! Essa cidade anda cheia de buraco. De noite é difícil enxergar.*” (depoimento de Fabiana em 22 de março de 2003).

Fomos então levados a compreender a dinâmica política construída na cidade de Marília. Trata-se de uma necessidade premente, pois, o movimento negro se insere neste contexto. Mostraremos que esta inserção se deu de maneiras distintas, conforme o grupo a ser abordado.

De todo modo, fica explícito que diferentemente de alguns grupos específicos que compunham o *stablishment*, o movimento negro em Marília nunca gozou dos privilégios esperados. Mesmo agindo conforme a dinâmica da retribuição de favores.

Aliás, tínhamos por um lado, a percepção do Conselho Municipal do Negro de que a figura do Sr. Camarinha seria necessária ao desenvolvimento político do movimento negro em Marília. As constantes aparições do referido político nos eventos do CMN demonstram mais do que uma simples relação baseada na formalidade existente.

As formas de tratamento utilizadas pelos membros do Conselho são muito semelhantes ao modo como seus pares de militância, ou mesmo amigos são retratados.

Expressões como “o Camarinha ...” sem o uso de pronomes de tratamento formais, como Sr., por exemplo são absolutamente frequentes¹¹.

Por outro lado, a relação constituída com o Grupo de Educadores Negros difere bastante daquela estabelecida entre o Sr. Camarinha e membros do CMN. O GEN teve sua formação e visibilidade associada ao campus da UNESP de Marília. Digamos de passagem, a relação constituída entre a comunidade mariliense e unespiana é tipicamente de distanciamento. De modo que o GEN terminou por trilhar caminhos parecidos com o trilhado pela instituição UNESP.

É certo que se trata de instituições distintas. Mas este não é o pensamento comum ao Sr. Camarinha. Na sua concepção, o GEN corresponderia a uma representação unespiana para assuntos relativos ao racismo na cidade. “*Você sabe que a unesp tem criado dificuldades de relacionamento comigo(...) e essa história de grupo negro de educadores é mais uma forma de manipular a oposição. Já tem o Conselho, rapaz (...)*” (entrevista ao Sr. Camarinha em agosto de 2004). Deste modo, a convergência de interesses do GEN com a política do referido político foi inviabilizada.

Aliás, este foi certamente um dos interesses maiores do GEN. Estabelecer uma militância que se distanciasse de tudo aquilo que pudesse ser relacionado com alguma concepção racista. Decorrendo daqui a importância em criar mecanismos e estratégias para que o grupo fosse guiado sem a interferência do prefeito, ou mesmo de qualquer outro(a) representante do poder legalmente estabelecido.

Já o CMN teve sua gestação no seio dos trâmites da política nacional, estadual e municipal. Tendo como um de seus fundadores e líderes durante a primeira fase do

¹¹ Na verdade, o tratamento coloquial em relação ao Sr. Abelardo Camarinha, era mais comum até final da década passada, quando a relação entre as partes ainda rendia frutos mais densos. Atualmente, numa nova fase do CMN, marcada pela independência na militância, notamos um certo formalismo, aliás, muito característico dos juristas.

grupo o Dr. Jorge¹², cuja a participação na estrutura política pública tornou-se um mister a ser cumprido. Mesmo porque - de acordo com a concepção da maioria dos membros do CMN - é necessária a participação de negros na política pública, mesmo que seja por meio de Conselhos anti-racismo.

Bem, diante do exposto, parece ser este o momento em que o leitor(a) carece de maiores descrições sobre a trajetória do movimento negro em Marília, a fim de fazer as próprias considerações.

1.2 - A descrição dos acontecimentos ou o trabalho de campo.

Procuraremos oferecer ao leitor uma visão dos acontecimentos que têm alguma ligação com o Conselho Municipal do Negro. Trata-se de mostrar o caminho que percorremos e seus resultados em forma de descrição etnográfica.

Não pretendemos encerrar o assunto. O certo é que até o presente momento conseguimos avançar na pesquisa e os elementos que nos informam nos autorizam a fazer a análise proposta no capítulo seguinte.

Inicialmente, nosso contato com o Conselho se deu quando em novembro de 2001 fomos à uma “Missa Afro”, realizada na paróquia de Santa Rita de Cássia, no Bairro Nova Marília. Ali pudemos tomar ciência da existência de um órgão vinculado à administração municipal, que estava voltado para a temática racial do negro.

Foi então que, com o auxílio de alguns professores e alunos já iniciados no assunto, procuramos os membros do Conselho. E foi uma tarefa desde o início não muito fácil. As dificuldades vieram à tona desde quando fomos até o Studio Afro e procurei sua diretora, Maria Adelaide Penteadó.

¹² Observemos que o Sr. Jorge era um vereador influente à época da criação do Conselho.

Ali já pudemos notar que algo acontecia de estranho, pois as pessoas não pareciam à vontade para falar sobre o Conselho e sobre questões raciais. Assim foram os primeiros contatos com, talvez, mais da metade dos interpelados.

Mas desde o início já acreditava que as dificuldades de tratar o tema das relações raciais seriam bem grandes. O que não sabia é que os membros do Conselho não acreditavam na possibilidade de alguém fazer um estudo sobre este órgão. Na visão destes, a criação do Conselho era (ou é) muito recente. Assim não seria possível qualquer análise.

Então procuramos convencer os diversos membros, da necessidade de se estudar o movimento negro numa cidade que outrora vivia seus momentos de efervescência com a Frente Negra. Foi um longo caminho. Alguns até sugeriram que nós compuséssemos nosso trabalho sem citar os nomes verdadeiros.

Foi assim que iniciamos nosso trabalho, permeados por idas e vindas. Até que no início de 2003 empreendemos um ritmo de trabalho que culminou no trabalho que apresentamos agora.

1.2.1 - Num primeiro momento, o Conselho

No ano de 1988, mais precisamente no dia 21 de Junho, foi assinado o decreto-lei nº 5513 onde fora criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra de Marília, estado de São Paulo.

Nesta ocasião o prefeito então em exercício era o Sr. Camarinha que era filiado ao partido PMDB, mesmo partido do governador do Estado Franco Montoro.

Pode parecer estranho ao leitor a vinculação entre o prefeito e o governador citados acima. Pois bem é verdade. Na época em questão o Brasil vivia um ânimo geral em relação às atitudes políticas tomadas e que era, de alguma forma, fruto do processo de redemocratização da nossa sociedade. Depois de vivermos quase vinte anos de

ditadura militar, as expectativas em relação à política eram as melhores possíveis. E foi neste contexto que diversos setores da sociedade civil se organizaram a fim de efetivarem seus planos e reivindicações.

Além deste aspecto da organização dos diversos movimentos sociais, houve ainda a iniciativa do Estado em promover a institucionalização destes movimentos. Talvez seja correto afirmar que a iniciativa governamental se deu mais com a finalidade de conter o ânimo e possível ascensão dos movimentos sociais.

Neste momento houve uma larga discussão no seio do movimento negro em todo o país. A discussão central era com relação ao reconhecimento de que nossa sociedade era racista e quais medidas deveríamos adotar para reverter este quadro. Os indicadores sociais que confirmavam o lugar do negro nas posições menos favorecidas constituíam prova incontestável do grau de discriminação racial presente em nossa sociedade.

Foi no bojo destas discussões que o então Governador de São Paulo, André Franco Montoro criou o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo em 11 de maio de 1984.

Também foi a partir desse momento - quatro anos depois - que fora criado o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Marília-SP, com seu estatuto, regras, doze membros selecionados entre os negros da sociedade civil mariliense.

A composição do Conselho se dava da seguinte forma: do número total de quinze membros, três eram escolhidos pela administração municipal, e doze entre aqueles indicados pela sociedade civil.

Na sua primeira diretoria nomeada pela Portaria nº 9151 aqueles que aceitaram a nomeação eram, em maioria, os que participaram de todo um processo de idealização e

concretização do Conselho. Entretanto não significava que todos os que envidaram esforços para a criação do CMN estavam compondo a diretoria do órgão.

Entre eles destacava-se naquele momento o Advogado e vereador Jorge. Pessoa de grande influência social, pelo menos para a época. Ele vinha de uma cidade próxima (Bauru) onde deu início a sua vida política e de luta na causa anti-racista.

Como ele próprio nos disse em entrevista, sua trajetória resumia-se da seguinte maneira: Com pouco mais de dezoito anos, ainda em Bauru, participava de um torneio de futebol em que seu time fora campeão. Estava, assim, programada uma festa de comemoração pela vitória a ser realizada em um clube tradicional da cidade. Ao chegar ao local Jorge fora impedido de entrar pelo simples fato de ser negro. Sua reação em conjunto com seus companheiros foi sair à procura do juiz de direito da cidade, sem se importar com o horário (já passava das 23:00 horas de sábado).

Foram bem recebidos pelo juiz que como providência resolveu interromper a festa e interditar o clube. Este clube passaria a responder processo judicial, com vitória do então jogador de futebol.

Mas o fato é que pelo acontecido, a figura de Dr. Jorge tomou um crescimento em termos de publicidade, de tal ordem que o pai dele resolveu inscrever seu nome para as eleições que se aproximavam como vereador. O resultado: foi o vereador mais jovem eleito no estado de São Paulo.

Sua vinda para Marília se deu em virtude da aprovação em um concurso público. Estando aqui Dr. Jorge resolveu se candidatar ao cargo de vereador, agora em Marília. E fora eleito por três mandatos. Ocupou diversos cargos como secretário municipal, presidente de comissões e até presidente da Câmara Municipal. Aliás, ele se destaca por ser o único negro a ocupar este cargo até hoje.

E foi no bojo de sua eleição como vereador em Marília que Jorge impôs seu ritmo pela concretização de um sonho: a criação de um órgão que, vinculado a prefeitura permitisse ao movimento negro uma melhor condição de atuação. Foi aí que em parceria com o então prefeito Camarinha surge o Conselho Municipal do Negro¹³.

Quando, da sua criação, poucas pessoas se interessaram em fazer parte do CMN. Entretanto, este fato não contraria a idéia de que fazer parte de um órgão deste tipo traria consigo um significado de ascensão social em termos de *status*. Voltaremos a este ponto no próximo capítulo.

O fato é que muitos negros, ao serem interpelados sobre suas intenções em compor o quadro do CMN, negavam o convite alegando que participar do Conselho fosse trazer mais perdas do que ganhos.

Muitos deles acreditavam que o seu ingresso seria visto como uma afronta a seus colegas brancos, o que geraria uma repulsa social ao ingressante. Uma postura que revela a permanência do que fora vivenciado em tempos idos, quando levantar a bandeira da causa anti-racista era considerado uma forma tão discriminatória quanto seu oposto inicial.

Entretanto, aos poucos negros que aceitaram a tarefa de levar a gestão do Conselho adiante, nada amedrontava. Nem mesmo a visibilidade inerente e sua conseqüente estigmatização.

Sobre estes membros é importante fazermos um alerta ao leitor. Os nomes que constam oficialmente da lista dos membros do Conselho como diretores não são os únicos a compor o trabalho deste órgão. O próprio Dr. Jorge foi um dos que sem nomeação oficial para a diretoria atuou nele.

¹³ Não queremos defender da idéia de que os únicos responsáveis pela criação do Conselho Municipal do Negro foram o prefeito Camarinha e o então vereador Dr. Jorge. A referência dos dois nomes têm somente caráter ilustrativo.

Aliás, aqui já estamos diante de um ponto importante da história do Conselho. Sua história pode ser dividida em dois momentos. O primeiro vai de sua criação em 1988 até o ano de 1996. Durante este período foram poucas as realizações do CMN. Pelo menos é o que consta nos autos.

Após ser criado do CMN o então prefeito passa o cargo para Sebastião Furlanette que depois, em 1993, é substituído por Mário Pedrosa. Este último ocupa o cargo até que Camarinha é reeleito e reassume em 1997, reeleito em 2000 e estando até 2004 no cargo.

Segundo consta, pelos membros do Conselho, os dois prefeitos que se seguiram entre 1989 e 1995, não ofereceram o apoio devido ao Conselho. Se em 1988 era uma preocupação criá-lo¹⁴, já em 1990, quando se esperaria uma nova diretoria, não mais aparecia como algo importante para a administração. Aliás, o CMN ficou sem nomeação de diretoria até que Camarinha reassumisse em 1996.

Percebemos durante nossas incursões aos membros e envolvidos com o Conselho, que as realizações foram efetivamente poucas, escassas e irregulares. Houve homenagens àqueles que reconhecidamente fizeram algo em prol da comunidade negra da cidade.

Por outro lado a própria administração do Conselho deixou muito a desejar¹⁵. Por exemplo, as reuniões não eram regulares e não tinham como desdobramento alguma ação efetiva por parte do CMN.

Nesta fase, o esforço individual fora de extrema importância para a continuidade de um trabalho que mal acabara de ser iniciado. E as realizações foram se tornando cada

¹⁴ O nome mais citado como um entusiasta na criação do Conselho é o do Dr. Jorge. Na verdade havia mais pessoas em torno dele. Entre eles Dr. João Toledo, Paula, etc.

¹⁵ Trata-se da opinião de pessoas externas ao Conselho como membros do GEN ou outros militantes. Se bem que esta opinião parece ser corrente entre alguns poucos membros do CMN.

vez mais difíceis de se concretizarem. Um dos motivos foi a falta de apoio político dos prefeitos que se seguiram nesta primeira fase.

Além disso, os próprios conselheiros deixaram a desejar¹⁶ no que tange a sua proposta inicial. Na opinião de muitos negros da cidade, eles deveriam adotar uma postura um tanto mais “agressiva”, considerando o Conselho como uma conquista efetiva da população negra de Marília. Mas quanto às discussões com outros setores do movimento negro local voltaremos mais adiante no próximo capítulo. Aqui nos interessa apenas informar o leitor sem aprofundarmos na análise.

A importância das ações individuais era tal que explica porque se destaca o atendimento jurídico a todas as pessoas que se sentiam discriminadas por conta da raça/cor. Prestaram serviços neste campo o próprio Dr. Jorge, Dr. João Toledo, entre outros. Estes dois sempre foram os mais atuantes e influentes advogados dentro do Conselho.

Uma das marcas do CMN foi o atendimento jurídico à população negra de Marília e região. Constava no regimento interno do CMN que este ficaria dividido em áreas e uma delas era a jurídico. Como a nomeação de cargos e áreas era apenas uma mera formalidade e as informações não são precisas em relação a quais cargos cada um ocupou e por quanto tempo, fica impossível a reconstituição destes dados.

As áreas e suas atribuições, conforme o estatuto eram: Cultura; Educação; Esportes; Jurídica e Legislação; Relações Públicas; Patrimônio.

Conforme consta no Estatuto do Conselho Municipal do Negro, cada área tinha a(s) seguinte(s) atribuição(ões):

Cultura:

¹⁶ Idem à nota anterior.

Tem por finalidade promover e orientar atividades culturais que venham de encontro com as origens da raça negra, bem como supervisionar outras atividades que se destinem ao estudo da cultura negra no âmbito municipal e desenvolver projetos próprios a nível cultural.

Educação:

Tem por finalidade desenvolver junto aos diversos órgãos ligados à Educação os respectivos currículos escolares, de forma a inserir a história e a contribuição da população negra no Brasil.

Esportes:

Promover campanhas esportivas envolvendo a comunidade negra, independente das questões éticas; (...) promover a formação e conscientização demonstrando os benefícios da prática esportiva.

Jurídica:

(...) estudar e propor, em conjunto com entidades sociais e ou classista, o aperfeiçoamento da legislação de combate a discriminação racial, de forma a torná-la mais eficaz, bem como promover estudos e debates para a proposição de normas que possibilitem a adoção de políticas de ação afirmativa para a comunidade negra, tais como: I- prestar atendimento jurídico nas denúncias de atos discriminatórios, de racismo ou constrangedores, sofridos por pessoas da etnia negra; II- encaminhar documentos, acompanhar a vítima e prosseguir até o encerramento final do processo judicial; III- orientação nas áreas cível e criminal, bem como no encaminhamento processual e na formação e manutenção de, no mínimo, 2 (dois) estagiários na área do direito.

Relações-públicas:

I- Coordenar a divulgação dos trabalhos realizados dentro do Conselho; II- promover as publicações e tiragem de cópia dos informativos mensais; III- enviar correspondências aos membros do Conselho, aos visitantes e à

imprensa; IV- conceder entrevistas e promover a divulgação do calendário de atividades do conselho.

Patrimônio:

Zelar pelo patrimônio do conselho; II- recomendar ao conselho providências relativas à administração do seu patrimônio;III- elaborar projetos e acompanhar a execução de obras de reformas de ampliações; IV- coordenar a utilização e a destinação das áreas e espaços pertencentes ao Conselho;V- opinar à Diretoria do Conselho na contratação ou demissão de funcionário responsável pela zeladoria, bem como fiscalizar as respectivas tarefas.

Falar deste primeiro período da trajetória do Conselho tem sido uma tarefa penosa para os membros do CMN. Como já fora indicado acima, os fatos e eventos que deveriam ser citados e analisados estão “perdidos” nas memórias dos atores sociais.

Tivemos que recorrer àquelas citações ofertadas pelos membros do Conselho sem creditar a veracidade que daremos aos fatos citados no segundo período. A diferença ocorre porque no primeiro as informações são dispersas, há muitas confusões com relação às datas e o que realmente foi feito.

Além disso, o primeiro período foi marcado – e isto nos parece inconteste – pela ausência de qualquer proposta que vislumbrasse um caminho de discussões e efetivações a seguir. Os membros do Conselho não imprimiram uma organização de trabalho capaz de superar as dificuldades advindas da falta de apoio oferecido pelos prefeitos que se seguiram.

Entretanto, não poderíamos deixar de citar alguns acontecimentos que foram referidos por alguns entrevistados. Mesmo porque se tratam de acontecimentos cuja reconstrução não nos foi possível fazer. Isto sem falar da relevância para nosso trabalho.

1.2.2 - O Conselho em cena

O período que vai de 1997¹⁷ até o ano 2000 é significativo no que tange à condução e efetivação dos trabalhos do Conselho Municipal do Negro. É neste período que as atividades “deslancham” e tomam corpo tal como desejavam seus membros e uma parcela considerável da população negra mariliense¹⁸.

É sintomático que neste mesmo ano (1996) volta a cena política como prefeito aquele mesmo que criara o Conselho em 1988, Camarinha. Estamos certos da relação¹⁹ íntima entre a figura de Camarinha e a trajetória do Conselho. Como é evidenciado na primeira edição do jornal do Conselho, “vale lembrar que a entidade foi criada em 21 de junho de 1988 pelo prefeito Camarinha, mas não deslanchou suas atividades. Agora o Conselho começa a construir efetivamente sua história da comunidade negra de Marília.”(NEGRO NEWS, 02/1998, p. 06).

E sobre este período nossa principal fonte de pesquisa foi o jornal publicado pelo Conselho, chamado *Negro News*. O CMN teve como uma de suas maiores realizações este periódico mensal. Este jornal tem sua importância pelo fato de tornar públicas as ações do Conselho no período de sua existência. Ele foi o instrumento de divulgação do Conselho entre fevereiro de 1998 e abril de 2000.

Neste material encontramos artigos, textos, fotos, notícias, informações, etc dos mais variados tipos sobre a temática racial. Ou melhor, o que se buscava ali era uma

¹⁷ A posse dos membros do CMN foi dada em 20 de Novembro de 1997. Trata-se da segunda nominata de conselheiros em quase dez anos de existência do Conselho.

¹⁸ Nesta época membros do Grupo de Educadores Negros, integrantes do movimento Hip-Hop e indivíduos independentes de organização qualquer, do movimento negro, tinham forte anseio em ver o Conselho “*decolar*” tal como nos afirmou um dos conselheiros.

¹⁹ Analisaremos posteriormente esta relação. No próximo capítulo faremos a análise de tudo aquilo que colhemos durante a pesquisa de campo.

espécie de resgate da “cultura”²⁰ negra, bem como a divulgação das atitudes do Conselho e seus “associados”.

O periódico era editado da seguinte maneira: Os conselheiros buscavam por conta própria o material que desejavam publicar, e depois de feito isto cada um procurava jornalista responsável pela edição. Havia ainda uma seleção que deveria passar sempre pelas mãos de um dos conselheiros. No caso, o conselheiro que se encarregava desta tarefa era o advogado Dr. João Toledo. Alguns julgam que sua competência se deve ao fato de exercer uma profissão que necessita de um claro entendimento sobre questões que tocam o jornal (racismo, direito, serviços comunitários, etc).

Durante todo o período de sua existência foram feitas vinte e duas edições do periódico. Elas eram mensais²¹ e tinham como público alvo não só as pessoas denominadas negras. A intenção era de também alcançar uma parcela considerável da população branca da cidade para mostrar a todos que, a população à qual serviam, existia, e de maneira organizada. Algo como uma afirmação de que há negros(as), e tão organizados(as), quanto qualquer outro grupo, seja ele racial, étnico, ou de qual for a natureza.

Todas as capas com exceção da primeira edição têm o mesmo layout básico. O nome do jornal na parte superior, uma grande fotografia ao centro e na(s) lateral(is) direita situam-se alguns chamados de matérias publicadas.

Mas o que chama a atenção são as fotografias em destaque. Em sua maioria são retiradas de revistas negras norte-americanas e voltadas para um público negro norte-

²⁰ Colocamos o termo cultura entre aspas por considerarmos que este termo poderia causar polêmica quanto a sua devida utilização. Aqui ele foi utilizado tal como os membros do CMN utilizam. Conforme nossa análise posterior, este termo seria melhor substituído por folclore.

²¹ Alguns meses ficaram sem edições por causas ainda não explicadas. A hipótese mais provável é de que não havia notícias suficiente nem tampouco havia tempo hábil para a confecção das edições. Reside aqui um indício do caráter amador do empreendimento.

americano. Apenas algumas são de brasileiros. Em nossas incursões aos responsáveis pelo jornal não souberam afirmar quais e quantas são de tal ou qual origem, com algumas exceções.

Estas fotografias procuram transmitir uma imagem positiva do negro nas diversas situações. Os cabelos são sempre os mais almejados pelo público negro, transmitem uma imagem de modernidade, de identidade racial positiva.

Aliás, quanto a este ideal de modernidade, o próprio nome dado ao periódico é sugestivo. *Negro News* pode ser traduzido como noticiário dos negros, mas o que se afirmou na primeira edição quanto a este assunto era de uma proposta de “*um novo negro, um novo conceito de negritude*” (NEGRO NEWS, 02/1998, p. 02).



Figura 1: Fonte NEGRO NEWS de 02/2000

Ainda sobre a disposição do jornal, temos os patrocinadores. Estes variavam entre os membros da sociedade que mais se identificavam com a produção do jornal.

Não somente aqueles que simpatizavam com a luta pela causa anti-racista, mas também aqueles que se interessavam por anunciar seus produtos no jornal. Eram quase sempre simpatizantes, é verdade, mas anunciavam ali em virtude de obterem o reconhecimento enquanto negros ou simpatizantes do anti-racismo.



Figura 2. Fonte: NEGRO NEWS.

Como já afirmamos acima, os anúncios não constituíam a única, nem principal forma de sustento financeiro do jornal. Certo é, que ao anunciar ali, estabelecia-se uma relação de ganhos para ambos os lados. A divulgação do(s) produto(s) ou serviço(s) era feita da mesma maneira que o Conselho conseguia estabelecer relações de amizade e negócios que poderiam ser oportunamente utilizados.

Foi este o caso do *Studio Afro* que era um dos patrocinadores do periódico que em algumas ocasiões participou da promoção de eventos tais como o *Miss Perola Negra*.

Este evento contou com a participação do *Studio Afro* como realizador e da Secretaria da Cultura e do Conselho Municipal do Negro como apoiadores. Foi realizado em 30 de Abril de 1998, no Recanto Universitário. Esperou-se uma grande adesão dos negros da cidade e ainda de demais membros não negros.

“*Quero buscar todo e qualquer instrumento que levante o astral e a auto-estima da comunidade negra*” (NEGRO NEWS, 04/98, p. 12). Era o que dizia a diretora do *Studio* ao divulgar o concurso no jornal do Conselho. Com este objetivo promoveu-se a eleição da Miss Pérola Negra, a Princesa e a Garota Simpatia.

Para alcançar o público descrito lançaram mão de algumas estratégias. Uma delas era o preço de cada exemplar que variava entre 10 e 50 centavos de Real²². A proposta alcançou relativo sucesso pois, como sabemos, houve em algumas edições, uma tiragem de quinhentos exemplares.

Além desta estratégia, observamos no corpo do periódico a presença insistente de personalidades brancas (ou no mínimo fenotipicamente brancas) como participantes comuns do CMN. Apesar da necessidade de relacionamento com estes membros em diversas atividades, a constante recorrência a estes membros deve ser atribuída a sua posição de destaque na escala social²³.



Figura 3. Fonte: NEGRO NEWS de 04/1998.

Deste modo, a dimensão fenotípica de cada um tornava-se irrelevante. Estas pessoas eram provenientes de diferentes setores da sociedade. Eram professores universitários (Valdete, Paulo Aguiar), líderes comunitários (Emílio Ribeiro), personalidade históricas (Sr. Leopoldo), etc.

²² O preço por exemplar era inicialmente mais baixo. Inicialmente correspondia a 10 centavos de Real.

Já no final do período descrito cada assinatura anual custava 10 reais. Se considerarmos que somam um total de doze exemplares, cada um saíria a 83 centavos de Real.

²³ Retornaremos a este ponto tema no capítulo III, onde analisaremos o que levou o Conselho a ser enxergado como um órgão incapaz de mobilizar massas e de cumprir o papel para o qual foi criado.

dezembro/98 NEGRO NEWS Página 9

NOSSA GENTE

Oficial tem ascendência negra



Paulo Casini

Oficial de gabinete, Hugo Oliveira Claro, possui ascendência negra

Hugo Antônio Oliveira Claro, 30, é oficial de gabinete da prefeitura municipal e acompanha o prefeito Abelardo Camarinha há dez anos. Começou carreira como corretor de seguros, área na qual atua há 18 anos.

Em sua atividade na prefeitura, Hugo ressalta o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo prefeito Camarinha na área social. "Acho que nenhum prefeito foi tão preocupado em atender às necessidades da população em geral", disse o oficial.

relata que tem ascendência negra. Diz que muitos de seus "grandes amigos" são negros.

"Estou muito satisfeito em ver nosso povo fazendo acontecer, adquirindo seus espaços, apesar de sentir que o preconceito hoje não é mais tão acirrado como até algum tempo atrás. Isso porque todos estão buscando seus direitos", disse Hugo.

Há dez anos trabalhando ao lado de Camarinha, Hugo disse que pôde aprender muito de humanismo com o prefeito. "Ele é nota dez, não só no lado humano, mas também como administrador competente e preocupado com as questões sociais, principalmente com as pessoas mais humildes de nossa sociedade. Haja visto o apoio que tem dado à comunidade negra em Marília, com a conquista da sede própria. E fico feliz de poder participar dessa parte da história de Marília", disse ele.

Hugo afirmou não ter qualquer receio em falar de sua ascendência negra. "Muito pelo contrário. Os negros tiveram participação fundamental no desenvolvimento, não só do Brasil, como do mundo", concluiu.

Com muito orgulho, Hugo

Figura 4. Fonte: NEGRO NEWS de 12/1998.

Se esta era uma das estratégias de manter o jornal publicando a vida de uma instituição tão cercada de incredulidade, ela parece ter sido bem utilizada, pois parte da renda para o pagamento dos recursos para a feitura dele tinha origem na contribuição individual, bem como - e principalmente - no apoio da administração municipal.

Havia uma outra característica encontrada no jornal que diz respeito ao apoio da prefeitura. Em todas as edições há algumas matérias e propagandas das realizações da administração municipal. Entre pavimentações, construções de imóveis, promoções de eventos, circulava ali a imagem de uma administração que fazia acontecer.

Entre este tipo de "serviço" prestado pelo *Negro News* a concessão de uma sede em um imóvel para o Conselho é algo que se destaca. Claro que se trata de algo facilmente justificável de qualquer ponto de vista, por ter havido a união de interesses da comunidade negra de Marília e do prefeito. Entretanto este hábito de unir interesses será melhor discutido no próximo capítulo, pelo fato de suas implicações e conseqüências nem sempre terem sido positivas.



Figuras 5 e 6. Fonte: NEGRO NEWS.

Com poucos dias depois da posse a diretoria do Conselho conseguiu o aval do prefeito para implantação de uma sede do CMN em imóvel a ser locado pela prefeitura. E no dia 20 de novembro de 1998 foi inaugurada a sede do Conselho como parte das comemorações do Mês da Consciência Negra. O endereço era rua Taquaritinga, nº 226 (NEGRO NEWS, 11/1998, p. 06). O espaço foi pensado para implantar a biblioteca, o disque-denúncia, sala de exposições, e cursos. Além disto havia também um telefone e computadores. Infelizmente a sede foi devolvida depois de algum tempo em que se verificou que as instalações não estavam sendo utilizadas conforme o previsto²⁴. As atividades foram se esvaindo, havia ainda a dificuldade de contar com a disponibilidade dos membros que tinham seus compromissos de trabalho, etc.

²⁴ Note que esta mais uma vez é a opinião de entrevistados, inclusive dos membros do Conselho.



Nova sede do Conselho Municipal do Negro



Jair Lopes de Souza, da Coríntios do Sapo, Yara Andreoli e Ivete Conrado



Presidente do Conselho, Lourival de Silva Jacinto e a secretária da Cultura, Yara Andreoli

Figuras 7. Fonte: NEGRO NEWS de 12/1998.

Mas, voltando ainda para as comemorações do mês da Consciência Negra de 1998, o Conselho ainda promoveu atividades culturais, entre as quais destacamos a congada. O grupo religioso de São Sebastião do Paraíso-MG veio para se apresentar em Marília por uma iniciativa do Grupo dos Educadores Negros e com o apoio do Conselho

Municipal do Negro. Além disto a programação contava com o entrosamento do CMN, do GEN e da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Assim, chamamos a atenção do leitor para a importância do evento citado pela comunhão de interesses entre diferentes grupos, do caráter festivo, culturalista das promoções e ainda não podemos esquecer da inauguração da sede do CMN.

Outras vitórias surgiram neste período. Tal é o caso da votação histórica do vereador e membro honorário do CMN, Emílio Ribeiro. Ele fora o segundo vereador mais votado nas eleições correntes (1998).

Brito é uma figura significativa na trajetória do Movimento Negro de Marília. É de sua autoria o projeto de lei que institui a inclusão do conteúdo “História Afro-Brasileira” no currículo das escolas municipais de Marília. Outro projeto de lei do mesmo autor cria a Semana Zumbi dos Palmares que deve ser comemorada na semana que antecede o dia 20 de Novembro.

Ainda assim, há um certo consenso de que Emílio Ribeiro veio substituir o então vereador Dr. Jorge - um dos idealizadores do Conselho e que nesta segunda fase esteve ausente - como aquele capaz de representar a população negra de Marília na Câmara de Vereadores. Entretanto não podemos nos esquecer que há um forte compromisso de Ribeiro com sua comunidade (residentes da zona norte da cidade). A tensão gerada entre os objetivos da comunidade negra e de uma comunidade que não se identifica enquanto grupo racial, era característica da atuação deste vereador.

Outro evento promovido pelo CMN foi uma feijoada servida no dia 07 de Março de 1999. Foi um acontecimento que reuniu aproximadamente trezentos e cinquenta pessoas no Monte Líbano de Marília.

Como foi citado no periódico do Conselho,

O objetivo do evento foi arrecadar fundos para investimentos sociais em programas de integração da sociedade negra, principalmente dos educacionais, voltados

para orientação para o mercado de trabalho e assistenciais.
(NEGRO NEWS 03/1999, p. 09).

Pelo que pudemos perceber, esta feijoada teve a adesão de parcela considerável de negros da cidade. Uma vez que muitos não se envolveram com trabalho cotidiano do Conselho por uma série de motivos, é de surpreender ao verificar-se um número significativo de negros em eventos realizados pelo CMN.

Diga-se de passagem, este tipo de evento sempre rendeu bons frutos. É antes de tudo, um motivo de festejo e confraternização entre pessoas, e que poderia ser independente da questão racial. No entanto, por ter sido idealizada e promovida pelo Conselho Municipal do Negro, os adeptos se fizeram sempre presente por motivos identitários, a saber: reúnem-se entre semelhantes sob o pretexto de colaborar com uma instituição sem fins lucrativos e poder gozar de atividade de lazer. Enfim a(s) feijoada(s) reúnem pessoas, em sua quase totalidade negras, em torno de elementos comuns: tratar do ser negro sem parecer racista, já que a identidade racial é que os une (pelo menos naqueles momentos).

Seguindo a ordem cronológica, em maio de 1999 o Conselho promoveu, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, a implantação do programa de educação de jovens e adultos. Na verdade foi um curso em nível de ensino fundamental com capacidade de atender vinte e cinco pessoas.

A preparação do curso ainda contou com o apoio de duas escolas da cidade, uma estadual e outra particular. A participação do CMN no programa se deu por conta da proposta de inclusão de um acompanhamento aos alunos que teve como objetivo promover “(...) a auto-estima e discussões sobre a importância da raça negra”. (NEGRO NEWS, 05/1999, p. 03)

Também houve um outro trabalho relativo com educação em que o Conselho participou, ou melhor, promoveu. Em um período de aproximadamente dois meses os alunos das escolas de ensino fundamental e ensino médio da cidade puderam propor

suas dissertações num concurso que tinha o tema “*Desenvolvimento da Comunidade Afro-descendente no Brasil*”.

Foram recebidas cerca de 200 (duzentas) redações dos alunos da rede pública, ao concurso coordenado pelo professor Benedito Malaquias, que ainda orientou os alunos nas pesquisas. As expectativas foram superadas de tal forma que a divulgação dos premiados teve que ser adiada.

Foram premiados três trabalhos selecionados por uma comissão composta por cinco pessoas idôneas. Essas três pessoas tiveram como prêmio cursos de computação e certificados. Contaram ainda com a disponibilidade de alguns membros do Conselho para a confecção do trabalho.

Como foi citado no jornal do Conselho em Outubro de 1999,

(...) o concurso superou as expectativas. Muitos trabalhos foram apresentados, contribuindo para intensificar as discussões sobre as problemáticas referentes aos afrodescendentes (NEGRO NEWS, 10/1999, p. 10).

Em Junho de 1999, o Conselho conquistou mais uma forma de expressão. Foi através da TV a cabo da Marília. Um programa de TV de duração de uma hora onde a então vice-presidente do CMN apresentava, ao vivo, assuntos e reportagens de interesse da comunidade negra da cidade. Este programa era semanal - transmitido toda segunda-feira - pela TV Comunitária.

Voltando a Maio de 1999 as “comemorações” do dia 13 ocorreram nas dependências do SESI de Marília. O Conselho resolveu prestar homenagens a dois negros da cidade, o escultor João Pires Jr. e o empresário Álvaro Manera.

Este evento tem a “vantagem” de mostrar como o Conselho lembrou o dia 13 de Maio. Não esquecendo o lado festivo da data - concursos de beleza, homenagens, etc. -, sempre havia também uma dimensão de denúncia. Estas duas dimensões não ultrapassavam o evento que promoviam com o pretexto quase sempre festivo. Não há

registro de algum desdobramento, em termos de ação política, decorrente desses eventos. Assim a dimensão de denúncia estava submetida àquela.

Membros do Conselho participaram do encerramento de um projeto executado por uma escola na cidade. Os alunos da Escola Estadual Baltazar de Godói Moreira desenvolveram por três meses trabalhos interdisciplinares que envolviam pesquisas e debates entre alunos e professores com o tema racismo.

A intenção da escola foi “*cumprir a função da escola, em formar cidadãos conscientes, capazes de agir na sociedade*” (NEGRO NEWS, 07/1999, p. 09). E de fato, este foi um acontecimento muito significativo no tocante à questão racial do negro em Marília. Notamos que houve adesão de diversos elementos. Os funcionários e professores da escola, os alunos, membros do CMN e outras pessoas.

Ao Conselho coube a tarefa de participar do encerramento das atividades por meio de alguns de seus membros (Meire, Dr. João Toledo, etc.) como palestrantes. Ainda contou com a participação do advogado Moacir Ventura, na mesma ocasião com sua exposição sobre o racismo.

Na seqüência cronológica e retornando à sessão de concursos de beleza, em junho de 1999 foi realizado mais um. Desta vez foram as crianças que ocuparam o palco. Tratou-se do concurso Miss Mirim, onde foram escolhidas as Mini-Misses e Miss Pérola Negra Mirim. O evento fora promovido pelo Studio Afro Produções Cabelo e Moda, dirigido por Maria Adelaide Penteado. Houve ainda a participação de membros do Conselho, da Miss Pérola Negra e de outras pessoas como júri.

Outro concurso, este de fato realizado pelo Conselho Municipal do Negro foi o II Concurso Garota e Garoto Afro-Verão. Foi realizado no dia 19 de Novembro de 1999 e, diferentemente do concurso anterior, envolveu escolas públicas da cidade que enviaram seus representantes para concorrerem.

Como apontou uma das organizadoras do evento, Maria Adelaide Penteadó, o envolvimento das escolas no concurso se deve ao fato de que os membros do CMN sentem a necessidade de envolver “(...) *as escolas a começar pelo concurso Afro-Verão*” (NEGRO NEWS, 10/1999, p. 12).

A Escola Estadual Monsenhor Bicudo foi a vencedora do Concurso. Os alunos que a representaram receberam como prêmio uma bicicleta, que fora cedida pelo deputado Ivo Belo. O evento ainda contou com a participação dos bancários representados na pessoa do então presidente do Clube dos Bancários, Machado.



Figura 8. Fonte: NEGRO NEWS de 11/1999.

Uma das coisas que mais nos chamou a atenção neste evento foram os discursos de algumas pessoas que prestigiaram o evento. Daniela Pereira, 17 afirmou: “*Os meninos são muito bonitos e todos representam bem a beleza negra. Esse evento é legal e incentiva bastante os negros*” (NEGRO NEWS, 12/1999, p. 12).

De outro lado, citamos o que disse Washington Mariano da Silva, também de dezessete anos: “*Eu também levaria todas para minha casa porque são muito bonitas.*”

As mulheres negras são fantásticas e esse concurso é ótimo para divulgar o que elas têm.(...)” (NEGRO NEWS, 12/1999, p. 12).

O que chama a atenção nestas falas é que elas reproduzem estereótipos que depreciam a imagem do homem negro e da mulher negra. O homem negro para ser “*bonito*” segue um padrão de beleza que, ainda que leve em consideração elementos de ascendência africana negra, ainda assim obedece a uma lógica estética exterior a esta. Esta lógica ainda associa o homem negro a uma imagem de objeto de desejo feminino, muito mais que as mulheres negras são desejadas pelos homens.

Ainda em tempo, notemos que o olhar masculino sobre a mulher negra ainda carrega em si um ranço do olhar que tinha o senhor de escravo em relação a esta. Onde se lê “*levaria todas para casa porque são muito bonitas*” podemos entender como levaria todas para a *cama*.

Já no dia 13 do mesmo Novembro, aconteceu o I Almoço Afro Brasileiro, na choperia Roda d’Água. Foi fruto de uma parceria entre esta choperia e o Studio Afro Produções, Cabelo e Moda.

Afirmara a organizadora do evento, Maria Adelaide Penteado, que se trata do calendário de comemorações do Dia da Consciência Negra. O que ela buscava era uma integração daquelas pessoas que ainda não tinham participado de algum evento da comunidade negra. E como ela ainda afirma “*todo brasileiro gosta de samba e feijoada em um ambiente descontraído e familiar*” (NEGRO NEWS, 10/1999, p. 12) optou-se pela feijoada.

Em novembro de 1999 o Conselho implanta, de fato, sua assistência judiciária. O serviço era gratuito e feito por um advogado instituído pela Casa. Não estava restrito a causas de discriminação raciais, e sim se atendia nas áreas cível criminal, trabalhista e atendimento a aposentados.

O atendimento era feito na sede do CMN entre as 13:00 horas e as 17:00 horas de segunda a sexta-feira, ou ainda por telefone.

Ainda tivemos na edição de Novembro de 1999 uma matéria no campo *Participação*, em que o Conselho inicia programa de assinatura anual do jornal Negro News. O custo era de R\$ 12,00 e superava as compras mensais, que custavam R\$ 0,40.

O argumento para o preço ser maior era que a intenção era suprir os gastos com a produção do jornal. Ainda que tivessem parte das despesas patrocinadas por pessoas individualmente, comerciantes, instituições, o que estavam objetivando era articular um público freqüente que estaria deste modo ligado mais intimamente ao Conselho.

E no dia 20 de Novembro de 1999 aconteceu a I Olimpíada Afro-descendente Dr. Abelardo Camarinha. Evento coordenado pelo membro do Conselho José Maria Aguiar, que por trabalhar na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, teria mais capacidade de organizar o evento.



Figura 9. Fonte: NEGRO NEWS de 09/1999.

Este evento envolveu um número considerável de participantes (participaram cerca de cem atletas), pois contou com a adesão de um público que extrapolava os limites da população negra da cidade²⁵. Aconteceu no Estádio Mineirão. Ainda prestaram homenagens a radialistas da cidade. Conforme o anúncio no periódico Negro News:

O evento tem o apoio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Endurb, Secretaria Municipal da Educação e Sesi. Estarão participando as cidades de Marília, Bauru, Ourinhos e Lins. Os organizadores esperam cerca de cem atletas de cada delegação.

Ainda nas comemorações do Dia da Consciência Negra de 1999, seguiu-se no dia 21 um evento em que o Conselho prestou homenagens a “*seis pioneiros afrodescendentes da cidade durante (sic) evento recheado de pagode*” (Negro News, 12/1999: 07). E os discursos não fugiram do habitual. Uma das homenageadas, Antonia Beatriz afirmou que “*A situação do negro hoje melhorou bastante graças ao esforço de todos*” (NEGRO NEWS, 12/1999, p. 07).

Um outro item que chama a atenção do leitor do jornal são as fotos de capa. Por motivos óbvios essa parte do corpo do jornal é de extrema importância, já que é a partir daí que se busca conquistar o leitor. Ou seja, as características estéticas, mais do que em qualquer outro lugar, fazem a diferença.

Uma outra entidade foi citada no periódico do CMN em Fevereiro de 2000. Estamos falando da APROBELE (Associação dos Profissionais de Beleza e especialização afro-étnico de Marília e região).

Esta entidade implantou cursos com a parceria do Conselho Municipal do Negro. Os cursos na área de beleza afro-descendente não tinham fins lucrativos, apenas de formar profissionais capacitados para atender um público negro que, como sugere a

²⁵ Não estamos falando de limites territoriais ou de qualquer outra natureza, exceto no caso de se tratar de limites raciais. As fronteiras raciais no evento citado foram extrapoladas, pois houve a participação eminentemente de uma população de caráter comunitário, sem muita preocupação com a identidade racial destes.

matéria, estava cada vez mais exigente e interessado no assunto. Além disso, a associação tinha a intenção de “*atualizar, unir, fortalecer a classe* (dos profissionais de beleza), *além de trazer aqueles profissionais que estão trabalhando em casa para um salão personalizado*” (NEGRO NEWS, 02/2000, p. 12).

Em Abril de 2000 o Conselho começou a divulgar o *Seminário Estudantil Móvel Brasil 500 Anos*, com o tema “O Negro e o Brasil”. Foram quatro dias de discussões abordando diversas dimensões da questão racial relativa ao negro - leis mulher negra, mercado de trabalho, visão política e o negro, etc.

A coordenação ficou por conta da então vice-presidente do Conselho, Ivete Conrado. Contou ainda com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Em 29 de Abril de 2000, ocorreu mais um concurso de beleza, o Miss Pérola Negra 2000. Desta vez o apoio foi oferecido pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, APROBELE, Microlins Informática, Clube dos Bancários e Magic Music.

O evento contou ainda com a participação da atriz Chica Xavier, que aproveitou para lançar seu livro *Chica canta sua prosa* em Marília, no dia 30 de abril. E para que fosse viável a vinda da atriz da Rede Globo de Televisão, o evento contou com o imprescindível “*apoio do prefeito Camarinha, que mais uma vez demonstrou sua sensibilidade para com a comunidade afrodescendente...*” (NEGRO NEWS, 04/2000, p. 12). Ou ainda como exemplo do apoio do prefeito “*Sem o apoio do Camarinha este evento seria praticamente inviável e a presença de Chica Xavier é de extrema importância, uma vez que é uma mulher negra que lutou e venceu na vida disse Maria Adelaide Penteadó, diretora do Studio Afro*” (Id., p. 12).

Como afirmamos acima o jornal fora publicado no período áureo da história do CMN. Ele trazia consigo a marca de uma série de noções, propostas, ideários, concepções e sobre e a partir do Conselho Municipal do Negro.

Outro item que nos interessa neste ponto do trabalho é a questão do surgimento, florescimento de alguns grupos organizados do que estamos chamando de movimento negro²⁶. Entre eles conseguimos algumas informações a respeito de três: Grupo de Educadores Negros, Pastoral do Negro, Movimento Hip Hop.

Nosso diálogo com estes grupos se deu em especial com os membros do Grupo de Educadores Negros (GEN). Assim sendo, começaremos a descrever brevemente o que vem a ser este grupo.

Trata-se de uma iniciativa de um grupo pequeno de pessoas que em Agosto de 1994 funda um grupo em torno da questão racial do negro, ou afrodescendente²⁷. Os fundadores do GEN eram - pelo menos em maioria - alunos e professores da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP em Marília. É bem provável que a proximidade com questões que tocam o tema da educação multicultural, educação e racismo tenham levado essas pessoas a se debruçarem sobre a educação e relações raciais.

Não temos muitas informações a respeito deste nem de quaisquer destes outros três grupos. Ainda assim é possível pensarmos em algumas questões tais como a relação entre o surgimento destes grupos e o Conselho. Esta nos parece uma proposta interessante de trabalho. Notemos que além do GEN, neste entremeio da criação do Conselho e os dias atuais, surgiram ainda estes outros dois grupos.

O movimento Hip Hop nos é quase que totalmente desconhecido. Em nosso trabalho de campo e de análise optamos por não abordarmos este movimento, haja vista a falta de condições materiais de nossa parte. Trata-se de um movimento que ultimamente (é bastante provável) tem sido a forma de contestação da comunidade

²⁶ Consideramos “movimento negro” o conjunto de indivíduos e de grupos organizados de maneira a ordenarem ações de combate ao racismo. Estes grupos podem ser de inúmeras naturezas. Podem ser de filiação religiosa, institucional, relacionados a algum tema (educação, gênero), etc.

²⁷ A partir deste ponto faremos uso apenas da expressão afrodescendente quando estivermos tratando exclusivamente (ou em nome) do GEN. Esta opção se deve ao fato de que em nossas incursões aos

negra mais estudada pelas Ciências Sociais. Assim nossa isenção nesta área se justifica por dois motivos, a saber, de um lado a já citada dificuldade material (tempo, acesso, etc.). Por outro optamos por tratar-se de uma faceta das relações raciais que nos parece majoritariamente carente de estudos.

Mas o fato é que o Hip Hop surge em Marília nesta época. O jornal do CMN destaca em uma de suas edições um grupo tal como está publicado no corpo deste jornal “*O grupo Geração Hip Hop começou a ser formado naturalmente há cerca de oito meses*” (NEGRO NEWS, 08/1999, p. 10).

Além do GEN e do Hip Hop, surgiu também neste ínterim a Pastoral do Negro em Marília. A Pastoral surgiu no início do segundo semestre de 1998 a partir de seis casais, com um caráter mais religioso, “*A Pastoral é um movimento mais no sentido de evangelizar nossos irmãos de cor e quem queira participar*” (NEGRO NEWS, 01/1999, p. 10)

As ações deste grupo também não nos são totalmente conhecidas. Destacamos a organização da Missa Afro²⁸. Trata-se de uma missa católica em que há uma busca do sincretismo - pelo menos aparentemente, pelo aspecto visual e estético.

Resta por último discorrermos sobre a atuação do Conselho sob o aspecto das leis. Ou melhor, dizer o que foi feito entre os anos de 1988 e 2000 pelos membros do Conselho.

Duas leis são destacadas neste ponto do trabalho. A primeira, “*Dispõe sobre a criação da semana Zumbi dos Palmares e dá outras providências*”. Assinada em 03 de Setembro de 1999, a Lei Número 4687 cria a semana em comemoração ao Dia da União e Consciência Negra, que deverá ocorrer a cada ano na semana anterior ao dia 20 de

membros deste grupo notarmos que o termo afrodescendente é bem mais usual - embora não seja exclusivo.

²⁸ A Missa Afro tem a organização da Pastoral do Negro e dos Agentes de Pastoral Negros. São grupos distintos.

Novembro. De acordo com esta lei o poder público municipal deverá criar e divulgar programas de valorização e participação do negro, apoio a palestras, cursos, etc.

Ainda de acordo com esta lei o Conselho deveria contribuir para que o material utilizado nestas comemorações esteja de acordo com o que há de mais contemporâneo, oferecendo uma leitura crítica da história. Ainda em tempo, é de competência da administração municipal “*promover e valorizar a cultura, a arte afro-brasileira, com programações de eventos artísticos e culturais.*” (ênfase por nossa conta).

É importante notarmos que esta lei existe e seu cumprimento não tem sentido contestatório. De acordo com ela, o Conselho deveria realizar eventos artísticos de cunho cultural. Podemos afirmar que o conteúdo desta lei está inserido numa percepção preconceituosa da população negra e africana.

A consideração de que em África só se produz cultura, artes e esportes é deturpada, míope, uma vez que mascara a verdadeira riqueza e contribuições dos povos africanos e seus descendentes. Para além de tudo, a filosofia africana, as técnicas de mineração, metalurgia, a matemática, as línguas e outras contribuições de origem africana são pouco conhecidas e ignoradas, mesmo quando iniciativas de reparação são constituídas.

A segunda lei e, ao que nos parece, mais importante é a que institui a obrigatoriedade do ensino do conteúdo “[...] ‘*História Afro-Brasileira*’ nos currículos das escolas municipais de Marília[...]”. Este conteúdo é destinado à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental. Ele deve ser abordado nas disciplinas Estudos Sociais, História e Geografia.

Ao Conselho Municipal do Negro cabe participar da preparação do material didático a ser utilizado pelos professores e alunos. Ainda participarão “[...] *pesquisadores, educadores negros, organizações negras e militantes do movimento*

negro [...]”.A capacitação dos professores deve correr por conta da Secretaria Municipal de Educação e dos grupos acima citados.

O ponto que chama a atenção é que uma lei similar a esta foi formulada no Congresso Nacional em um período posterior ao da criação da Lei Municipal Número 4688.

Apesar da existência destas duas leis, não parece viável entendê-las como vitórias absolutas. Há que se reclamar os meios para a sua efetiva execução. Notemos que ambas as leis têm como fundo para despesas, as dotações orçamentárias próprias. E até onde sabemos, isto não significa uma quantia suficiente.

Aqui encerramos este item do primeiro capítulo. Ao que podemos observar, a história do Conselho Municipal do Negro é repleta de rupturas. Da última publicação do Jornal até os dias atuais o que sabemos é que as atividades do Conselho declinaram sensivelmente. É notável que a intensidade das ações e projetos organizados pelo CMN diminuíram bastante.

Nós não pretendemos escrever sobre o Conselho apenas medindo a intensidade em que os eventos ocorrem. De fato isto tornaria nosso trabalho de análise fútil e talvez até tendencioso. Mas ainda assim é preciso lembrar que, em períodos claramente distinguíveis, os conselheiros conduziram suas atividades de militância ora com mais, ora com menos frequência. Este simples dado nos parece bastante sintomático da explicação de o que significou a existência de um Conselho Municipal do Negro na cidade de Marília pra comunidade negra.

Em alguns trabalhos por nós apresentados argumentamos exatamente sobre este dado: a história do CMN está marcada por descontinuidade de ações. Ou textualmente “(...) *O Conselho Municipal do Negro (CMN), criado em 21 de abril de 1988 por*

decreto municipal tem sua história marcada por longos períodos de dormência no que tange à consolidação de políticas anti-discriminatórias (...)” (CRUZ, 2003, p. 01)

Segue-se que a partir do princípio da década atual, as atividades do Conselho foram fazendo-se cada vez mais raras. Aquelas práticas culturalistas foram sendo substituídas por outras propostas. Basta observar que a produção e organização de eventos como festas, bailes, etc. foram retiradas da ordem do dia entre os conselheiros. Em seu lugar, algumas apresentações na mídia local foram colocadas.

Não houve a formação de uma agenda formalizada em que membros do CMN se colocassem a disposição dos meios de comunicação da cidade. O que verificamos é a permanência dos(as) mesmos, de prontidão para que o debate sobre racismo e anti-racismo possa ser realizado em Marília. Seja na mídia local ou mesmo em escolas ou outras instituições - associações de classe, movimentos sociais, etc.

A proposta que circulou no CMN era a de que, partindo das atividades particulares de cada membro, a militância do grupo pudesse ser realizada. Neste sentido, o afastamento do Conselho enquanto uma instituição vinculada à administração pública de Marília tem sido um dado na trajetória do Conselho. As ações tomadas por aqueles(as) que ainda são lembrados pela militância no CMN tem partido das iniciativas individuais, sem a participação - direta ou indireta - de prefeito ou qualquer representante do poder público constituído. Há um certo consenso entre seus membros da necessidade de marcar o espaço do movimento negro sem permitir a confusão entre Conselho e prefeitura, por exemplo.

Podemos dizer que o reconhecimento de práticas consideradas escusas pelo prefeito Camarinha tem encontrado eco no interior do Conselho Municipal do Negro. Assim, seus membros têm caminhado no sentido de militar em nome do Conselho, mas não na execução de algo que demande grandes investimentos, como festas, torneios

esportivos, projetos sociais. Mesmo porque para tanto seria necessário apoio financeiro e carismático, tradicionalmente buscado na vinculação com a prefeitura - agora vista não mais com bons olhos.

Segue-se a necessidade de ampliar os horizontes sobre o tema racismo. Para tanto, os membros do CMN têm investido na formação individual. É sempre importante lembrar que para eles(as) o investimento na carreira individual implica em ganho coletivo. Por isso é comum a afirmação de que “*apoiar o amigo negro pra ele ou ela vencer na vida e aumentar nossa rede (...)*” (entrevista com o Sr. João Toledo em 09 de agosto de 2002).

Visto de fora, este momento da trajetória do Conselho parece ser caracterizado pelo descaso, ou ainda pela negligência com um projeto que envolveu uma quantidade significativa de pessoas²⁹. Os dados que obtivemos não coincidem com tal avaliação. Somos levados a crer que as dificuldades impostas à execução de um projeto contínuo e que envolvesse um grande número de envolvidos orientados pelo CMN serviram de motivações para que seus membros optassem por outro tipo de militância. Eles ainda falam em nome do Conselho Municipal do Negro quando são chamados. Mas na maioria dos casos investem em cursos de aprimoramento, graduação e pós-graduação, visitas ao Museu Afro-brasileiro, etc. Sempre com a temática racial presente.

Nossa intenção nesta parte foi a de apresentar ao leitor a história do Conselho, através da divisão nestes períodos de forma clara, repleta de material etnográfico. Este material muitas vezes aparece como algo desconexo, solto, sem ordenação por temas. Mas o objetivo foi não ser parcial, apresentando os dados conforme sua ordem cronológica. Estamos também cientes que muitas vezes isto atrapalha o entendimento, pois a leitura passa a não ser tão agradável.

Assim pudemos oferecer a maioria dos dados e informações colhidas em nossas incursões aos atores sociais envolvidos, especialmente o material escrito e impresso. Seguiremos a exposição da trajetória do Grupo de Educadores Negros de Marília, um outro pólo de militância constituído em meados da década passada.

1.3 - Grupo de Educadores Negros

Como já foi dito, em agosto de 1994 surgiu um grupo de pessoas negras interessadas em preencher uma lacuna ainda em vão no tocante à militância anti-racista³⁰. Um grupo de alunos(as) da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Marília se organizou criando o Grupo de Educadores Negros.

Na realidade, podemos entender a criação do GEN desde a década de 1980. Naquela época, por volta de 1983, foi criado um grupo, dentro da Igreja Católica, ligado à discussão do tema “Negritude e Fé”. Deste grupo participavam poucas pessoas, entre as quais o Padre Zambrózio, Augusto, José Luís, Marina, Zélia e Mariana. O encontro deste grupo ocorreu dentro do campus da UNESP/Marília. Alguns seminaristas estudavam filosofia naquela instituição, quando se reuniram a estudantes do curso de Pedagogia e Ciências Sociais.

A intenção naquele momento, de acordo com os(as) próprios(as) militantes, era valorizar a cultura negra e trabalhar a auto-estima do negro. Foi então que surgiram os Agentes de Pastoral Negros (APN's).

²⁹ Cabe notar que são cerca de trinta pessoas que constam entre os membros – passageiros ou permanentes – do Conselho Municipal do Negro. Entre estes, pouco mais da metade foi entrevistados em nosso trabalho de campo

³⁰ Trata-se de opinião corrente entre os membros do GEN.



Figura 10. Fonte: Negro News 08/1998

Os APN's, desde então vem realizando em Marília um trabalho junto à comunidades de bairros periféricos. A escolha não foi por acaso, já que existe o entendimento de que a maioria dos(as) residentes nestes bairros são negros(as). Algumas realizações têm marcado o nome desta entidade. A missa Afro, realizada anualmente por volta do dia 20 de novembro, tem sido o evento de maior destaque deste grupo. Além do mais, buscam reafirmar o que chamam de consciência racial³¹ entre os católicos presentes naqueles bairros.

Entretanto, por volta de 1993-94, muitos dos seus membros acabaram se dispersando, em função de ordenações e outros compromissos profissionais. Assim, uma parte do grupo, parece ter buscado outra forma de continuar a militância negra.

Podemos notar que desde então já havia um certo afastamento entre estes(as) militantes e a postura do Conselho Municipal do Negro. Basta notar que a opção foi organizar um grupo que pudesse dar novo alento à luta anti-racista em Marília.

³¹ A idéia de consciência racial, neste caso, não implica em dar ênfase ao caráter político da militância anti-racista. Implica apenas em fazer com que negros(as) católicos possam se aceitar psicologicamente como tal e, principalmente, como membros da igreja católica.

As educadoras Cláudia e Fabiana convidaram o professor Paulo Aguiar e alguns estudantes de pedagogia para a organização de um grupo que pudesse discutir “educação e racismo”. Houve ainda a participação de pessoas ligadas à Diretoria de Ensino de Marília (a Assistente Técnico-pedagógica Vitória teve importante participação).

As reuniões do grupo eram, conforme a maioria dos(as) educadores(as), às terças-feiras entre 14:00 e 17:00 horas.

Contavam no momento inicial com o apoio do vereador Dr. Jorge³². Este fornecia cópias³³ de textos para a discussão entre os(as) educadores(as) na seção de fotocópia da câmara.

Na verdade, parece que a APEOESP/Marília ofereceu apoio, inclusive financeiro às atividades do GEN. Mais do que isto, houve a participação de membros deste sindicato nas reuniões semanais daquele.

Vários foram os eventos organizados pelo GEN. Destacamos aqueles que nos parecem ser mais importantes para o grupo³⁴.

A reunião do dia 29 de agosto de 1994 foi, segundo consta nos arquivos do Gen, a primeira oficial. Naquela ocasião, foi apresentado o vídeo “*Mulheres nos Canaviais*”, feita a leitura do texto “*Professores e Descendentes de Africanos, qual o nosso papel?*” (ata de reunião de 29/08/1994), bem como o debate sobre o mesmo.

Ficou exposto, desde o momento, uma das principais características do Grupo: a predominância de mulheres. Veremos adiante que esta predominância não se restringiu ao número de participantes, mas chega a influir nas discussões e encaminhamentos.

³² Dr. Jorge naquela ocasião era presidente da câmara de vereadores de Marília.

³³ Em entrevista, foi informado de que eram cerca de vinte fotocópias.

³⁴ Todos os eventos citados foram citados por duas ou mais pessoas do grupo.

A tônica da reunião foi dada pela exposição dos participantes de situações discriminatórias que haviam presenciado. As motivações que os(as) levaram a participar do GEN também foi outro ponto de reflexão.

É importante observar que nas primeiras reuniões do Grupo, houve uma espécie de fundamentação para as tarefas que se seguiriam. Assim, no dia 05 de setembro de 1994, dados do último censo do IBGE sobre a desigualdade entre negros(as) e brancos(as) no Brasil foram estudados. A idéia apresentada foi a de comparação entre o *status* social da população negra nos EUA e no Brasil.

O tema da discriminação nas escolas públicas veio à tona já na terceira reunião oficial do Grupo. Aliás, os casos referentes a situações de racismo nas escolas Bento de Abreu e na escola Silvia Ribeiro de Carvalho foram apresentados e discutidos.

O que nos foi apresentado por algumas educadoras negras é que havia uma profunda necessidade de “*embasar quem estava chegando agora (sic) e só tinha sentido na pele*” o racismo (entrevista com a Sra. Lúcia em 12 de outubro de 2006).

A partir da quarta reunião (em 19 de setembro de 1994) voltou-se a atenção para o tema “identidade”. Neste encontro foi debatido o texto “*Identidade, Educação e Cultura*”. Na próxima reunião o texto escolhido foi “*A Identidade da Criança Negra e a Educação Escolar*”. Na seguinte o texto tem o título “*Educação e a Identidade da Criança Negra*”.

As reflexões iniciais sobre educação e racismo estavam contidas ali. Tratou-se, na opinião dos(as) educadores(as) negros(as), de um instrumento para a emancipação da população negra que vem sofrendo com as desvantagens do racismo. Deste modo, a educação é compreendida como principal instrumento, podendo ser tanto para a emancipação, como para a reprodução de uma estrutura social e cultural racista.

Mais do que estudar as relações entre racismo e educação no Brasil, propostas de intervenção em instituições em Marília foram levantadas e aprovadas. Uma delas diz respeito à exibição de “*filmes referentes à resistência negra*” no Clube de Cinema de Marília.

Somemos a isto a prioridade dada à educação, principalmente nas séries iniciais. Considerando que a educação tem sistematicamente contribuído para “*deforma[r] ao invés de formar cidadãos*”, urge a necessidade de “*acompanhar casos de discriminação racial que ocorrem nas escolas*”. Em um primeiro momento, a orientação era a de apenas denunciar e acompanhar os casos já efetivados. Veremos que com o passar do tempo, a orientação do GEN se voltou para a sensibilização de docentes e demais profissionais da educação, assim como aos educandos(as).

Nas reuniões do dia 17 e 31 de outubro, 07 e 14 de novembro de 1994 os debates giraram em torno da preparação para os eventos esperados para o dia 20 de novembro daquele ano. Para tanto, sentiram a necessidade de aprofundar o debate sobre racismo e africanidades no Brasil, através do uso do filme - *Zumbi dos Palmares* - e artigos de revista - *A curva do sino* (Veja).

Como poderíamos esperar, no dia 20 de novembro de 1994 foram realizadas atividades sob a égide do Grupo de Educadores Negros. Palestras aos alunos de 5^a a 8^a série do Ensino Fundamental e exposição de trabalhos na E.E.P.G.; projeção do filme *Quilombo*, organização de debates e exposição de cartazes no C.E.E.S. Prof^a Iria Fofina Seixas; projeção do filme *Quilombo* e debate com os alunos da E.E.P.S.G. Waldemar Muniz da Rocha Barros.

Em algumas outras escolas, o Grupo de Educadores Negros distribuiu material temático. Mas o resultado não foi o esperado já que os corpos docentes das mesmas “*manifestaram positivamente alegando que por falta de planejamento anterior não*

chegaram a mobilizar a escola de uma forma geral, mas fizeram uma discussão em sala de aula para que os alunos tomassem ciência da data” (ata de reunião de 27 de novembro de 1994).

Por fim, na última reunião daquele ano, uma avaliação do início do Grupo foi realizada. Um cartão de natal foi confeccionado e enviado aos apoiadores do GEN. Destacam-se o vereador Dr. Jorge e os professores negros(as) da rede estadual de ensino de Marília.



Figura 11. Fonte: Cadernos de Ata de Reunião do GEN

No segundo semestre de atividade do GEN a relação entre os membros esteve modificada. As estratégias que seriam utilizadas pelo grupo a fim de que conquistassem

seus objetivos passaram a ser pensadas em termos de “*armas a serem utilizadas*” (ata de reunião de 28/03/1995) desde a primeira reunião.

O alvo prioritário foi, indiscutivelmente a educação em Marília. Desde este momento ficou patenteado um conjunto de propostas que se distanciavam daquelas propostas pela Legião Negra em Marília, bem como das propostas mais comuns entre o movimento negro da primeira metade do século XX no Brasil³⁵. Os temas mais importantes escolhidos pelos membros do GEN foram “*currículo*”, “*qualidade do material didático*”, “*relação professor-aluno*”, “*etnocentrismo*” em educação.

E na primeira reunião de 1995 situações de discriminação racial foram debatidas. Cabe ressaltar que não apenas a discussão era feita entre os participantes, mas havia sempre (sem exceção) encaminhamentos no sentido de orientar os(as) agentes racistas e/ou no sentido de cobrar alguma reparação - seja esta por meios jurídicos ou através de correções públicas nos meios de comunicação de massa.

Notamos que o GEN teve um importante papel nas relações raciais em Marília, pois, entre outros motivos, foi um dos organizadores de debates posteriores a atos de racismo. Por exemplo, foi convidada a participar da reunião do GEN uma aluna do Colégio Cristo Rei que havia relatado “*um caso de preconceito no Colégio Cristo Rei onde o professor de Geografia pediu trabalhos sobre cultura negra e indígena e pediu para que os alunos fizessem uma apresentação da forma mais cômica possível*”. (ata de reunião de 28 de março de 1995)

Foi também neste ano (1995) que o trabalho do GEN parece ter recebido notoriedade por parte de alguns setores da sociedade mariliense. Notamos que desde o início, várias instituições relacionadas à educação mantiveram algum tipo de vínculo com o grupo. Além disso, alguns militantes podem ser pensados como elo de ligação

³⁵ Retornaremos a este ponto no capítulo 2.

entre o Grupo de Educadores Negros e o Conselho Municipal do Negro. Ao mesmo tempo em que o GEN era recebido como o grande representante da população negra - em sua luta contra o racismo -, havia a idéia de que o CMN tinha sucumbido.

Destacamos a figura do Dr. Jorge. Mais do que ceder as fotocópias dos textos que eram discutidos nas reuniões, ele esteve empenhado nas mais diversas atividades do grupo. Aliás, em nenhuma das atas de reuniões do GEN houve qualquer citação depreciativa sobre o Dr. Jorge - fato que aconteceu com membros do próprio grupo. Por exemplo, para a reunião do dia 25 de abril de 1995 estava agendada a participação do Dr. João Toledo. A proposta era a discussão do racismo sob o olhar do Direito brasileiro. Como sabemos, existe uma distância entre a concepção de racismo para a legislação brasileira e para as Ciências Sociais. Enquanto para esta o racismo se manifesta em preconceitos, discriminações e/ou em discursos ideológicos que fundamentam os dois elementos anteriores, para a legislação brasileira anti-racista - considerada avançada por alguns militantes - atos de racismo se dão somente quando alguém é impedido em virtude de seu pertencimento “racial” ou “étnico”. Assim, somente alguns poucos casos de discriminação racial podem ser enquadrados na legislação brasileira como atos de racismo, possibilitando uma certa confusão entre alguns(mas) militantes que pensariam que a coincidência entre o Direito e as Ciências Sociais fosse real e efetiva.

Infelizmente, não foi possível a participação do jurista convidado por motivos particulares, segundo o que consta na ata de reunião: “*Houve um imprevisto impedindo-o de comparecer, (...)*” (ata de reunião de 25/04/1995). Mas, diferentemente do que consta na ata de reunião, duas entrevistadas consideraram que tal ausência denotaria um certo “desleixo” por parte do convidado. Fabiana (entrevista em 22 de março de 2003), assim como Lúcia (entrevista em 17 de novembro de 2005), apontam para um

distanciamento entre o CMN e o GEN, que desde este momento foi orientado pelo convidado³⁶.

Já na reunião do dia 02 de Maio de 1995 o debate foi voltado para o tema “educação e racismo”. Desta vez, a ênfase foi na postura do professor(a). Podemos considerar que se trata de um avanço esta perspectiva do GEN, que considera importante a formação e educação - no sentido mais profundo do termo para os(as) educadores(as). Visto que estamos falando sobre aqueles(as) que vivem cotidianamente entre os(as) educandos(as) e toda a estrutura burocrática da educação, ao professor(a) a “*grande dificuldade de mudança se restringe na mudança de [sua] mentalidade*” (ata de reunião de 02/05/1995).

Mais do que notar os(as) alunos(as) negros(as) como diferentes - mas não desiguais - é na escola (ou mais precisamente na sala de aula) que a “*recuperação das raízes culturais adquire cada vez maior importância*”. (ata de reunião de 09 de maio de 1995).

Para o GEN a visibilidade da população negra tem sido um problema na sociedade brasileira e, em particular, na sociedade mariliense. Os estereótipos atribuídos aos negros(as) são decorrentes, na avaliação do grupo, do que é feito e de como é feita a educação familiar e escolar.

Notemos que existe uma ênfase na educação escolar. Isto nos parece compreensível na medida em que os educadores(as) negros(as) se remetem ao discurso de que o racismo é um fenômeno social, e como tal deve ser pensado. Sem minimizar os aspectos históricos, psicológicos, filosóficos ou culturais³⁷, o GEN propõe medidas anti-racista a partir das esferas de formação do ser social. A escola assume papel

³⁶ O Dr. João Toledo é membro do CMN e teve boas relações com o prefeito Camarinha. Sendo considerado um braço do prefeito Camarinha no movimento negro, acabou por capitalizar todo o estigma relacionado ao Sr. Camarinha.

³⁷ Este tema foi abordado na reunião do dia 23 de maio de 1995.

preponderante, já que o acesso à ela se dá de maneira mais facilitada do que no interior das famílias, por exemplo.

Ora, neste sentido, preocupar-se com o racismo nos livros didáticos é condição *sine qua non* para a efetivação de conquistas. Somando-se às denúncias da existência de matérias com conteúdos racistas publicadas em jornal de circulação local, este foi um tema da reunião de 16 de maio de 1995.

E assim, até o final do semestre a ênfase foi dada ao tema “educação e racismo”. A linguagem utilizada no ambiente educacional, as experiências educativas relacionadas à cultura negra, assim como os estereótipos racistas na literatura brasileira constituíram a pauta das reuniões do grupo.

O ano de 1995 foi marcado pelos preparativos para o tricentenário de morte de Zumbi dos Palmares. Aquele foi um ano importante na luta anti-racista no Brasil devido ao fato de diversos grupos terem se organizado em torno do dia 20 de novembro para as celebrações e contestações.

Deste modo, o Grupo de Educadores Negros, após ter aprofundado o debate sobre “educação e racismo”, e dando continuidade aos trabalhos de combate público ao racismo, tratou de planejar e executar eventos para a data referida. Podemos dizer que o segundo semestre de 1995 foi quase totalmente voltado para estes eventos.

Já no dia 01 de agosto de 1995 o professor Paulo Aguiar apresentou o projeto “*Tricentenário de Zumbi dos Palmares*”. Deram início às atividades daquele semestre, evidenciando uma contestação à ordem racista estabelecida pela sociedade brasileira. Observemos que nada fora realizado pelo GEN, quanto à data 13 de maio.

Uma das propostas do movimento negro - incluindo obviamente o GEN - é a determinação do dia 20 de novembro como feriado comemorativo daquele que é considerado o maior líder negro no Brasil, Zumbi dos Palmares. Enquanto isto, o dia 13

de maio, que era tão reverenciado pelo movimento negro na primeira metade do século passado, passou a ser pensado como uma afronta a uma suposta *inteligencia* negra brasileira.

Posto que em 13 de maio de 1888 o regime de escravidão foi encerrado, do ponto de vista legal, no Brasil, a crítica realizada pelo movimento negro atualmente é de que naquele momento não foi realizada a inserção do contingente populacional de escravizados no Brasil numa iniciante sociedade de classes. Ou seja, consideram que o fim da escravidão no Brasil teve como causa principal a inviabilidade do regime escravocrata, e como consequência a sistemática subalternização dos negros escravizados num regime capitalista. O que não possibilitou a emancipação dos negros(as) no Brasil.

Durante todo o segundo semestre de 1995 as reuniões do GEN foram sendo realizadas em escolas da rede pública estadual e municipal. Esta era uma das exigências do projeto *Tricentenário de Zumbi dos Palmares*. As visitas dos(as) educadores(as) negros(as) eram planejadas de modo a partir da vivência dos professores(as) e alunos(as) até alcançarem a sensibilização que era desejada pelo GEN.

Alguns textos eram utilizados a fim de que se pudesse oferecer subsídio teórico para a sensibilização anti-racista. Então, diversos temas eram recorrentes nestes encontros. Aliás, as experiências eram quase sempre pensadas, inicialmente, como algo isolado, como se não correspondessem a uma realidade de uma cultura baseada em pressupostos racistas.

Uma professora em um dos encontros,

“disse que (...) vive na sua própria casa um conflito que parte da baixa auto estima de sua filha. a (sic) professora é branca e casada com uma pessoa negra. Tem duas filhas, uma com traços característicos dos brancos e outra com traços negros. A filha que possui traços negros não se aceita e acusa o pai o tempo inteiro por possuir manchas na pele, cabelo crespo, etc. (...)”

Além da parceria entre o GEN, a Diretoria de Ensino e Secretaria Municipal de Ensino, outras instituições colaboraram com o dia-a-dia do Grupo de Educadores Negros. A Secretaria Municipal de Cultura, os Agentes de Pastoral Negros, e mesmo o Conselho Municipal do Negro contribuíram para que o projeto *Tricentenário de Zumbi dos Palmares* pudesse ser efetivado.

Podemos reafirmar que o GEN se posicionou como principal agente de orientação para o combate ao racismo no município de Marília-SP, um ano após a sua criação. É importante lembrar que neste momento, o Conselho Municipal do Negro estava caminhando para a sua segunda fase. Mas ainda não havia se constituído - mesmo em virtude de sua constituição - em um grupo capaz de fornecer subsídios teóricos para o combate ao racismo³⁸.

No início do primeiro semestre de 1996 foi “*dado (sic) ênfase ao projeto do curso sobre História da África*” (ata de reunião de 15/03/1996)³⁹. Pelo que consta nas atas de reuniões este projeto faz parte de algo mais amplo realizado pelo curso de Pedagogia da UNESP-Marília.

O Grupo de Educadores Negros foi convidado para elaborar a “*parte de relações interétnicas na Escola*” (idem, ibidem). Neste ponto, o prof. Paulo Aguiar serviu como intermediário entre a UNESP e o GEN⁴⁰.

Porém, a participação do GEN se deu ainda na divulgação, elaboração de materiais, inscrições e apoios junto à Secretaria Municipal de Cultura, Ordem dos Advogados do Brasil/seccional Marília e Associação Comercial e Industrial de Marília,

³⁸ Cabe ressaltar que o CMN foi criado como instrumento de catalização da luta política, sem, contudo, aprofundar e ampliar a distribuição de conhecimentos sobre o racismo e estratégias anti-racistas. Seu propósito, conforme seus membros, era dar “*visibilidade ao negro em Marília*” (entrevista com Sra. Meire em 04 de junho de 2003)

³⁹ Ver anexo 03.

⁴⁰ Lembremos o mesmo faz parte das duas instituições.

Delegacia de Ensino e Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo.

Foram levantados nomes conhecidos entre estudiosos do racismo no Brasil. Entre eles o professor Henrique Cunha Jr. Notemos que a participação de intelectuais nesta parte do projeto estava sob a incumbência - inclusive material - do GEN. Decorreu-se daí a necessidade de buscar apoiadores.

Tentaram, durante este seminário, formular um dossiê sobre racismo na escola. Não conseguiram concretizá-lo, pois, de acordo com uma educadora negra, “*o preconceito de se falar em racismo no Brasil*” seria muito acentuado entre o alto escalão da Diretoria de Ensino de Marília.

Também podemos compreender um pouco das relações entre o GEN e algumas instituições. Com relação ao Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do estado de São Paulo do Negro, consta que o mesmo “*havia prometido bancá-la* [as passagens de um conferencista vindo de Florianópolis] *mas* (sic) *está emperrando o processo e demorando em nos dar resposta.*” (ata de reunião de 13/04/1996).

Quanto à Secretaria Municipal de Cultura, houve o comprometimento em pagar as passagens para a participação do professor Henrique Cunha Jr. Entretanto, o Gen deveria, em contrapartida, se comprometer em

“trazer, no próximo semestre um Grupo para apresentação cultural ao público mariliense em geral. Foi colocado também que o Secretário exigiu que um dos módulos do curso fosse oferecido nas dependências da Secretaria de Cultura.” (ata de reunião de 20/04/1996).

Foi também nesta mesma reunião que circulou pela primeira vez - em forma de texto lido e debatido - o tema das ações afirmativas. O texto utilizado foi *Afinal, o que querem os Negros?*. Sendo este um dos temas mais importantes para os membros do

GEN atualmente, é sintomático que a discussão tenha partido de um caso de militantes negros, e não de elementos teóricos de alguma pesquisa.

O *Projeto Referências Negras 96* foi outro evento realizado pelo GEN no mesmo período. A atriz Zezé Motta apresentou-se na Galeria Atenas no dia 12 de junho do corrente ano.



Figura 12. Fonte: Caderno de Atas de Reunião do GEN.

Os membros do grupo organizaram-se de modo a venderem, divulgarem e realizarem as apresentações e tarde de autógrafos. A Prefeitura de Marília ficou

responsável pela alimentação, hospedagem e transporte das artistas. Estas fariam um show musical, lançamento de livro e debate, além da já citada tarde de autógrafos.

O preço do convite individual foi de dez reais. Uma escala entre os educadores(as) negros(as) foi montada a fim de que a venda de ingressos pudesse ser satisfatória. Entretanto, um mal-estar abalou o GEN: a venda de convites não ocorreu de forma satisfatória, tendo os custos que serem divididos entre os membros do Grupo.

È importante salientar que já neste momento, o Grupo de Educadores Negros não mais se encontrava com a mesma coesão entre seus membros. Na avaliação interna, havia um descompasso entre o “ritmo” do grupo e de alguns, a exemplo do professor Paulo Aguiar.

“Foi feita uma avaliação do Curso de Extensão Universitária oferecido pelo Grupo e constatou-se um problema na relação do Grupo com o Prof. Paulo Aguiar, principalmente na última conferência aonde ele chegou atrasado em todas as sessões. Percebeu-se uma diferenciação no tratamento para com o último conferencista que não foi levado para jantar ou coisa parecida. (ata de reunião de 29/05/1996)

Em outro momento, ainda no mesmo semestre, consta que o grupo avaliou “*que o ritmo do Grupo e o ritmo do Prof. Paulo Aguiar são diferentes*” (ata de reunião de 22/06/1996).

O início de 1997 foi marcado pelas palestras proferidas pela psicóloga Conceição Correia das Chagas. Uma realizada no campus da UNESP-Marília e outra na E.E.P.S.G. Prof. Antonio Augusto Neto. Houve a participação de membros do GEN e de professores da rede pública estadual, alunos(as) da UNESP-Marília, membros do CMN, entre outros.



Figura 13. Fonte: Caderno de Atas de Reunião do GEN.

Foram realizadas atividades de diversas ordens ao longo do ano de 1997. Sendo assim as reuniões foram momentos muito mais de organização dos eventos do que de reflexão e debates teóricos.

O *PROCRIA* (Projeto Comunitário de Atendimento à Criança e ao Adolescente) teve a participação do GEN. Este ficou encarregado da projeção de slides de apresentações sobre racismo no Brasil “*Da escravidão ao Salário Mínimo*” (ata de reunião de 22/03/1997). Além disso, o grupo participou do *Encontro do Coletivo Antiracismo da APEOESP*, das eleições da CUT estadual, do Seminário de Filosofia. Somam-se ainda as orientações para profissionais da educação.

Naquele mesmo ano, o dia 13 de maio foi lembrado - a contragosto de alguns(mas) militantes do GEN. Um concurso de redação (cartazes e poesias), uma exposição dos trabalhos (denominada *Exposição dos Orixás*), assim como um *Seminário Direito e Relações Raciais* compuseram a programação para o mês. Na verdade estes eventos ocorreram entre o dia 19 de maio e 09 de junho de 1997. Os

eventos foram realizados no Auditório Otávio Lignhelli (*Concurso de Redação*); Campus da UNESP-Marília e Secretaria de Cultura (*Exposição*); prédio da OAB-Marília (*Seminário Direito e Relações Raciais*).

A notoriedade do GEN pôde ser notada durante estes eventos de maio. Além da diversidade de parcerias, a organização foi muito elogiada. Foram providenciados certificados aos participantes, distribuição de cartazes e *folders* para divulgação, pastas contendo textos para discussão e acompanhamento, etc.

O *Seminário Direito e Relações Raciais* é apontado como o evento que mais obteve destaque e êxito entre os realizados em maio de 1997. Ele foi organizado em três módulos. O primeiro foi intitulado “*Preconceito e Discriminação Raciais: Usos, Conceitos e Natureza Jurídica*”. O segundo, “*A legislação anti-discriminatória: Gênese e Eficácia*”. O terceiro módulo chamou-se “*Educação e Relações Interétnicas*”.



Figura 14. Fonte: Caderno de Atas de Reunião do GEN.

Apesar do êxito obtido com a programação de maio de 1997, algumas pendências não foram ainda solucionadas entre os membros do GEN. Houve, por

exemplo, a reclamação de parte dos(as) educadores(as) negros(as) da falta de empenho de alguns(as) membros. Principalmente quanto à *Exposição “faltou um pouco de responsabilidade e consciência da equipe responsável”*. O que não invalidou o esforço do conjunto, pois, *“apesar desses pormenores, as atividades alcançaram as expectativas e acreditamos que os próximos eventos serão melhores (sic) haja vista as muitas portas que se abriram.”* (ata de reunião de 31/05/1997).

Aliás, os projetos para o futuro eram bastante audaciosos. Nasceu neste mesmo semestre a idéia de transformar o GEN em uma ONG. A participação do Dr. Hédio Silva Jr. foi essencial para este propósito. Consta que o Dr. Silva Jr. teria afirmado que o *“perfil do Grupo e Educadores Negros é o ideal para tornar-se uma ONG negra. Será necessário arrumar um advogado e um contador.”* (ata de reunião de 14/04/1997).

Silva Jr. participou do *Seminário Direito e Relações Raciais*, como debatedor. E já desde os primeiros contatos telefônicos com membros do GEN a sugestão foi oferecida.



Figura 15. Fonte: Caderno de Atas de Reunião do GEN.

Cumprir notar que um grande entusiasmo tomou conta da maioria dos membros do Grupo. A possibilidade de transformar o GEN em uma ONG fazia sentido não somente como uma vitória da militância negra em Marília. Representava também a solução para inúmeras dificuldades, tais como financiamento - na medida em que trabalhando através de projetos seus membros poderiam participar de concorrências junto a instituições de fomento no Brasil e fora; representatividade - o GEN seria uma instituição com uma estrutura jurídica e administrativa formal, podendo gozar de um status de profissional; autonomia - representada não somente pela possibilidade de sanar certas dificuldades de adquirir recursos financeiros, mas por não estar submetida a qualquer instituição que não interessasse aos educadores(as) negros(as)⁴¹.

Assim, na reunião do dia 23 de maio de 1997 este tema voltou à tona. Com a participação do Dr. Hédio Silva Jr., as etapas para a execução deste projeto foram arroladas.: Estatuto, Advogado, Contador e Projetos de trabalho. Uma das educadoras (Fabiana) *“sugeriu que o GEN seja institucionalizado em um prazo de 120 dias. “Deveremos colocar o nosso projeto para apreciação até o final do mês de setembro.”* (ata de reunião de 23/05/1997).

Houve ainda a sugestão para que o GEN estabelecesse um convênio com o CEERT, assim como surgiu um convite para que membros do GEN se encontrassem com um representante da Fundação Ford no Brasil.

Assim, em meio a reuniões de discussões teóricas, intercaladas com momentos de orientação educacional anti-racismo e execução de outros projetos, o tema ONG voltou à cena em setembro do mesmo ano. Naquela reunião foi feita a leitura dos textos *Estatuto Social da Criola e Ação Privada em Benefício Público: Breve história das ONG's no Brasil.*

⁴¹ O maior alvo de aversão neste caso é a prefeitura municipal de Marília, especialmente na figura do prefeito Camarinha.

Nas reuniões dos dias 27 de setembro, 11, 18 e 25 de outubro de 1997 outros temas foram colocados à mesa. Trata-se de assuntos mais rotineiros, como educação e racismo, providências administrativas, etc.

Já no dia 30 de outubro de 1997 *“decidiu-se que nas próximas reuniões seriam discutidos somente textos referentes às ONG's com o objetivo de transformar o GEN em uma ONG.”* (ata de reunião de 30/10/1997).

Pode parecer tratar-se apenas de mais uma informação entre tantas a respeito da trajetória do GEN. Entretanto, quando entramos em contato com algumas educadoras negras a fim de compreender o porquê das reuniões serem feitas com intervalos cada vez mais longos, a institucionalização adquire importância prioritária.

É certo que os eventos sazonais, tais como fechamentos de diários, entregas de notas e de trabalhos, avaliações, entre outros afazeres comuns entre profissionais da educação e estudantes contribuíram para que as reuniões ocorressem com menor frequência. Mas ainda assim, a ausência do GEN nos trabalhos do mês da Consciência Negra em Marília foi sintomática de algo duradouro.

As divergências internas poderiam ser consideradas como justificativa para este fenômeno. Mas conforme podemos constatar, mesmo nos dias atuais em que o GEN não se reúne há meses. O contato e as discussões entre seus membros ainda permanecem presentes. Deste modo, as divergências têm ainda hoje servido de pretexto para o contato entre os membros e existência do Grupo. Como a Sra. Valdete nos afirmou em uma entrevista *“O grupo tem posições contraditórias, mas isso é normal. Você sabe que isso é que faz o grupo unido ainda hoje, (...) por telefone, por e-mail...”* (entrevista com a Sra. Valdete em 06 de maio de 2006).

Talvez pudéssemos investigar se as políticas culturalistas seriam as causas do declínio do GEN. Mas, assim as reuniões de debates deveriam ser desconsideradas. E

elas eram muito “*envolventes*” (entrevista com Sr. Rafael em 12 de setembro de 2003), portanto, não recebiam menor importância do que as práticas culturalistas. Estas eram evitadas sempre que possível pelos membros do GEN.

A maior parte das opiniões dos educadores(as) negros(as) com quem conversamos nestes últimos meses são unânimes - mesmo quando interpelados isoladamente - em apontar para o período de mudanças nas vidas pessoais de uma grande parcela dos membros do Grupo. Houve quem foi ordenado padre e teve que trilhar pelos caminhos estipulados pelo clero católico. Aqueles(as) estudantes foram concluindo os estudos de graduação e retornando, quase sempre, para suas cidades de origem. Em decorrência de compromissos de trabalhos alguns(as) tiveram que se mudar para outra cidade.

E aqui destacamos a figura de Fabiana, por sua trajetória de liderança entre os membros do GEN. Sua militância no Grupo durou até meados de 2004. Naquele momento ela teve que se mudar para o estado de Tocantins, por ter sido aprovada em um concurso público estadual para docente. Na verdade seu poder de liderança sofreu desde o fim de 1997, quando uma grande parte dos membros do grupo teve que se ausentar das atividades, por motivos alheios à militância.

Tendo já concluído seus estudos e na busca por alçar “vôos mais altos”, Fabiana enveredou pela militância em âmbito nacional e internacional. De certo, a admiração e respeito atribuídos à Fabiana foram gradativamente aumentando. Entretanto, uma estrutura baseada no carisma dela permitiu que o GEN sofresse com o novo projeto - talvez mais pessoal do que coletivo - de Fabiana.

Convites para várias palestras, principalmente em datas comemorativas em escolas da rede estadual eram freqüentes até o primeiro semestre do ano 2002⁴².

Em 1998 o Grupo de Educadores Negros tentou se aproximar do movimento Hip Hop. Alguns rappers participaram de algumas reuniões do GEN. Mas esta “parceria” não durou muito tempo. Em menos de dois meses já não se viam os rappers com o GEN.

Em 1999, com apoio da APOESP/Marília foi realizado o seminário *Brasil - outros 500*. Naquele momento, a militância do GEN parece ter crescido em visibilidade e importância. Participaram daquele evento cerca de cento e sessenta pessoas.

A pauta de discussão deste evento não se limitou a abordar a exclusão sofrida pela população negra. Incluíram temas relacionados à mulher, indígenas, hip hop, etc.

A partir do segundo semestre de 1999 o Grupo de Educadores Negros deu início à preparação para a *Conferência Mundial Contra o Racismo e Xenofobia*, a ser realizada em Durban-África do Sul, em 2000. A preparação incluiu até mesmo o vereador Emílio Ribeiro, membro do CMN, no *Encontro de Parlamentares Negros*, em Salvador-2000.

Desde então, o Grupo de Educadores Negros vem buscando afirmar-se como uma referência para o debate público sobre as ações afirmativas, na cidade de Marília. Os eventos públicos, tais como seminários, palestras e outros foram sendo realizados com uma maior escassez. As reuniões do Grupo, *idem*. Uma ou outra apresentação pública em escolas foram colocadas em prática nestes últimos cinco ou seis anos. Em vez disso, podemos observar que seus membros têm buscado aprimorar seus conhecimentos sobre africanidades e racismo no Brasil e no mundo.

Recentemente, o investimento em formação tem se tornado uma das prioridades de uma parcela significativa dos membros do Grupo de Educadores Negros. Assim, a

⁴² De acordo com a educadora Fabiana, nunca houve qualquer proposta de trabalho junto a escolas da rede municipal. Na opinião da mesma, trata-se de uma barreira imposta pelas administrações públicas que

procura por cursos de pós-graduação, bem como cursos de extensão universitária são consideradas de suma importância. Trata-se de um dos grandes projetos da militância negra no Brasil.

Existe, em Marília e mesmo no Brasil em geral, a necessidade de a militância negra se posicionar de modo distinto daquele encontrado nas organizações negras das primeiras décadas do século XX. No entendimento de membros do GEN, “*hoje o negro tem uma posição (social) um pouco melhor do que no passado (...)*” porque “*(...) o movimento tá (sic) mais organizado, mais consciente*” (entrevista com a Sra. Cláudia em 12 de julho de 2003). O que demonstra uma convergência com as propostas apresentadas pelo Conselho Municipal do Negro, assim como a Comissão anti-racismo da OAB/Marília⁴³.

deixavam que o Conselho pudesse se incumbir de tal tarefa.

⁴³ É importante lembrar que esta Comissão da OAB busca concomitantemente discutir direito e racismo, assim como atuar na concretização da chamada lei CAÓ, que faz da discriminação racial no Brasil um crime.

Capítulo II: O movimento negro brasileiro numa perspectiva diacrônica

As lutas impressas atualmente pelo movimento negro anti-racista têm sido tema de estudo por parte de diversos pesquisadores(as). Os movimentos sociais, de um modo geral, podem ser analisados como conjunto de atores sociais responsáveis pela construção de uma nova ordem democrática. Assim, o movimento negro brasileiro neste texto será entendido como um conjunto de instituições que lutam pelo reconhecimento da população negra e a democratização de privilégios entre negros(as) e não-negros(as). A busca por objetivos políticos e simbólicos na (re)estruturação da ordem democrática é central para a militância negra no Brasil.

Apresentaremos uma discussão a respeito do movimento negro anti-racista no Brasil. Nossa perspectiva de compreensão se mostrará como diacrônica, na medida em que nossa atenção se deu naquilo que podemos chamar de metamorfose programática do movimento negro. Ou seja, nosso enfoque compreenderá o movimento negro desde fins do século XIX até o início do século XXI.

Para esta tarefa procuramos conduzir o leitor pelas leituras de alguns dos pesquisadores desse campo de conhecimento. Assim, caminharemos para a compreensão de que parcelas da população negra brasileira têm se levantado contra a ordem das relações sociais já estabelecidas por uma camada social, majoritariamente branca, detentora de poder político e privilégios.

Ao propor atitudes que tenderiam a uma humanização⁴⁴ - ou o reconhecimento da humanidade dos(as) negros(as) brasileiros(as) - a militância anti-racista no Brasil parece caminhar para o que podemos compreender como um retorno às origens africanas.

⁴⁴ A noção de humanizar, neste trabalho, se opõe a idéia de reificação.

Visto como anti-racismo tipicamente assimilacionista (MUNANGA, 1999) a militância de negros (as) brasileiros(as) parece passar por uma reorientação em tempos atuais. Em nossa avaliação, uma estratégia possível e adequada para que possamos compreender este movimento é fazermos a volta teórica às origens, ou o mais próximo possível delas.

Em apoio a esta compreensão, procuraremos identificar as relações entre as transformações ocorridas no interior do movimento negro e as transformações em termos da produção acadêmica. Evidentemente que os períodos não coincidem plenamente, mas isto não invalida a existência de relações entre os dois campos das relações raciais no Brasil.

2.1 - Primeiros passos

Alguns pesquisadores(as) identificam as origens do movimento negro contemporâneo no final do século XIX e início do século XX. Hofbauer (1999), por exemplo, aponta para a “*edição de jornais voltados para um público de pessoas de cor de pele negra.*” (HOFBAUER, 1999, p. 291).

Esta visão parece convergir para a defesa de Pinto (1993) em que neste momento surgira uma contra-ideologia racial.

Esta compreensão, que também é partilhada por Aguiar (2005), nem sempre foi ponto pacífico entre os especialistas. Para Mendonça (1996), o “*movimento negro que conhecemos hoje ancora-se numa tradição associativa que remonta aos tempos da escravidão ...*” (MENDONÇA, 1996, p. 02). Conforme a autora, as motivações da luta dos negros variaram com o tempo. Ainda assim as experiências do tempo da escravidão já fomentaram formas de lutas que persistiram ao longo de nossa história republicana.

Outra compreensão é a de Motta, na qual as associações de negros teriam origens em tempos pré-abolicionistas. E estas associações seriam uma forma precursora em relação aos atuais grupos do movimento negro (MOTTA, 1986).

O que podemos tomar como ponto de convergência entre as leituras por ora apresentadas é que a dimensão de resistência política - ou prioritariamente política - toma fôlego desde fins do século XIX e início do seguinte.

Se as irmandades tinham uma perspectiva eminentemente associativa, de preocupação dirigida prioritariamente para a união e auxílio entre a população negra brasileira, o Jornal A Redempção (1887-1888), por exemplo, já ampliava a atenção para a questão da abolição da escravidão no Brasil (HOFBAUER, 1999, p. 291). Notemos que nasceu neste período uma perspectiva generalizante⁴⁵ no que tange às lutas pelo reconhecimento da população negra no Brasil.

Neste momento contava-se com a colaboração de indivíduos de qualquer origem. Inclusive, muitos destes eram “*pessoas de cor de pele não-negra*” (Idem, p. 292). Ao que parece a orientação deste jornal cambiava entre o apoio inicial à incorporação da massa trabalhadora imigrante européia e a posterior recusa desta, na medida em que os privilégios aos imigrantes se fizeram perceptíveis.

Aguiar (2005) aponta para o nascimento de um movimento negro organizado no início do século XX. Citando uma obra de dois militantes e intelectuais históricos, ele aponta para o surgimento de “*clubes, irmandades e associações recreativas*” (NASCIMENTO, A.; NASCIMENTO, E. L., 2000 *apud* AGUIAR, 2005, p. 41).

Ainda com estes autores, identificou-se que a integração dos(as) negros(as) na sociedade brasileira seria possível por meio da melhoria de sua incorporação ao mercado de trabalho. Neste sentido, a melhoria das condições “*de educação, moradia e*

⁴⁵ A dimensão político-contestatória ganhou evidência com esta forma de luta.

bens básicos para poder (sic) estar em condições de igualdade com relação à população branca” (AGUIAR, 2005, p. 41) se fazia mister para que tal projeto se efetivasse.

A visão marcante do movimento negro neste período é a de que a integração dos indivíduos negros socialmente se daria na medida em que estes fossem crescentemente elevados em suas aptidões, habilidades e competências ao nível que se acreditava ser o da população branca. A noção de inferioridade da população negra era ainda presente e constituía um fator decisivo na orientação de luta dos(as) negros(as).

A “integração do negro na sociedade de classes” foi, então dificultada por uma percepção de que aquela população não estaria preparada para ocupar os postos de trabalho em pé de igualdade com os(as) brancos(as). Os resquícios do longo e sofrido período escravocrata ainda seriam - conforme o pensamento mais comum naquele momento - percebidos nas sucessivas e cotidianas derrotas da população negra (FERNANDES, 1978).

De todo modo, é importante a observação de que tal padrão de comportamento era partilhado também entre negros(as) do período⁴⁶.

2.2 - As associações negras

É notado que no pós-abolição da escravidão uma parcela da população negra brasileira se reunia com propósitos de preencher uma lacuna naquele momento. As associações ou sociedades foram pensadas e vividas como meio de suprir a carência de espaços de lazer em que os(as) mesmos(as) pudessem ser aceitos(as)

A noção de integração da população negra na sociedade brasileira, especialmente no que podemos chamar de pequena burguesia foi essencial para os(as) militantes negros(as). Segundo Aguiar, as associações “*funcionavam como marco de*

referência da capacidade de organização da população negra. Essas organizações acabaram sendo o germe de futuros grupos do Movimento Negro.” (AGUIAR, 2005, p. 42).

A promoção de eventos de lazer e recreativos marcou o período. Mesmo sem grandes recursos para as realizações, “*presume-se que a maioria tinha por objetivo proporcionar o lazer e o entretenimento aos associados*” (PINTO, 1993, p. 79)

Entre elas, podemos destacar a *Sociedade Propugnadora 13 de maio, Club Dançante 15 de Novembro, Grêmio Bandeirantes, Grêmio Dramático, Recreativo e Literário “Elite da Liberdade”, Frente Negra Brasileira*, entre outros tantos⁴⁷.

Havia entre essas uma estrutura organizacional composta por uma série hierárquica de vários cargos – presidente, secretário, tesoureiro, etc. A composição dos quadros era geralmente feita por meio de eleições.

As reuniões eram regulares e ali eram realizadas a rotinas festivas e administrativas. Prestação de contas, assembléias gerais, registro em atas constituíam a forma de organização administrativa regular das associações (Idem, p. 76). Os bailes, concursos, excursões, blocos carnavalescos, esportes, etc. constituíam a parte festiva e recreativa das mesmas. Estes ícones eram importantes na medida em que se criava uma identidade entre seus membros e permitia-se a diferenciação frente a outros grupos (Idem, p. 77).

Estas associações utilizavam hinos e estandartes. Podemos afirmar que estes símbolos eram utilizados pelas associações de modo a reforçar o pertencimento a um grupo. O grupo aqui compreende parcela da população negra brasileira. Neste sentido,

⁴⁶ Inclusive no interior das associações, clubes e jornais negros.

⁴⁷ É de chamar a atenção que em muitas cidades do interior do Brasil existem desde então associações e clubes com o nome “13 de maio”, “Elite” ou algo semelhante. Ao que nos parece, estas designações podem nos permitir compreender melhor as percepções ideológicas que norteavam as atividades abordadas, assim como a visão elitista da militância negra daquele momento.

uma estratégia utilizada era a de promover o grupo de um modo organicista, ou seja, pensando prioritariamente o grupo em relação aos indivíduos que o compõe.

Para isto, a imagem que se fazia das associações deveria ser aquela de algo que simbolizasse a organização, resistência e competência dos(as) negros(as). O cuidado com a prestação de contas, balancetes, além da própria luta pela sua manutenção demonstram esta percepção.

“Igualmente [como em datas como 13 de maio, 28 de setembro, 07 de setembro e outras datas cívicas e de respeito aos negros(as)], procurava-se comemorar em grande estilo as datas e os eventos significativos para as associações, tais como o aniversário da sua fundação, a criação de departamentos específico, o batismo dos estandartes” (Idem, p. 79).

Havia inclusive apresentações teatrais nestes eventos. Promovidas pelos corpos cênicos que, em alguns casos, constituíam-se em atividades regulares para as associações.

Uma das maiores preocupações dessas associações era com respeito ao racismo, vivenciado pelos seus membros. As desigualdades entre negros(as) e brancos(s) no mercado de trabalho constituía motivação para debates entre os associados (Idem, p. 86). Para este tema, muitas associações utilizaram trabalhos direcionados à educação.

O Centro “Cívico Palmares criou uma biblioteca, fundou escolas e um curso secundário, que contava com um ‘afinado corpo docente preto’ e cujos alunos chegaram a freqüentar as escolas superiores do país” (Idem, p. 85).

Podemos observar que já então existia uma preocupação com a oportunização daqueles(as) que, em virtude de sua aparência negróide, eram desprivilegiados(as). Assim, a resposta dada pelo movimento negro tem seu caráter político conferido. Agir onde o Estado era falho, neste sentido, correspondia - e ainda corresponde - às atividades da militância negra.

As propostas educativas ali constituídas tinham por base a idéia de que à população negra seria necessária a escolarização. Este seria o caminho inequívoco capaz de conduzir à ascensão social do(a) negro(a). A educação naquele momento era pensada como escolarização, ou seja, o processo de aprendizagem por meio da instituição escola. Este processo não era questionado em seus termos e forma por esta militância⁴⁸.

O problema da manutenção material era já recorrente a estas associações. Decorre daí a importância das mensalidades e da realização dos bailes. Pudemos observar que a relação entre as associações e os jornais certamente contribuiu para que aquelas pudessem ganhar visibilidade, o que poderia ser traduzido em sua manutenção. Tanto que muitas associações chegaram a extrapolar os limites de seus município de origem.

2.3 - Alternativa negra para a comunicação

Além das associações, os jornais também foram utilizados pelos(as) negros(as) brasileiros(as) com propósitos evidentemente políticos. Conforme Pinto (1993), esta foi “*uma das atividades mas regulares das lideranças negras e que alcançou um êxito relativo*” (PINTO, 1993, p. 61).

Jornais como *O Kosmos*, *Progresso*, *O Clarim d’Alvorada*, *A voz da Raça*, *O Menelick*, *Chibata*, *O Azulão*, *Cultura*, *Auriverde*, *O Alfinete*, entre outros, fizeram história em prol da população negra.

Segundo Hofbauer, estes jornais seriam o “*primeiro sinal claro de atividades políticas que levariam à formação de organizações cunhadas de movimentos negros*” (HOFBAUER, 1999, p. 291).

⁴⁸ A discussão a respeito da maneira de se educar a dos conteúdos trabalhados em sala de aula, assim como a postura dos(as) professores(as) diante da pluralidade cultural, étnica ou racial dos educandos não era tema recorrente neste momento. A preocupação era apenas com a inclusão dos(as) negros(as) na escola como alunos e nada mais.

Estes jornais eram organizados, geralmente, com a intenção de “*divulgar os eventos de teor recreativo promovidos pela ‘comunidade’*” (HOFBAUER, 1999, p. 293). Tinham inspirações nas “*associações beneficentes e de assistência mútua que os imigrantes, sobretudo os italianos instalavam na cidade de São Paulo*” (Idem, *ibidem*). Outro ponto de inspiração parece ter sido a imprensa operária (PINTO, 1993, p. 63).

Conforme Nascimento (2000), a imprensa negra foi caracterizada pela busca “*da criação de um protesto, mas não de um protesto que visava o desenvolvimento de uma cultura específica (...)*” (NASCIMENTO, 2000, *apud* AGUIAR, p. 41).

Assim, inicialmente as atividades da imprensa negra não pareceram ter um caráter marcado pela grande difusão. Dito de outro modo, as publicações referidas pautavam-se por programas mais localizados e, a medida em que o tempo foi passando, houve uma “alteração de rota” no sentido de ganhar visibilidade. Para isto, a opção foi a de uma politização crescente e em âmbito cada vez mais amplo, chegando a mobilização nacional, como no caso de *O Getulino* (BASTIDE, 1951; FERRARA, 1986).

De acordo com Pinto (1993) os militantes⁴⁹ que colaboravam para os jornais negros, eram colaboradores, com certa frequência, de mais de um jornal. Provavelmente foi esta característica que fez com que se criassem as semelhanças entre os jornais.

É interessante observar que esta imprensa já colocava o problema da falta de interesses pelas questões relativas à população negra. Em uma citação de um editorial de *A Voz da Raça* esta forma característica do racismo brasileiro se fez: (...)“*porque as outras folhas, aliás veteranas, por despeitos políticos, tem deixado de os fazer*” (...) (*A Voz da Raça*, 18/03/1933, p. 1 *apud* PINTO, 1993, p. 65). Constituíam-se, assim, um

⁴⁹ Pinto aponta para o fato de que era uma imprensa eminentemente masculina (PINTO, 1993, p. 64).

conjunto de veículos noticiários e debatedores das questões candentes, a priori, à população negra brasileira.

Entretanto, a forma de retratar os(as) negros(as) por esta imprensa diferia da forma estereotipada e depreciativa encontrada em outro(s) impressos. Neste sentido ela se constituía como uma alternativa para a população negra brasileira fugir da reprodução da ideologia racista.

A sustentação material da imprensa negra passou necessariamente pela obtenção de montantes em dinheiro. Este foi um dos dificultadores para sua manutenção. É importante que lembremos que o público-alvo era composto por aqueles que - com algumas exceções - menos acesso aos bens estratégicos tinham. Assim sendo, algumas estratégias foram utilizadas. Aumentar o tempo entre uma publicação e outra (*O Clarim d'Alvorada*), a formação de sociedades anônimas (*O Progresso* e *A Voz da Raça*), promoção de eventos como festivais, leilões e festas (*A Voz da Raça* e *A Liberdade*) (PINTO, 1993).

2.4 - Frente Negra Brasileira

A década de 1930 foi palco do surgimento de um conjunto de atividades políticas que permitem à historiografia brasileira interpretar este momento como uma ruptura com o cenário político anterior - a chamada República Velha. No tocante ao movimento negro, surgiu nesse momento uma das maiores e mais comentadas - no meio acadêmico - associações, a saber, a Frente Negra Brasileira. Em virtude do destaque entre os especialistas na área dos estudos das relações raciais no Brasil oferecido a FNB, trataremos da compreensão da mesma em separado das outras, apesar das semelhanças existentes.

A Frente Negra Brasileira foi criada oficialmente em 6 de setembro de 1931. Sua duração foi curta, mesmo em decorrência do recrudescimento da censura política oficial durante a gestão presidencial de Getúlio Vargas.

Segundo Pinto (1993), trata-se de uma entidade do movimento negro oriunda de alguns fatores que, combinados, possibilitaram a primeira grande organização negra em âmbito nacional na nossa história republicana. Podemos lembrar que a existência de associações de sucesso entre os imigrantes foi um dos fatores aludidos. Segue-se ainda a importância da experiência anterior à FNB.

Pinto (1993) cita a importância do Centro Cívico Palmares. Para ela, após um momento em que as tensões no meio negro se intensificaram, esses negros se aproveitaram da

“experiência adquirida com aquela entidade que possibilitou ao negro organizar uma associação do porte da Frente Negra. Aliás muitos dos seus componentes estiveram no Centro Cívico Palmares e, pelas finalidades a que ambas se propunham, pode-se dizer que o Centro constituiu um embrião da Frente Negra”. (Pinto, 1993, p. 89)

Não dispomos dos materiais utilizados pela pesquisadora acima. Entretanto sua leitura permite que tal questão do surgimento da FNB não seja tomada como categórica. Isto posto, lembramos que a interpretação dos militantes da época não assegura esta tese, uma vez que para aqueles a importância das divergências ideológicas surgidas no meio negro por volta de 1930 era maior do que Pinto parece enfatizar.

Além disso, a leitura linear apresentada por Pinto não enfatiza as contradições supracitadas. Por se tratar de um aspecto importante para a compreensão do movimento negro brasileiro, entendemos que a hipótese de que a FNB teria sido criada como resposta a estas tensões entre militantes negros(as) pode ser melhor averiguada.

Seu objetivo, constantemente reiterado em seu jornal *A voz da raça*, era o de promover a “*união, elevação e completa integração [dos(as) negros(as)] na vida nacional*” (Idem, p. 92).

Para Aguiar (2005, p. 42), a incorporação da população negra na sociedade brasileira como corpo aceito - conforme a proposta pela FNB - se efetivaria na medida em que “*a população negra conseguisse meios de sobrevivência que lhes garantissem acesso à educação*”.

Mais do que o acesso a emprego, moradia e outros suportes ao desenvolvimento educacional, “*necessário também , seria que o negro não se visse como inferior, fato que seria modificado na medida em que o negro fosse integrado na sociedade*” (idem, ibidem). Para Aguiar a compreensão do problema enfrentado pela Frente Negra Brasileira - aos olhos daqueles(as) militantes - seria “*fundamentalmente econômico*” (idem, p. 43).

Entretanto, podemos ainda apresentar a idéia de que o comportamento era também um elemento central para os(as) fretenegrinos(as). Em *A voz da raça* encontramos uma indicação da importância reservada ao comportamento dos(as) associados(as):

“Para não contrariar os Patrícios entrei na referida sociedade, onde fui encontrar diversos negros que podiam estar ao nosso lado trabalhando para a defesa da raça, entregues aos prazeres da dança e do álcool, foi por isso bem péssima a minha impressão com a tal sociedade. Notem pois meus caros irmãos Frentenegrinos em que situação se acham os nossos outros irmãos de raça atualmente afastada de uma convivência sócia e que ainda não tiveram tempo para pensar no futuro. (...) Peço pois para os meus patrícios e irmãos de raça, que procurem trazer para o nosso meio estes entes, que vivem perdidos num charco de ignorância para que mais tarde possam compreender que também são homens iguais a nós e que poderão também colaborar para a grandeza da nossa raça.” (Teixeira, A. Por acaso, *A voz da Raça*, 31/08/1935, p. 2 apud Pinto, 1993, p. 123).

A centralidade do comportamento dos(as) negros(as) também foi enfatizada por Hofbauer (1999). A busca de uma situação econômica e social mais confortável para

negros(as) no Brasil implicava em uma proposta política de que cultura e civilização eram sinônimos “*como ocorreu no discurso evolucionista do século XIX, propagava-se a ‘cultura’ como um valor a ser atingido*” (HOFBAUER, 1999, p. 296)

Entre os(as) fretenegrinos(as) circulou a idéia de que as “*‘raças atrasadas’ podiam - por meio de uma ‘aprendizagem cultural’ - ascender na ‘escala civilizatória’*” (idem, ibidem).

Efetivamente o caráter integracionista, enfatizado por vários(as) pesquisadores, pôde ser pensado como uma forma de conferir reconhecimento à população negra brasileira. Fernandes aponta para a “*comunhão brasileira*” (FERNANDES, 1978, p.46 *apud* AGUIAR, 2005, p. 43).

A utilização do termo comunhão por Florestan Fernandes permite que compreendamos uma alteração de paradigma de luta efetuada pela FNB. A referida comunhão seria realizada entre negros(as), indígenas e brancos(as).

Evidentemente, a referência a cada uma das matrizes da população brasileira nos remete às tradições culturais de cada uma. Assim, apesar de nem sempre refutar ou mesmo negar os valores negativos que eram atribuídos às tradições culturais africanas, a aceitação do paradigma evolucionista entre a militância negra já não era a mesma de fins do século XIX.

Apesar do caráter integracionista - enfatizado por Fernandes (1978), Pinto (1993), Hofbauer (1999), Nascimento (2000) e Aguiar (2005) - é importante que saibamos das constantes acusações de que a FNB teria propostas separatistas. Seu primeiro presidente - Arlindo Veiga dos Santos - fora alvo de constantes críticas. Isto se deveu ao fato de o mesmo ter sólidas relações com o patrianovismo⁵⁰ e com a Ação Integralista Brasileira. Ao que sabemos, duas linhas de pensamento que partilham dos

⁵⁰ Sobre o patrianovismo ver, por exemplo, FLORINDO (2000).

ideais fascistas e que, portanto, seriam inconciliáveis com a proposta de integração do(a) negro(a) à sociedade brasileira.

O posicionamento de Arlindo Veiga dos Santos pode ser compreendido como carregado de ambigüidade. Ao mesmo tempo em que este negava que sua postura na Frente Negra teria qualquer aspecto relacionado ao patrianovismo, sua gestão foi marcada por uma rígida estruturação hierárquica dos cargos e funções da entidade. Culto à autoridade, ao coletivo e outras semelhanças com o “fascismo brasileiro” não se encerram por aqui (CAVALARI, 1999; FREITAS, 1998).

A aceitação da FNB foi, de certo modo, tortuosa entre os(as) brasileiros(as). *“Certos setores da sociedade tiveram dificuldade em compreender os objetivos e as finalidades da associação, devido ao tipo de entidades que proliferava no meio negro”* (Idem, p. 90).

Entretanto, parece que entre os(as) negros(as) o mesmo não ocorreu. Os números sobre a quantidade de filiados não são precisos. Há uma estimativa que fossem oito mil componentes entre São Paulo e Santos (Mitchell, 1977, p. 131 *apud* Pinto, 1993, p. 91). Militantes afirmam algo próximo de trinta mil componentes.

Além disso, a FNB acabou por receber um profundo respeito a *posteriori*. Sua postura converge para a honestidade, trabalho, retidão de hábitos e consciência de seus membros.

A milícia que foi organizada pela Frente Negra foi um exemplo de sua retidão e polidez. Não temos notícia de que qualquer conflito com a participação da mesma. Ela era, aliás, um dos maiores ícones da FNB.

Esta milícia não era armada. Havia alguns capoeiristas e outra linha de proteção. O que, digamos de passagem, contribuía para a segurança dos(as) negras filiadas, mesmo sem ter atuado por meio da violência (PINTO, 1993).

Sua curta trajetória foi marcada, entre outras coisas, pela resolução de problemas “pessoais” dos(as) negros(as). Pendências com relação à moradia e emprego eram muito comuns. Além disto havia até um setor responsável pelo trato da beleza dos filiados: cabelisadeiro.

Notamos que as áreas em que a Frente Negra atuava foram inúmeras. Isto pode ser explicado pela intenção de ser uma associação de caráter nacional. Vejamos que existiam muitos representantes em diversos estados.

A sede em São Paulo não unificava absolutamente as demais unidades. Tanto que, “Os núcleos de São Paulo, Minas Gerais (com sede em Guaxupé) e Espírito Santo estavam unificados por um só governo (...) mas existiam outras Frentes, como a Frente Negra Baiana e a Frente Negra Pelotense que, embora tivesse as mesmas finalidades que a Frente Negra Brasileira eram independentes” (Idem, p, 112)

Assim sendo, o contato entre os representantes da Frente Negra Brasileira⁵¹ era proposto freqüentemente. Muitas visitas foram realizadas às “filiais”. Havia uma constante que corresponde à valorização dos símbolos da associação. Estandartes, hino e a própria disciplina rigorosa, por exemplo foram utilizados no intuito de marcar a especificidade e identidade da Frente Negra Brasileira. O mesmo deveria ocorrer - ainda que de maneira semelhante - nas outras seções da FNB.

Efetivamente, a Frente Negra Brasileira parece ter alcançado grande êxito. A análise de Pinto (1993), converge para essa tese. Ali pudemos encontrar várias indicações de militantes e da própria pesquisadora. A certa altura da tese podemos ler “(...) é certo que os frentenegrinos se achavam negros diferenciados no meio negro” (Idem, p. 122). Ou ainda a frente lemos que “o orgulho dos frentenegrinos transparece também nas campanhas de arrecimação de sócios (...)” (Idem, ibidem).

Aliás, na ocasião de seu fechamento pelo Estado Novo em 1937 houve grande desconcerto entre os(as) militantes negros(as). Conforme Pinto (1993), uma situação de

pasmo acometeu seus(uas) militantes. Especialmente entre os(as) mais velhos. Já entre os mais jovens, há indicações de que o impacto não foi tão grande.

2.5 - Importante alteração de rota

Já notamos que a militância de parcela(s) da população negra no Brasil veio se transformando ao longo do século XX até os dias atuais. Neste sentido, podemos observar que meados da década de 1940 foi cenário para o surgimento do Teatro Experimental do Negro.

O TEN surgiu a partir da indignação de seu principal militante, Abdias do Nascimento, em 1944. Nascimento não aceitou o fato de não haver atores negros encenando personagens de destaques positivos - especialmente no Brasil.

Ao assistir a apresentação de *O Imperador Jones* no Teatro Municipal de Lima, no Peru Nascimento se perguntou: “*Por que um branco brochado de negro? Pela inexistência de um intérprete dessa raça?*” (NASCIMENTO, 2004, p. 209).

É importante ressaltar que este foi o momento em que o movimento negro alterou sua orientação programática. Mais do que integração, a necessidade passou a ser uma volta à África. Seja esta volta física ou mesmo simbólica, o fato é que a década de 1940 pode ser entendida como de grande importância para o movimento negro no Brasil pelas novas propostas em voga.

Sobre este retorno às origens africanas, cabe lembrar que foi iniciado - no que concerne ao movimento negro - por intelectuais, tais como Abdias do Nascimento. Ao falar em retorno à África, estamos falando de uma tendência de valorização das culturas africanas. E para que isto pudesse ser realizado, Nascimento, por exemplo, chegou a

⁵¹ O termo Frente Negra Brasileira corresponde à seccional de São Paulo. Dali a associação foi sendo

estar morando naquele continente (em Ifé, mais precisamente). A prática das religiões de matriz africana (Candomblé, Umbanda, Tambor de Mina, Vodun, etc.), bem como o vivenciar de uma infinidade de sinais diacríticos dos diversos povos africanos passou a ser essencial no combate ao racismo.

Eis que em 1945 organizou-se o TEN. Sua proposta, nas palavras de seu fundador era a de *“resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro africana, degradados e negados por uma sociedade dominante”* (...) ou ainda *“trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte.”* (Idem, p. 210).

Iniciou-se um processo de questionamento da ordem vigente pela militância negra. Esta postura política pode ser entendida como elemento associado à proposta artística levantada pelo TEN. Teria havido no TEN uma estratégia em que se aliou a *“preocupação cultural e artística a uma função social”* (PINTO, 1993. p. 340-341 *apud* AGUIAR, 2005, p. 44).

Para Aguiar, *“começa a preocupação com o desenvolvimento de uma identidade específica negra.”*(AGUIAR, 2005, p. 44). Para este a identidade almejada poderia, conforme os(as) militantes do TEN, ser recuperada nas origens culturais africanas.

Acrescentemos a isto a percepção de que o TEN, ao valorizar as diferenças as considerava essenciais e imutáveis. Conforme Aguiar, esta orientação *“poderia dificultar a aliança com outros grupos sociais não-negros que poderiam ser importantes aliados na luta contra o racismo e discriminação.”* (Idem, p. 46).

De fato, houve uma preocupação em se buscar *“uma revalorização e afirmação da diferença e que tal diferença não fosse geradora de desigualdade.”* (NASCIMENTO, 2000, *apud* AGUIAR, 2005, p.44). Para isto o TEN buscou introjetar

valores na população negra que pudessem orientar positivamente negros(as) no Brasil, de modo a promover uma integração social com maior equilíbrio entre brancos(as) e negros(as).

Esta busca das matrizes culturais africanas teve aporte no movimento de *négritude*. Este movimento teve origem na Europa da década de 1930. Naquele tempo, havia uma quantidade significativa de africanos residentes fora da África, em virtude da colonização imposta por países europeus.

Uma das peças teatrais ensaiadas pelo TEN foi *Além do rio* (1957). Cumpre neste momento que façamos a descrição da obra com as palavras de Nascimento:

“O autor apenas se apóia na espinha dorsal da fábula grega e produz peça original. Conta a história de uma rainha africana escravizada e trazida para o Brasil do século XVII. Feita amante do senhor branco, ela trai sua gente, e é desprezada pelos ex-súditos escravizados. Chega o dia do amante querer um lar, um casamento normal com sua esposa branca, de posição social. Rompe sua ligação com Medéia, mas quer levar os filhos. A rainha mata seus próprios filhos, no rio, e retorna a seu povo convocando: ‘Vozes, ó vozes da raça, ó minhas vozes, onde estão? Por que se calam agora? A negra Largou o branco. Medéia cospe este nome a Jinga volta à sua raça, para de novo reinar!’ A dinâmica visual do espetáculo baseava-se nos cantos e danças folclóricas - maracatu, candomblé - complementadas pelos pregões dos vendedores de flores, frutos e pássaros.” (NASCIMENTO, 2004, p. 218)

Esta peça foi preparada pelo TEN para ser apresentada durante o *Primeiro Festival Mundial de Artes Negras* em Dacar (1975), Senegal. Entretanto sua apresentação não foi possível, uma vez que o “*governo brasileiro desmereceu o trabalho do TEN como manifestação de arte negra digna de patrocínio para participar do evento*” (Idem, *ibidem*).

O episódio acima ilustra a importância dessa volta à África para a militância negra. Na verdade, Abdias do Nascimento afirma ter sido o TEN “*a única voz a encampar consistentemente a linguagem e a postura política da negritude, no sentido de priorizar a valorização da personalidade e cultura específicas ao negro como caminho de combate ao racismo.*” (NASCIMENTO, 2004, p. 218)

Este movimento foi importante propulsor da libertação de diversos países africanos. Ele pode ser pensado como uma luta política, intelectual e artística. Na medida em que seus líderes produziam novos saberes com base na lógica cultural e filosófica africana, promoviam também o engajamento político em defesa da autenticidade da África⁵².

Por outro lado, Hofbauer (1999) afirma que a orientação político-ideológica do TEN não foi sempre assim. Para isto, o autor se apóia nas alterações que se apresentam no discurso de Abdias do Nascimento.

Inicialmente, a assimilação da população negra brasileira foi tomada como sendo um valor positivo. Nas palavras do líder do TEN

“o Teatro Experimental do Negro não é nem uma sociedade política, nem simplesmente uma associação artística, mas um experimento psicossociológico, tendo em vista adestrar gradativamente a gente de cor nos estilos de comportamento da classe média e superior da sociedade brasileira” (NASCIMENTO, A. 1988, p. 93 apud HOFBAUER, 1999, p. 307).

Hofbauer (1999) afirma que teria sido durante o período da ditadura militar no Brasil (entre 1964 e 1985) que Abdias do Nascimento alterou sua perspectiva de luta. Ao retornar do exílio - nos EUA e em Ifé, na Nigéria - Nascimento passou a oferecer centralidade ao conceito de “quilombismo”. Trata-se de *“um conceito científico emergente do processo histórico-cultural das massas afro-brasileiras - uma proposta do autor aos seus irmãos negros do Brasil”* (NASCIMENTO, 1980, p. 245 apud HOFBAUER, 1999, p. 307).

Neste momento, conforme Nascimento a situação desprivilegiada da população negra no Brasil teria as seguintes causas: a) exploração capitalista; b) racismo; c) defeito psíquico manifestado na população (raça) branca.

⁵² Para mais, conferir Munanga, 1986.

A postura do Teatro Experimental do Negro pode ser compreendida como o início do discurso militante diferencialista no Brasil⁵³. Efetivamente, podemos observar que, desde então, a integração passou a ser pensada pela via da revalorização das origens africanas e afrodescendentes.

Ainda assim, cabe ressaltar que esta volta à África não se constituiria de maneira direta. Dito de outro modo, a perspectiva de militância negra impressa pelo TEN teve facetas de, pelo menos, duas ordens. Uma busca pela integração adicionada à assunção da inferioridade da população/raça negra; uma reafricanização que se iniciava por meio do contato com a *négritude*⁵⁴.

Talvez esta dupla perspectiva de militância possa parecer incoerente ao leitor(a). Este tema voltará, e será importante para a compreensão do movimento negro em toda a sua trajetória⁵⁵. Mesmo com as eventuais diferenças no trato da questão pelos(as) militantes, podemos afirmar que não se trata de incoerência, mas de controvérsias comuns no seio de qualquer agremiação social.

Podemos observar que - dado o exposto nas páginas precedentes - a primeira ordem se fez marcante no início da vida do TEN e parece não concordar com a prática teatral. Esta perspectiva de luta parece ter sido efetiva no plano do discurso político. A própria citação utilizada por Hofbauer foi extraída da *Conferência Nacional do Negro* ocorrida em 1949 e patrocinada pelo TEN.

A organização de reuniões, conferências ou conclaves parecem ter sido comuns na trajetória do TEN. Foi entre 1945 e 1946 que se organizou a Convenção Nacional do Negro Brasileiro. Naquela ocasião foi escrito um “*manifesto à nação brasileira*” (AGUIAR, 2005, p. 44). Neste manifesto encontra-se a preocupação com a educação

⁵³ Nossa atenção se concentra na militância negra brasileira.

⁵⁴ Sobre o movimento negritude ver Munanga (1988).

⁵⁵ Trataremos deste tema ao fim da dissertação, com base em depoimentos de militantes entrevistadas durante nosso trabalho de campo.

secundária e superior a negros(as) - em termos do acesso dos(as) mesmos(as). Mais do que isto, congregou-se ali as principais medidas jurídicas para que a igualdade jurídica pudesse ser efetivada (NASCIMENTO, 2000, p. 212 *apud* AGUIAR, 2004, p. 44)

A preocupação com o resgate da memória da população negra através da valorização das culturas africanas foi evidenciada como uma estratégia para a positivação das identidades negras no Brasil (PINTO, 1993, p. 349 *apud* AGUIAR, 2005, p. 44). Esta proposta foi levantada pelo TEN no *Congresso Brasileiro do Negro Brasileiro*, ocorrido na década de 1950 (Idem).

Ressaltamos, então a segunda perspectiva de militância no TEN. Uma proposta de reconhecimento da sociedade brasileira como plural foi constituída pelo TEN. Não somente pela valorização das matrizes culturais e filosóficas de base africana, mas também pela pressão por medidas “equilibrativas”, tais como as ações afirmativas. Destacamos, por exemplo, a proposta de campanhas de alfabetização e ensino na comunidade negra, e a inclusão de negros nas agremiações partidárias (AGUIAR, 2005, p. 45).

2.6 - Do Marxismo ao diferencialismo cultural

A perspectiva de militância negra baseada numa orientação diferencialista teve continuidade ainda na década de 1970. Mais precisamente em 7 de julho de 1978, foi criado um grupo denominado Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Logo no início esta denominação passou a Movimento Negro Unificado.

O MNU tem sido considerado como uma das formas de organização da militância negra mais importante. Isto se deve ao fato de que o mesmo assumiu proporções gigantescas em relação aos demais grupos. Sua atuação ultrapassou os

limites do estado de São Paulo, onde fora criado, chegando a contar com “filiais” em diversos estados (HOFBAUER, 1993, p. 309).

A ênfase nas atividades políticas parece ter sido a principal característica do MNU. Diferentemente dos bailes, festas e comemorações, optou-se pela formação de quadros políticos que pudessem denunciar contundentemente a discriminação racial no Brasil. A partir daí, é possível a observação de que o MNU certamente se distancia de outras formas de militância anti-racista.

Desde o início de sua trajetória, o MNU tem tomado a prática de denúncia como primordial. Esta prática decorre da concepção da história do Brasil. Assim, a população negra era vista como vítima da ordem capitalista presente no Brasil. Conforme esta ordem, o racismo teria sido utilizado como mecanismo de exclusão social pela população branca.

Desde o período da escravidão os(as) negros(as) teriam sido levados(as) a ocupar as posições sociais de menores privilégios. Esta situação de marginalização poderia ser traduzida pela exploração econômica, cultural e até mesmo sexual sofrida pelos(as) negros(as) no Brasil.

Notamos neste ponto uma aproximação da concepção de nossa história feita pelo MNU e a leitura efetuada por Florestan Fernandes (1978). Para ambas leituras, o racismo teria como ponto de origem os mecanismos de exclusão de negros(as) durante a escravidão no Brasil e teria se transformado no racismo da sociedade brasileira pós-revolução burguesa.

Fica perceptível que a orientação teórica do MNU se aproximou da leitura marxista. A reação ao sofrimento em uma sociedade racista deveria ser efetuada através do próprio reconhecimento de si enquanto um ser social, discriminado(a) e explorado(a). Neste sentido, o MNU propôs a noção de se conceber enquanto negro

numa sociedade racista. Esta consciência de classe seria originada a partir da “*experiência de ser negro sobre o racismo*” (Idem, p.321).

Esse novo discurso da militância negra, ao se aproximar da visão marxista foi enxergado como radicalização da luta contra o racismo no Brasil. Entre outros fatores, essa aproximação com o marxismo foi um fator fundamental para que o MNU não conquistasse as adesões pretendidas pelos seus militantes.

Notemos que em fins da década de 1970 a história brasileira presenciava o início da distensão política. Os sucessivos governos ditatoriais estavam em lento processo de “saída” do poder institucional. Assim, observou-se o surgimento de “novos atores” sociais, entre os quais, o MNU.

E com a abertura política, as lutas das populações negras fora do Brasil, passaram à ordem do dia no Brasil. O MNU, ao contrário da Frente Negra Brasileira, propunha que a solidariedade com “*a luta de todos os oprimidos e grupos étnicos discriminados*” (“Documentos básicos do MNU”, 1992, p. 24 *apud* HOFBAUER, 1999, p. 312, grifos meus).

É possível que a importância das militâncias anti-racistas fora do Brasil estivesse no fato de abrir os canais de visibilidade da resistência negra em várias regiões. Aliás, a respeito das resistências da população negra no Brasil, o MNU considera que estas não deixaram de existir, mesmo durante a escravização. Assim, a vitimação dos(as) negros(as) deveria ser transformada em resistência, tal como o que ocorreu desde a vinda de africanos(as) à América Portuguesa.

Neste sentido, o dia 13 de maio passou a ser problematizado pela militância. Considerava que esta data não deveria ser comemorada, já que ela poderia representar, de certo modo, a benevolência dos(as) brancos(as) para com a população negra. Recorreu-se a outro símbolo: Zumbi dos Palmares.

Foi então - no dia 4 de Novembro de 1978 - que a data de morte de Zumbi dos Palmares passou a ser proposta como Dia Nacional da Consciência Negra. Criou-se um rompimento com a ordem dominante que determinava as comemorações no dia 13 de maio. (HOFBAUER, 1999, p. 313)⁵⁶. Além disto, o MNU promoveu uma campanha de apoio ao quilombo de Cafundó, em 1978 (Idem, p. 318).

A denúncia das formas de exploração ganhava sentido, haja vista que a forma como a população negra era pensada pelo MNU não é conciliável com aquela presente no ideário da FNB. Ou seja, para o MNU a tese evolucionista, pela qual a população negra seria concebida como em um estágio inferior de evolução/civilização seria desfeita. Não havendo diferenças em termos de graus de evolução, as medidas reparativas deveriam ser postas em prática. A *“esfera judicial também passou a ser vista como um importante instrumento de obtenção de decisões judiciais que levariam à criação de jurisprudências favoráveis à população negra como um todo”* (AGUIAR, 2005, p. 46).

Para o MNU a diferença entre negros(as) e brancos(as) consiste em uma cultura essencializada, depositária das posturas e orientações políticas do grupo, assim como categoria analítica (HOFBAUER, 1999, p. 316). A noção de raça teria uma conotação de características fenotípicas. Não por acaso se pleiteou a incorporação do que oficialmente se denomina pretos(as) e pardos(as) numa categoria denominada negro⁵⁷.

A expressão negro(a), mais tarde substituída por afrodescendente marca um conjunto de diferenças. Estas diferenças, deveriam ser reconhecidas por toda a

⁵⁶ Hofbauer observa que *“assumiam-se os quilombos de Palmares e seu último líder, Zumbi, como exemplo alegórico de ‘resistência negra’”* (HOFBAUER, 1999, p. 312).

⁵⁷ Como o termo negro(a) sugere, a criação de um movimento de massas poderia passar pela aliança entre pretos(as) e pardos(as). Entretanto, a adesão sempre foi - e ainda é - um problema a ser resolvido pela militância negra no Brasil. Tanto que mais tarde o MNU passou a utilizar a expressão afrodescendente, imaginando poder engrossar suas fileiras de militância, em substituição do termo negro(a).

sociedade não como marcas de inferioridade, mas como sinais diacríticos de um grupo que pretende seu reconhecimento.

Podemos identificar neste momento o surgimento de uma perspectiva de militância que se opõe à assimilação e tenta promover a valorização e reconhecimento da diferença entre negro(as) e não-negros(as), no plano da ação política⁵⁸. Como exposto durante as comemorações dos *300 anos de Zumbi*:

“Se hoje o povo negro de todas as partes do Brasil com o esforço estupendo se deslocou até aqui a Brasília para demonstrar a nossa unidade de objetivo é preciso separar a nossa manifestação com [de] um discurso de que Zumbi neste momento representaria o ideal de todos os brasileiro. Mas isto não é verdade. Zumbi representa o ideal do povo negro e do povo oprimido. Porque Zumbi não pode ser colocado na galeria dos heróis nacionais, ao lado de Domingos Jorge Velho. Zumbi não pode ser colocado na galeria dos heróis nacionais ao lado de princesa Isabel. Porque esses são heróis deles, Zumbi é herói nosso - e isso tem que ficar afirmado!” (gravação do discurso de Luiz Alberto, 20/11/1995 apud HOFBAUER, 1999, p. 314).

A exposição dessa diferença deveria ser buscada nas referências de base africanas e norte-americanas. Em oposição às cabelisadeiras da Frente Negra Brasileira, o MNU se envolveu na criação de salões de cortes “afro”, rastafári, etc. (HOFBAUER, 1999, p. 317).

Esta perspectiva diferencialista presente no MNU parece ter se originado de uma orientação marxista. Ou seja, o reconhecimento da situação de exclusão vivenciada pelos(as) negros(as) levaria a uma superação daquele estado alienador - vide ideário de branqueamento e mito da democracia racial - e construção de um movimento de massas anti-racista no Brasil.

A consciência de classe para Marx pode ser equivalente à consciência racial, na medida em que em ambos os casos ocorre a busca pela emancipação social. Para o MNU um dos pontos centrais da luta consiste no reconhecimento de sua situação -

⁵⁸ Cabe ressaltar que a valorização da diferença pelo movimento negro se iniciou com o Teatro Experimental do Negro. Entretanto, o TEN não fincou raízes tão profundas em termos de ação política, concentrando-se prioritariamente nas atividades artísticas.

individual e coletiva - frente ao racismo. Não bastaria ser negro, mas perceber o significado disto para que se possa lutar contra a opressão sofrida.

Entretanto, esta perspectiva introjetava certos padrões de estética e de comportamento oriundos, especialmente, do mundo *black* norte-americano. E neste sentido a repulsa por parte de brancos(as) e negros(as) - brasileiros(as), em geral - não tardou a se sentir, impedindo a adesão das massas.

Outrossim, a concepção de negro(a) formulada pelo MNU assentava-se naquela noção do culturalismo clássico, em que os grupos culturais teriam suas fronteiras essencialmente delimitadas. Assim, podemos perceber que as diferenças se cristalizaram de tal maneira que: a) a participação de negros(as) foi dificultada; b) o MNU foi visto como racista às avessas por “ferir” a identidade nacional; c) criou impasses para a adesão de não negros(as) e de mestiços(as) claros(as).

Esta percepção das diferenças tem sido questionada e até mesmo substituída pelo que podemos chamar de diferencialismo não clássico, ou mesmo fluido. Por ora, destacamos os avanços percebidos na perspectiva de luta do MNU desde fins da década de 1970. Mais do que negar o branqueamento e a democracia racial, “*a necessidade de democratização na esfera institucional e promoção de igualdade de oportunidades na educação, saúde, emprego*” (AGUIAR, 2005, p. 46), entre outras pautas de reivindicação fizeram do MNU uma das maiores organizações da luta contra o racismo no Brasil.

2.7 - Anos 80 e o ingresso nas instituições políticas públicas

Muito embora o MNU pretendesse ser o grande aglutinador da militância negra no Brasil, este objetivo nunca foi alcançado. Concorre para a compreensão deste fato o grande número de organizações políticas - representativas dos mais variados setores da

sociedade brasileira - que vimos surgir entre fins da década de 1970 e início dos anos 1980.

Foi então que se vislumbrou a criação em 1984, no estado de São Paulo, o Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra. Naquele momento o governador estadual era André Franco Montoro, do PMDB, que respondeu às reivindicações da militância negra paulista (HANCHARD, 2001, p. 157).

O Conselho da Comunidade Negra de São Paulo foi um dos infindáveis organismos de representação da militância negra na esfera política institucional. Após a sua criação, pudemos observar o surgimento de outros conselhos municipais pelo interior paulista. Aliás, este foi um dos objetivos do Conselho Estadual.

A criação dos Conselhos em nível municipal e estadual parece ter sido uma vitória da militância negra paulista. Entretanto, é necessário que compreendamos a trajetória geral dos mesmos.

Os objetivos do Conselho Estadual eram *“desenvolver estudos relativos à situação da comunidade negra, propor maneiras de a comunidade defender seus direitos civis, e eliminar as práticas discriminatórias que afetam cotidianamente a vida socioeconômica, política e cultural dos negros”* (Idem, p. 157).

De modo semelhante, os Conselhos distribuídos pelos municípios paulistas parecem convergir para os mesmos objetivos centrais.

Desde a criação do Conselho Estadual, sua atuação parece ter se voltado de maneira mais incisiva para a formação de quadros (políticos e de militância). Além do mais a regulamentação e divulgação de leis de combate ao racismo têm recebido destaque entre as atividades do Conselho Estadual.

É certo que a militância anti-racista na década de 1980 tomou um rumo - cujos precedentes podem ser percebidos na década de 1970 - que possibilitou o evidenciar das

divergências internas ao movimento negro. A discussão a respeito das formas de luta ganha força gradativamente. Principalmente colocando em foco a participação da militância negra em governos em nível federal, estadual e municipal.

O Conselho Estadual teve a participação de militantes negros oriundos do PMDB, mesmo partido de Montoro, governador estadual quando de sua criação. Esta associação entre legendas políticas e o anti-racismo no Brasil parece ser visto como um mecanismo de adiamento das medidas de luta contra o racismo em *terra brasilis*. O que alguns militantes alegam é que tal associação impede a criação e desenvolvimento de uma militância mais aguerrida, combativa.

Conforme as trajetórias do Conselho Estadual e do Conselho Municipal do Negro de Marília (criado em 1988), podemos notar que a dependência em relação aos sucessivos governos é real. Em termos práticos, isto tem implicado numa dificuldade de implementação de orçamentos continuados para as políticas de médio e de longo prazo.

Outro fator observado, e que tem sido tomado como comprovação da relativa ineficácia dos Conselhos, são as rusgas pessoais. Percebemos isto a partir da ironização de Hanchard:

“O adultério, as ambições pessoais e outros episódios pueris mas nocivos, envolvendo membros da instituição, deram uma aura de telenovela a suas atividades. A partir de 1989, muitos ativistas e co-fundadores expressaram seu desencanto com o caráter cada vez mais personalista do conselho e se afastaram da organização” (Idem, p. 157)

Atualmente, o Conselho Estadual, e em certa medida o CMN de Marília parecem voltar suas atenções para uma convergência para com a militância em âmbito nacional. As políticas reparativas em prol da população negra podem ser pensadas como objetivo em comum, conferindo certo grau de adesão crescente entre os(as) militantes em diversos níveis da organização política.

Para que possamos compreender a ocorrência das ações afirmativas voltadas para a população negra optaremos em abordar o desenvolvimento anterior. Para tanto

será necessária a compreensão do desenvolvimento da militância negra em termos institucionais.

Outra forma de militância que observamos no pós-ditadura militar é a participação de negros(as) nos parlamentos brasileiros. Como se não bastasse as orientações partidárias, muitos(as) acrescentam a militância anti-racista em sua plataforma. É o caso de parlamentares como o deputado federal Calos Alberto Oliveira, conhecido como Caó, a deputada federal Benedita da Silva, o senador Paulo Paim, entre outros(as). De acordo com Silvério, *“o processo que se seguiu à abertura política, normalmente nomeado como redemocratização do estado brasileiro, é marcado pela ‘exigência’ de participação na política por parte dos setores populares”* (SILVÉRIO, 2001, p. 02).

Evidentemente existem outros exemplos de indivíduos negros(as) que têm sido eleitos(as) para gestões - geralmente em casas legislativas - e respondendo a anseios da militância negra atualmente. Suas atuações, pensadas em conjunto, nos oferecem a compreensão de que desde fins da década de 1980 o movimento negro brasileiro iniciou uma forma diferente de militância. Apesar das relações entre estes(as) parlamentares e os partidos e demais instituições políticas, as preocupações com a obtenção de verbas constantes para organismos do movimento negro, na leitura de Hanchard, *“são um fator menos importantes em seu cálculo da criação, defesa e implementação de medidas políticas”* (Idem, p. 161).

A respeito da discussão sobre o fator mais importante para o que podemos chamar de militância negra parlamentar, entendemos que existe um conjunto mais complexo de motivações. É importante notar a criação de uma agenda unificada, a adesão de eleitores(as) - prioritariamente negros(as) - a suas plataformas políticas, etc.

De todo modo, trata-se apenas de motivações que são transformadas em outras ações parlamentares.

A criação da Lei Caó, a Lei Federal 10639/2003, entre outras são exemplos das ações implementadas pela militância negra parlamentar. Observamos que a criação de mecanismos jurídicos de combate ao racismo têm sido observados pelos(as) mesmos(as).

Além das alterações e complementações jurídicas, este tipo de militância tem observado o combate aos mecanismos de reprodução do racismo⁵⁹. A título de exemplo podemos citar os incentivos às iniciativas - públicas e privadas - de combate a exclusão de referências positivas das matrizes africanas no Brasil⁶⁰.

Assim, podemos notar que o movimento negro tem passado por alterações significativas nos últimos vinte anos. A respeito disto, a participação de negros(as) crescentemente intelectualizados na militância tem resultados fecundos. Notemos que suas participações na agenda anti-racismo se torna compreensível na medida em que há uma certa convergência entre esses(as) e as diversas esferas de representação política estatais voltadas para a população negra.

É certo que alguns nomes de intelectuais negros atualmente têm conquistado notoriedade nacional e internacional. Por certo, esta notoriedade passa, em alguns casos, pela participação em órgãos governamentais, tais como os Conselhos. Parece que o Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra de São Paulo, assim como a Fundação Cultural Palmares, são duas instituições representativas da

⁵⁹ É importante observar que a Lei Caó tem efeito apenas sobre o impedimento sofrido por negros(as) em decorrência de suas características negróide. Outras formas de discriminações como xingamentos não são consideradas racismo no ordenamento jurídico brasileiro.

Outrossim, o combate a exclusão simbólica e material das referências positivas de matriz africanas na televisão, cinema, artes plásticas, literaturas, entre outros não constituem objeto das leis anti-discriminatórias, mas de leis de combate ao discurso ideológico reprodutor do racismo.

⁶⁰ Recentemente, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, em conjunto com o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro da UFSCAR implementaram um projeto de sensibilização de professores(as) da rede estadual paulista para a reprodução do racismo na escola.

escalada de uma pequena - porém importante - parcela da atual intelectualidade negra brasileira.

A própria ampliação recente das medidas de combate ao racismo no Brasil encontra eco na participação desta intelectualidade⁶¹. Sua atuação tem o compromisso ontológico prioritário de obedecer ao rigor científico em todos os âmbitos. Em função da lógica de hegemonia discursiva na cultura ocidental - que apresenta a razão e sua descendente, a ciência, como “iluminadoras” principais de nossas mentes -, a discussão a respeito das medidas anti-racistas no Brasil tem recebido destaque na década de 1990.

Em 1996 houve um seminário promovido pelo governo federal com o objetivo de debater a implementação de ações afirmativas para a população negra no Brasil. Participaram deste evento inúmeros intelectuais - em sua maioria brancos. A partir das intervenções presentes neste evento foi organizada uma coletânea de artigos sob a organização do professor Jessé Souza (1996).

A atenção da militância negra, bem como da intelectualidade negra aquele evento foi importante uma vez que a partir de então surgem implementadas importantes medidas de ação afirmativa para negros(as). Cotas para negros(as) em universidades públicas, complementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a criação da Faculdade Zumbi dos Palmares⁶² entre outros são exemplos dos desdobramentos recentes - a maioria surgiu na década atual.

2.8 - Mulheres negras

É também na década de 1980 que a sociedade brasileira viu o surgimento de organizações não governamentais voltadas prioritariamente para o cruzamento do anti-

⁶¹ Estamos nos referindo aos intelectuais [professores(as) universitários(as) em sua maioria] negros. Não se trata de excluir ou diminuir a importância dos estudos realizados por intelectuais brancos sobre racismo. Trata-se apenas de destacar a existência de uma intelectualidade negra no Brasil.

⁶² Parece que se trata da primeira e única universidade privada voltada prioritariamente para a população negra, no Brasil

racismo e da luta contra as desigualdades entre homens e mulheres. As chamadas ONG's de mulheres negras se destacaram desde então na luta pelo reconhecimento do grau de exclusão sofrido pelas mulheres negras no Brasil, pensando em estratégias de superação dessas relações assimétricas.

Constatou-se que, entre as diversas formas de luta contra a exclusão social, a das mulheres negras careciam de representação. Não que as negras militantes se ausentassem dos debates - por vontade própria. O que se afirma é que as mulheres negras eram preteridas tanto no debate quanto nos resultados.

Na “*relação tridimensional entre raça, classe e sexo*” (Hanchard, 2001, p. 153) as ONG's - GELEDÉS, Fala Preta, Agbara Dudu, entre outras - partiram da constatação de que à população feminina e negra era destinado o maior grau de exclusão social. Tanto que, mesmo no seio dos diversos movimentos sociais, esta população encontrava dificuldades em ser aceita.

O MNU chegou a desenvolver “*perspectivas e programas de ação feministas no fim da década de 1970*”. Entretanto, a reprodução de posturas patriarcais foi decisiva no fomento das discórdias entre mulheres e homens (Idem, p. 154). Ao que parece, existia - aliás, parece que ainda existe - um hiato entre os discursos oficiais e a prática cotidiana e particular dos militantes masculinos.

Com relação à esquerda no Brasil, a preocupação com as questões sobre racismo e sobre o machismo era considerada menor. Principalmente entre a década de 1960 e os anos de 1970, em virtude da assunção do marxismo na academia brasileira, o tema privilegiado da luta de classe parece ter ofuscado outros temas. Podemos conferir que tal paradigma acabou ultrapassando os limites acadêmicos, chegando a ser introjetado entre os partidos políticos e movimentos sociais de esquerda no Brasil.

Assim, o tema racismo e a discussão a respeito do machismo passaram a constituir as plataformas da esquerda brasileira na década de 1980. Destacam-se dois partidos políticos: PMDB e PT⁶³.

Cabe, então, observar que mesmo com este avanço, as mulheres negras ainda não tinham encontrado um espaço adequado para o debate a respeito da intersecção entre racismo e machismo.

No tocante ao movimento feminista também se nota que *“as ativistas afro-brasileiras constataram, muitas vezes, que suas camaradas brancas desprezavam o fato de que também elas oprimiam as mulheres afro-brasileiras.”* (Idem, p. 155).

Foi assim que ONG's como as supracitadas abordam questões como a educação de filhos(as) negros(as), educação nutricional, proteção das famílias, violência policial, direitos constitucionais, aborto, direito de procriação, discriminação no mercado de trabalho, saúde da mulher afro-brasileira etc (Idem, ibidem).

É importante salientar que as atividades destas ONG's tem se pautado prioritariamente em ações junto a comunidades, geralmente de maior carência econômica (financeira e de bens). Há um certo consenso de que naquelas comunidades o trabalho teria maior aceitação, haja vista que a composição populacional majoritariamente negra. Além disto, nota-se que o trabalho envolve questões que são freqüentemente consideradas mais prioritárias para o(a) destinatário(a) do que a preocupação com o racismo e suas manifestações. Não por acaso, atribui-se a estes fatores o sucesso maior das ONG's quando comparadas à militância exclusivamente anti-racista (Idem, p. 156).

Além das atividades citadas acima, as ONG's de mulheres negras, como são conhecidas, tem oferecido exemplos de organizações de eventos de estudos da situação

⁶³ Os dois partidos tem destaque uma vez que a própria militância negra se refere a estes dois partidos, além do PDT.

de sua militância - *Primeira Conferência Nacional de Mulheres Negras no Rio de Janeiro* - entre outras. É de merecido destaque a constatação de que uma parcela importante desta militância vem conquistando espaço político e acadêmico no atual debate sobre o racismo no Brasil e no combate ao mesmo. A filósofa Sueli Carneiro pode muito bem ser representativa desta tendência, a saber, da ascensão das mulheres negras a postos, até pouco tempo, quase exclusivos a homens (majoritariamente brancos).

Podemos notar que a militância das ONG's de mulheres negras tem se destacado - principalmente a partir do início da década passada, quando da criação do GELEDÉS em 1990 - na defesa da especificidade social das mulheres negras. Em sua luta, observamos a recorrente preocupação em diferenciar-se das demais lutas, sem, contudo, apartar de outras militâncias. A exemplo, a publicação do livro *O pensamento negro em educação no Brasil* de Silva e Barbosa (1997) condensa oito textos sobre as particularidade da forma de pensamento encontrada entre negros(as) no Brasil. Entre os textos, setenta e cinco por cento são de autoria de mulheres, preocupadas em combater o racismo e o machismo.

Conforme as teses explícitas em obras como esta, existe uma preocupação em destacar as características das matrizes culturais e de pensamento africanas, como estratégia de combate ao racismo - entre outras formas de intolerância.

2.9 - De assimilado(a) a diferente

Desde o início de nosso texto, procuramos expor um pouco da trajetória do movimento negro brasileiro. Entendido atualmente como um conjunto de atores sociais visando conquistas políticas para a população negra, a militância negra brasileira atual pode ser entendida como fruto de uma longa jornada de luta.

Inicialmente⁶⁴, os(as) negros(as) almejavam a constituição de grupos em que pudessem ser aceitos. A imprensa negra e as associações - destacamos a Frente Negra Brasileira em virtude das dimensões políticas que ela conquistou - se destacam na luta pelo reconhecimento de que a população negra poderia e deveria ter acesso a *campos* de sociabilidades aos quais negros(as) eram sistematicamente excluídos⁶⁵.

Talvez naquele tempo fosse mais fácil demonstrar a segregação existente entre negros(as) e brancos(as) no Brasil do que atualmente. Entretanto, a orientação da militância negra na primeira metade do século passado, se pautou pela aceitação parcial das teorias que abordavam as relações entre negros(as) e brancos(as).

A idéia de que existiriam algumas populações - naquela época o conceito de raça era mais largamente utilizado - dotadas de características menos desejadas foi, de certo modo, aceita pelas associações negras. De acordo com estas últimas, os(as) negros eram preteridos com grande freqüência entre brancos(as) porque aqueles(as) seriam menos educados ou cultos.

Era freqüente a associação entre cultura e civilização⁶⁶ (Hofbauer, 1999). A noção de cultura entendida pelo movimento negro era a de um acúmulo de conhecimentos estabelecidos pelo *stablishment* (ciências, artes, comportamento, etc.) que deveriam ser apropriados pelos *outsiders*. Neste sentido, à população negra caberia aceitar uma carência como natural. Algo como se os(as) negros(as) fossem naturalmente carentes de cultura.

Ora, o conceito de civilização nas ciências sociais tem ligações com um crescente acúmulo de técnicas, conhecimentos, etc. Em se tratando de cultura, a

⁶⁴ No começo do século XX.

⁶⁵ Clubes recreativos são os mais citados. Podemos ainda lembrar as proibições de circulação de negros(as) durante o *footing*, entre outros.

⁶⁶ Através desta associação que a tese na qual os(as) negros(as) deveriam ter mais cultura, e para isto deveriam ser escolarizados pode ser compreendida.

aquisição dos itens citados acima não corresponde a um crescente evolutivo. Principalmente quando a relação entre grupos é nitidamente assimétrica (ELIAS, 1993).

Entretanto, a aceitação de que negros(as) seriam inferiores na escala evolutiva tinha como solução, proposta pela militância negra daquele tempo, a escolarização de seus pares. Observamos que a saída encontrada pela militância era visivelmente distinta da mestiçagem proposta pelos *homens de ciencia* (Schwarcz, 1993) de então.

Ainda em tempo, a voz oficial da militância negra na primeira metade do século XX não pregava a valorização da diferença. Neste sentido a aceitação das formas de comportamento, de pensamento e de religiosidade de origem européia foi muito grande entre aquela militância. Exemplo ímpar disto são as *cabelisadeiras*⁶⁷ da Frente Negra Brasileira.

Assim, podemos afirmar que entre os anos de 1910 e 1930/40 surge em *terra brasilis* uma militância genuinamente negra reivindicando sua integração na sociedade brasileira, tida como extremamente excludente aos negros(as).

Posteriormente, após quase uma década de relativo silêncio - imposto pelo Estado Novo - a militância negra volta ao cenário das lutas políticas no Brasil com o Teatro Experimental do Negro. E mais tarde, em 1978 surge o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial.

Nas trajetórias do TEN e do MNU as reivindicações pela valorização da população negra ganharam força, em detrimento da assimilação. As desigualdades sociais entre negros(as) e brancos(as) foram explicitadas até mesmo pela ciência da época.

Na década de 1950 a UNESCO financiou inúmeros estudos sobre as relações entre negros(as) e brancos(as) no Brasil. Ora, nossa imagem - dentro e fora do país - era

⁶⁷ Tratava-se de uma seção da Frente Negra responsável pelo alisamento de cabelos dos(as) negros(as) associados(as).

de uma verdadeira democracia racial. Não era de estranhar que ao combater qualquer resquício da política nazi-fascista a ONU promovesse estudos no Brasil a fim de desvendar a “vacina” brasileira contra qualquer forma de racismo.

O resultado das pesquisas: existe um racismo singular no Brasil. Este se reveste de aparente cordialidade nas relações cotidianas mascarando a negação de privilégios à população negra, em favorecimento da população branca.

Notemos que dificilmente alguém diria, no Brasil, que a ausência de atores(izes) negros(as) numa peça teatral como *O Imperado Jones*, fosse uma comprovação do racismo no Brasil. Entretanto, ao criar o TEN, Abdias do Nascimento foi acusado de racismo às avessas. Ou seja, no Brasil, qualquer peça teatral, ou televisiva, em que não se encontram negros entre os(as) artistas não é considerada racista. Enquanto isto, a existência de um TEN foi considerada comprovação de que os negros estariam revertendo - ou criando - o racismo

Marcaram as atuações do TEN e do MNU o início da valorização das matrizes africanas - culturais e filosóficas. Trata-se de uma estratégia política que busca (re)criar uma identidade negra no Brasil, bem como definir quem são as vítimas do racismo no Brasil.

A base de sustentação do movimento negro desde então consiste nos estudos acadêmicos. Uns abordarão a reprodução do racismo no cotidiano. Outros se preocuparão em demonstrar as disparidades em termos de indicadores sociais entre negros(as) e brancos(as). Existem também estudos que se preocupam com a educação no Brasil, que tem sistematicamente negado boas referências aos negros(as). Isto sem esquecer das discussões a respeito da igualdade jurídica entre negros(as) e brancos(as) a ser alcançada.

É importante observar que os estudos sobre educação e mecanismos jurídicos constituem obras mais recentes. Principalmente desde a década de 1980, eles têm constituído crescente preocupação do movimento negro e até mesmo de políticos e uma parcela da sociedade civil.

Ora, foi na década de 1980 que surgem órgãos governamentais de combate ao racismo no Brasil - Conselhos, Fundações etc. Neste mesmo período - ou talvez na década de 1990 - alguns(mas) intelectuais negros(as) começam a encontrar espaço para pesquisar o racismo. Alguns exemplos: Kabengele Munanga (2006), Joel Zito Araújo (2000), Valter Silvério (1999), Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (1997), Sueli Carneiro (2006), Nilma Lino Gomes (2002), Joaquim Barbosa (2001).

Certamente que o reconhecimento da existência do racismo por parte de governos, assim como o fortalecimento de uma intelectualidade negra no Brasil dos anos 1980 e 1990, tem contribuído para o aprofundamento e refinamento da militância e da produção acadêmica sobre o tema⁶⁸. Não podemos esquecer das ONG's de mulheres negras (Fala Preta, GELEDÉS, etc.).

Efetivamente observamos que a própria perspectiva de luta anti-racista no Brasil se caracteriza não somente pela valorização das matrizes culturais e filosóficas africanas. Há também uma preocupação de combater o discurso ideológico racista por meio da educação. Assim, produções como as que abordam *pensamento negro em educação* e projetos de sensibilização de educadores para o combate ao racismo são colocados na ordem do dia. Podemos concluir que por todos os flancos atacados pelo movimento negro atual, a valorização da diferença - através do que chamamos de (re) africanização do movimento negro - é condição *sine qua non* para diminuir os efeitos, ou a superação do racismo no Brasil.

⁶⁸ Importante ressaltar que a preocupação de intelectuais, e mesmo militantes não negros(as) merecem destaque no refinamento e aprofundamento do debate e da militância anti-racista no Brasil.

A diferença aqui é tratada como aquele conjunto de sinais diacríticos que podem demonstrar as africanidades de um grupo social. Por exemplo, o culto aos orixás, a capoeira, a percepção de tempo circular, etc. são sinais destas africanidades.

A diferença é entendida pelo movimento negro em termos de origem. Negros(as) são originários - enquanto população - da África. Brancos, da Europa.

Capítulo III: Perspectivas de luta em Marília

Faremos uma apresentação de nossa compreensão da luta anti-racista na cidade de Marília. Para isto lançaremos mão dos resultados de nosso trabalho de campo junto ao Grupo de Educadores Negros e Conselho Municipal do Negro. É importante ainda salientar que nosso trabalho de campo, ainda em andamento, tem como foco de pesquisa a Comissão anti-racismo da OAB seccional de Marília.

Em virtude das dificuldades apresentadas por este último grupo, optamos por apenas indicar algumas conclusões a que chegamos, sem, contudo, concluir sobre. É importante lembrar que esta comissão foi criada há quase dois anos, de modo que a compreensão de sua trajetória tem sido mais tortuosa em virtude de se tratar de um movimento ainda recém-criado.

Faremos desde o presente momento, algumas considerações teóricas. Isto para que possamos apontar algumas dificuldades que são apresentadas por negros(as) e não-negros(as) que têm lutado contra o racismo e fenômenos correlatos nos dias atuais.

Tal problematização se deve ao fato de que os grupos - em torno dos quais negros(as) e brancos(as) se organizam contra o racismo - em questão não são constituídos por uma suposta unidade populacional - entre negros(as) e não negros(as). Pudemos constatar que se trata de um movimento social heterogêneo sob este ponto de vista.

Esta escolha se dá em virtude de que as perspectivas anti-racistas dos dois primeiros grupos nos permitem uma compreensão crítica acerca dos tipos de anti-racismo no Brasil. Para além do anti-racismo assimilacionista (vide MUNANGA, 1999; HANCHARD, 2001), que busca a inserção pouco crítica em espaços em que os negros

têm sido sistematicamente preteridos, a observação nos permitiu a compreensão de um anti-racismo pluralista.

Notemos que diante desta variedade de sujeitos pesquisados, nosso foco pode se dar especialmente no que tange à estruturação das relações entre os mesmos. Ainda em tempo, buscamos compreender a dinâmica de recorrentes conflitos⁶⁹ e, em menor escala, as aproximações entre os grupos.

Em conformidade com os dados recolhidos durante o trabalho de campo, trataremos da questão que nos aparece como central para a compreensão do movimento anti-racista em Marília. Trata-se de um conjunto de perspectivas distintas a respeito da noção de igualdade social.

Por se tratar de uma categoria largamente difundida, buscamos no presente texto analisar o termo igualdade não do ponto de vista teórico, mas a partir de algumas concepções advindas do conjunto de homens e mulheres que se organizaram no movimento anti-racista em Marília-SP⁷⁰.

3.1 - A importância do conflito

Desde nosso primeiro trabalho de pesquisa realizado durante a graduação notamos que entre o CMN e o GEN havia alguns pontos que necessitavam ser explorados com maior cuidado. A questão da forma como as relações entre estes dois grupos se davam nos levou a discuti-la, inicialmente, em termos da noção de conflito.

⁶⁹ Podemos perceber que a idéia de conflito no interior do movimento anti-racista poderia contribuir à noção de que se trata de um movimento desorganizado. Entretanto, no presente estudo houve momentos em que os grupos se opuseram em termos de propostas de ações. Em termos mais amplos, analisando a trajetória dos grupos de um modo geral, estes eventos têm como decorrência a formação de um certo ânimo conflituoso e antagônico entre os grupos. Insistiremos, ao longo do texto que se trata de diferentes perspectivas de ações de combate ao racismo e de concepções distintas de sociedade e cultura entre os grupos marilienses.

⁷⁰ É possível que o leitor não encontre eco em nossas reflexões a respeito do movimento anti-racista no município de Marília na primeira metade do século XX ou anteriormente. Nosso enfoque é centrado no movimento anti-racista desde o ano de 1988 até os dias atuais. De fato, há registros de uma organização chamada Legião Negra anterior a 1988. Para mais ver CARVALHO, 1996.

Trata-se do fato de que em alguns momentos a relação entre os mesmos levaria um(a) observador(a) apressado(a) a confirmar a tese de que o “movimento negro, na verdade, é um movimento dos negros”⁷¹.

Não é nossa intenção julgar qualquer posição a respeito da maneira de se portar contra o racismo, mas o fato é que a relação entre parte importante dos membros dos dois grupos freqüentemente desemboca numa estigmatização do seu “outro”.

Assim notamos desde então que a postura do GEN se dava em torno de uma proposta efetivamente mais combativa. Já o CMN adotava um comportamento mais próximo da conciliação com grupos “estranhos”⁷² (pelo menos aparentemente) à agenda anti-racista.

Nosso primeiro problema se configurou em torno desta relação. Notemos ainda que apesar de haver esta constante referência ao “outro” grupo anti-racismo como sempre carregado de implicações problemáticas - quando não se afirmava que o mesmo era “*ineficiente*” - a recente história do movimento anti-racista em Marília é repleta de momentos em que os grupos se relacionam *comunicativamente* (HABERMAS, 1987).

Posteriormente pudemos constatar que, além destes dois grupos, a cidade contava ainda com a Pastoral do Negro (PNM). Este grupo é formado por homens e mulheres católicos que se reúnem em torno da valorização de uma identidade negra e, ao que nos parece, acima de tudo católica.

A PNM aparece em nosso trabalho como um grupo em que a temática do racismo aparece de forma menos evidente. Isto se deve ao fato de que seus (suas)

⁷¹ Michael George Hanchard (2001) apresenta esta frase como epígrafe do quinto capítulo de *Orfeu e o poder*. Na verdade se trata de uma concepção na qual o movimento anti-racista seria carente de uma maior organização e direção.

⁷² O termo “estranhos” aparece entre aspas já que se trata de grupos freqüentemente alheios às preocupações anti-racista. Apesar disso, alguns indivíduos e grupos que não militam contra o racismo em Marília se posicionam temporariamente e de forma pública em apoio a alguma(s) atividade(s) realizada pelo CMN. Por exemplo, as “Olimpíadas Afrodescendente ‘Dr. Abelardo Camarinha’” contou com o apoio da prefeitura municipal e empresas ligadas a alguns representantes públicos marilienses.

componentes vivenciam mais intensamente o catolicismo do que a identidade racial⁷³. Quando procuramos descrever as principais realizações da Pastoral, a Missa Afro realizada anualmente é, com certeza a principal delas. Em termos de propostas de anti-racismo parece não existir nada além da valorização pessoal dos negros católicos.

Uma forte evidência disto é que a referência quase única ao trabalho da PNM é a realização da missa afro. Parece-nos que a postura de relativa neutralidade no jogo político do movimento anti-racista mariliense adotado pelos membros da PNM pode ainda ser explicada pela percepção de que os outros grupos têm motivações claramente políticas. Assim, eles(as) evitariam uma tomada de postura mais evidente pelo desejo de manter coeso o grupo. Grupo que, segundo os próprios participantes, se orientam e se reúnem, acima de tudo, em torno da religiosidade católica. Ou como exemplificado por um de seus membros, “ (...) nosso trabalho é união de quem é católico e negro (...) pra fugir do racismo com o amor ‘Dele’ lá de cima” (...).

Esta postura de relativa neutralidade não é compartilhada no interior da CAROAB. Pelo menos não da mesma maneira. Desde que este grupo se organizou há quase dois anos, vem se posicionando criticamente em relação aos demais.

Não que a dinâmica interna do movimento anti-racista mariliense seja baseada apenas e/ou constantemente no conflito e na crítica interna. Estamos, efetivamente evidenciando um aspecto que não encerra a riqueza de elementos do movimento anti-racista mariliense. Trata-se, de outro lado, de um aspecto extremamente relevante na discussão, na medida em que permite a compreensão da lógica interna ao movimento anti-racista.

⁷³ A identidade racial no caso deve ser pensada em termos da contribuição dos negros no catolicismo. Parece haver entre os membros da Pastoral, uma percepção de que o catolicismo brasileiro é diferenciado de outros catolicismos (do polonês ou do italiano, por exemplo) em virtude de uma contribuição constante dos africanos e seus descendentes trazidos à força para aqui serem escravizados e posteriormente a contribuição dos negros libertos e livres.

Cabe, neste ponto, pensarmos o que poderia estar levando os(as) agentes do anti-racismo mariliense a uma relação conflituosa em alguns momentos. E mais ainda, que importância isto tem para o entendimento do movimento anti-racista.

A idéia de conflito aqui se apresenta não como um problema no sentido corriqueiro de algo a ser sanado em decorrência de sua carga negativa. Ao contrário, o sentido que a noção de conflito recebe neste texto é o de que se trata de uma questão, que abrirá caminho para o entendimento de uma importante realidade social, a saber, da luta contra o racismo, seus efeitos e causas.

Assim, talvez não seja fora de propósito trazer para a discussão sobre o tema uma formulação plausível. Estamos nos referindo à formulação de Axel Honneth (2003) sobre o conflito.

Na teoria de Honneth o conflito - em resumidas linhas - pode ser entendido como um “mal” necessário a um estado de superação social. Para este autor um elemento fundamental para que os grupos possam ser reconhecidos socialmente é o conflito.

Entendido dentro de uma lógica dialética, o conflito entre indivíduos e grupos levaria a uma percepção de suas co-existências e, por conseqüência, ao mútuo reconhecimento.

É importante lembrar que Honneth escreve esta tese afirmando sua resposta à “teoria da ação comunicativa”, formulada por Jürgen Habermas (1983 e 1987). E ao considerar que instabilidade e tensão são elementos constitutivos das relações sociais - no âmbito político, ideológico, cultural, econômico, etc. - Honneth defende que o conflito entre grupos pode levar à superação de importantes dificuldades de

relacionamento. O conflito para este tem função primordial na evolução societária, cultural, etc.

Se a idéia de uma relação comunicativa baseada na argumentação racional, como admite Habermas carece de consistência em virtude de negligenciar tensões ainda longe de superação - o racismo, enquanto ideologia, pode ser pensado como um exemplo - a percepção de que o conflito pode ser altamente positivado parece igualmente carecer de contato com a realidade material e especialmente cultural de que tratamos no presente texto⁷⁴.

De fato, é evidenciado que a partir de uma situação de conflito alguns de nossos entrevistados perceberam que sofriam constantes exclusões em virtude de sua inserção em uma sociedade de cultura racista. Um dos exemplos mais evidente é o do vereador Dr. Jorge⁷⁵.

Em termos coletivos (ou de grupo) nosso estudo tem evidenciado que o conflito não deve ser entendido somente como funcional. Aceitar esta tese corresponde a aceitar a idéia de que o movimento anti-racista necessitasse passar pela fase evolucionária do conflito entre grupos para dissolver tensões internas.

⁷⁴ Neste ponto é importante que lembremos que nossa abordagem está de acordo com a que considera as alterações no plano do comportamento cultural sempre mais lentas.

Esta consideração nos permite observar aquilo que Habermas e mesmo Honneth consideram como *razão* é uma faculdade humana que deve ser pensada com vistas às percepções culturais. Assim como a existência de Leis que criminalizam a discriminação racial não findaram as variadas manifestações racistas, qualquer imposição (ou negociação material/institucional) não levaria imediatamente a alterações significativas. Vide o caso das *affirmative action* implantadas nos EUA desde a década de 1960 e o comportamento das populações negras e brancas daquela sociedade.

Esta parece ser a maior carência da teoria habermasiana.

⁷⁵ Em um dos encontros que tivemos, o Sr. Dr. Jorge nos relatou sua “inserção” na luta anti-racista. De acordo com o mesmo, após ser barrado em um clube social na cidade de Bauru, onde o mesmo residia, Dr. Jorge conseguiu o apoio de pessoas da chamada elite da cidade.

Pouco tempo depois, Campos se candidatou a vereador no mesmo município, sendo eleito o mais jovem parlamentar do estado de São Paulo. Ele atribui sua eleição às proporções que o evento supracitado tomara.

Desde então, o mesmo tem se envolvido no movimento anti-racista. Primeiro em Bauru e mais tarde em Marília, onde reside até hoje.

Em 1988 fundou o Conselho Municipal do Negro em Marília e até hoje é tido como o maior responsável pela organização da luta anti-racista mariliense.

Procuramos em trabalhos anteriores, demonstrar que as tensões apresentadas no interior do movimento anti-racista mariliense têm, também, motivações externas. A contribuição de homens e mulheres não negros(as) no CMN, por exemplo é tida como indesejável por algumas pessoas, especialmente as que participam nos outros grupos.

Argumenta-se que a aceitação de membros de populações não-negras no “movimento negro” seria uma incoerência a partir da própria denominação. Quanto mais em relação à dependência material (financiamento, favores, etc.) que se percebe no caso do CMN.

As tensões tendo também motivações externas - de origem “estranha” ao movimento anti-racista - a tese de Honneth parece não ser coerente com nosso texto. Isto porque o conflito assim gerado não conduz a um estado de consciência de grupo ou coletiva. Dito de outro modo, os negros e negras envolvidos nos grupos, ao perceberem identificarem/projetarem nos indivíduos não-negros boa parcela da responsabilidade pelas divergências internas ao movimento anti-racista, orientam-se pela opção de questionar a identidade de seus pares nos grupos ao qual não pertencem.

Isto parece explicar o fato de existir uma constante estigmatização mútua. Os membros do GEN com a percepção de que o CMN atua de forma a buscar interesses pessoais chegando a até mesmo “branquear-se” culturalmente⁷⁶. E os membros do CMN concebendo o GEN como um grupo sem perspectiva futura em virtude de não

⁷⁶ Sobre o tema do branqueamento, consideramos que existem duas formas de branqueamento. Um que pressupõe a introdução de um padrão cultural carente de elementos culturais de matriz africana. Neste fenômeno negros e negras incorporam comportamentos que os tornam “brancos” aos olhos de seus antigos e novos pares.

O outro tipo de branqueamento é aquele pensado por uma parcela significativa de intelectuais brasileiros entre as três últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX (Nina Rodrigues, Silvio Romero, Oliveira Vianna, João Baptista de Lacerda). A idéia central é a de que a população negra tenderia a se desfazer, em virtude de suas características inferiores às dos(as) brancos(as). Para mais conferir Hofbauer, 2000.

De qualquer maneira, pudemos notar que o Conselho é tido pelos outros militantes marilienses como um tanto quanto “problemático” pelo fato de compreender entre seus pares indivíduos que não são negros. Certamente neste sentido podemos questionar a noção de movimento negro, uma vez que negros e não-negros partilham de um compromisso anti-racista – em menor ou maior grau.

estabelecer alianças políticas. E mesmo a CAROAB compartilhando de ambas as críticas.

É possível que num futuro a tese de Honneth seja confirmada, porém, a tendência verificada é de que ela é apenas parcialmente condizente com nossa perspectiva de estudo. Assim, o *conflito* não seria apenas funcional, mas ele poderá ser pensado como elemento contribuidor nas relações entre os grupos.

3.2 - Percepções de igualdade

Ao analisarmos as entrevistas percebemos que por trás do *conflito* existe algo que dá o alicerce à dinâmica das relações entre os grupos de maneira mais sólida. Trata-se das concepções de igualdade constatadas nos grupos.

Trataremos mais especificamente desta questão tomando por base o CMN e o GEN. Mesmo por que estes grupos vêm se constituindo no que podemos chamar de pólos de um mesmo elemento (movimento anti-racista mariliense), ficando os demais grupos, como já indicamos, entre as posturas extremas.

Faremos uma exposição da concepção de igualdade verificada no CMN.

3.2.1 - Igualdade pela homogeneização

Michael George Hanchard lembra que a idéia que algumas pessoas têm do movimento anti-racista no Brasil é de algo um tanto quanto desorganizado, carente de direção. Aliás, esta parece ser uma percepção que não é das menos comuns. Tal avaliação tem, de acordo com o autor, raízes racistas.

Também é fato que não raro, encontramos algumas questões que podem levar algum observador apressado a concluir desta forma. Neste texto procuramos evidenciar alguns destes e apresentar uma compreensão distinta da encontrada comumente por Hanchard. Para isto reproduziremos algumas falas de homens e mulheres com quem conversamos durante o trabalho de campo.

Em um dos diálogos mais fecundos que tivemos, ouvimos do presidente do CMN algumas considerações importantes. Discutíamos sobre o lugar da população negra no Brasil. Desde tempos remotos até nossos dias atuais - conforme a vontade do entrevistado.

Em um dado momento, quando a conversa já parecia envolver-nos com uma saudável aproximação, o mesmo afirmara que “*o negro tem que ocupar o lugar que o branco ocupa*”. Sua intenção era a de argumentar que o Conselho deveria adotar uma postura de conciliação com a elite local, uma vez que esta seria a maneira mais eficiente de alterar o jogo de posições. Esta passagem remete a intenção comum entre os membros do CMN de integrar espaços sociais em que os mesmos são sistematicamente preteridos.

Na opinião desse homem, bem como na de outros membros do CMN ficou patente a importância de que os negros e negras sejam “integrados(as)” à sociedade. E notemos que esta integração - e este é outro ponto de nossa discussão - não se efetivaria necessariamente por via da contestação⁷⁷.

A “integração” da população negra em uma sociedade considerada racista, de acordo com parcela significativa do CMN, é logicamente possível já que na concepção de seus(suas) integrantes as diferenças de status social e cultural entre negros e não-negros são - ou deveriam ser - ignoradas. Assim como para alguns autores - Fábio Wanderley Reis (1996), Peter Fry (2005), Gilberto Freyre (2001), por exemplo - a postura mais comum aos membros do CMN é a de que as diferenças entre negros e não-negros devem desaparecer – ou pelo menos serem invisíveis.

⁷⁷ Aqui podemos verificar que existe uma certa semelhança com o pensamento mais comum entre os membros de movimentos anti-racistas na primeira metade do século passado. A questão da integração na sociedade é mais importante do que a preocupação com a forma desta integração ou mesmo a dinâmica das relações entre negros e não-negros. A proposta do CMN, em geral é a de uma integração em termos de oportunidades de obtenção de bens e serviços, sejam estes materiais ou imateriais. Esta integração seria prioritária à aceitação dos(as) negros(as) pelo conjunto da população mariliense.

Existe sempre a possibilidade, na avaliação do CMN, de que uma convivência minimamente harmônica seja constituída. Pelo menos entre a elite - majoritariamente branca - detentora de bens e serviços e *status* elevado.

Neste sentido, a percepção do anti-racismo para o CMN deve ser colocada em termos de se construir uma sociedade mais igualitária, ou pelo menos uma sociedade menos assimétrica. Parece irrelevante tal afirmação, mas ao aprofundarmos a discussão, percebemos algumas implicações importantes.

Salientamos que aparentemente poderíamos atribuir a esta postura uma atitude de enfrentamento - como se o termo “ocupar” significasse roubar, tomar, assaltar. Não obstante, trata-se de negociar com a elite local sem enfrentamentos a fim de demonstrar a igualdade entre negros(as) e não-negros(as).

Podemos afirmar que a noção de igualdade proposta pelo CMN é, também, referente a uma noção de homogeneidade cultural. Algo como se efetivação da igualdade social tivesse como pressuposto essencial a ausência de diferenças em termos de comportamento gestualidade, preferências e hábitos cotidianos.

Falas como “Essa coisa de racismo não tem que ter [sic]. O Brasil é um país em que negros e brancos devem ser iguais, uma coisa só” podem ser compreendidas como anunciadoras de uma perspectiva em que o vivenciar da igualdade significa não ser diferente em relação ao outro. Mais do que equivalente, é preciso ser homogêneos culturalmente.

3.2.2 - Igualdade pela diferença

Um dos pontos fundamentais de nosso texto é que esta perspectiva de igualdade parece não ser compartilhada pelos(as) outros(as) integrantes do movimento anti-racista na cidade de Marília. O Grupo de Educadores Negros, por exemplo, tem apresentado uma perspectiva distinta da apresentada pelo Conselho.

A idéia de pluralidade cultural parece ser central para a compreensão da noção de igualdade para os membros do GEN. Pela própria constituição do grupo, podemos perceber que a questão da valorização das *diferenças* culturais está constantemente colocada para o mesmo.

Criado em 1994, o GEN se firmou até cerca de três anos atrás com propostas de combate ao racismo por meio de alterações na educação. Em diversas reuniões do grupo a preocupação com as reivindicações dos negros e negras brasileiros(as) foi demonstrada pela consideração de que somente assumindo a existência de algumas diferenças no plano social entre negros(as) e não-negros(as) é que se poderá ter uma noção consistente, bem como combater o racismo e seus efeitos.

Nesse sentido, no primeiro semestre de 2002 o GEN foi convidado a colocar em prática um projeto educacional na Casa do Pequeno Cidadão⁷⁸. Esse projeto foi orientado para os(as) alunos(as) - especialmente os(as) negros(as) - que por ali passavam. Tratou-se de uma proposta em que a discussão sobre o racismo foi constantemente apresentada.

Mais do que isto, este trabalho executado pelo GEN em parceria com o CMN buscou reivindicar junto aos participantes a percepção de que as diferenças entre negros(as) e não-negros(as) existem no plano social, e não no plano biológico.

Esse trabalho entre outros nos permite compreender que o Grupo de Educadores Negros vem se orientando contra o racismo reivindicando a valorização das diferenças⁷⁹. De acordo com os(as) mesmos(as) este seria o caminho para a possível

⁷⁸ A Casa do Pequeno Cidadão é um projeto da administração municipal mariliense. Este projeto atende a milhares de crianças de famílias de baixa renda. A intenção inicial era “retirar” estes(as) menores, a fim de que a violência diminuísse. Atualmente existem seis unidades por toda a cidade.

O CMN tem boas relações com o projeto, mesmo porque o presidente daquele é funcionário neste.

⁷⁹ Não confundamos diferenças com desigualdades. No primeiro caso, estamos referindo ao sinais distintivos de duas populações (branca e negra) no tocante à dinâmica cultural, identitária, de cosmovisões etc. No segundo termo estaríamos tratando das diferenças de oportunidades de emprego, escolarização, consumo etc., nas quais a população negra é colocada sistematicamente em prejuízo maior do que a população branca.

alteração consistente da relação entre negros(as) e não-negros(a) - atualmente pautada predominantemente no racismo⁸⁰.

Para o GEN a existência da igualdade entre negros(as) e não-negros(as) deve implicar na consideração de que se trata de populações cujas diferenças (culturais e sociais) são, em certa medida, imprescindíveis. A igualdade, para estes(as) depende da valorização das diferenças, gerando uma sociedade plural e nunca baseada na homogeneidade cultural.

De acordo com essa perspectiva a manutenção de uma sociedade plural deve ser a maneira mais eficaz de valorizar as diversas identidades, bem como possibilitar um aprendizado que inclua o “diferente” entendido como seu par.

O tema da igualdade social nos é importante, uma vez que o mesmo nos permite compreender algumas diferenças internas do movimento que procuramos denominar de anti-racista. Procuraremos dar atenção especial às implicações dos temas que abordamos.

Como exposto, pudemos observar duas perspectivas em relação à noção de igualdade⁸¹ - às quais demos maior ênfase. Mais comum entre os(as) integrantes do CMN, a igualdade normativa pode ser orientada no sentido de homogeneizar o *status* social dos indivíduos da mesma. Para estes “todos os brasileiros são iguais perante a lei”

⁸⁰ É importante que atentemos ao fato de que a literatura específica e geral tem abordado o racismo de diferentes formas. Parece que no Brasil há uma constante entre os não estudiosos que se refere ao racismo apenas como manifestação do preconceito racial. De outro modo há quem considere que o racismo pode – ou deve – ser pensado em termos de discriminação (é o caso da legislação brasileira). Por se tratar de uma questão complexa, preferimos abordar o tema em conformidade com a perspectiva que considera que o racismo pode ser entendido como preconceito, discriminação e ideologia (ou discurso ideológico).

⁸¹ É certo que nosso trabalho de pesquisa procurou empreender uma compreensão a respeito dos quatro grupos do movimento anti-racista marilienses. Entretanto, na medida em que nossa pesquisa avançava pudemos notar que dois pólos de reflexão estavam sendo vislumbrados. De um lado temos a postura/perspectiva encontrada entre os membros do CMN. De outro, temos o Grupo de Educadores Negros adotando uma outra postura.

A ênfase nestas duas perspectivas se deve ao fato de ambas representarem pólos da figuração estudada.

(Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). E mais do que isso, a brasileiros e brasileiras devemos conferir direitos e deveres iguais, indistintos.

Podemos notar que a igualdade formal, ou normativa não equivale sempre à noção de igualdade entre negros e não-negros.

Entretanto, os instrumentos normativos (leis) são constantemente objetos de debate sobre a validade ou não de certas propostas atuais de combate ao racismo no Brasil. A título de exemplo, as cotas para negros em universidades públicas brasileiras são debatidas com base na sua legalidade ou não; alguns lançam mão do texto constitucional que afirma esta igualdade, enquanto que outros ainda utilizam outros pontos da Carta Magna brasileira.

É importante que notemos que no caso do Conselho, há uma relativa congruência entre o que chamamos de discurso normativo, a postura de seus membros e a forma de análise da realidade que os mesmos utilizam⁸². Decorre daí a ênfase que dão à noção de “igualdade” em prejuízo da “diferença”.

Sobre esta perspectiva podemos observar que ela coaduna com aquela em que nossa sociedade é tida como homogênea, ou até mesmo ambígua.

Há uma perspectiva perversa nesta concepção, já que esta consideração tende a impedir qualquer percepção das diferenças culturais e de status, como se as mesmas não existissem - ou percepções das mesmas - entre negros(as) e não-negros(as).

Dito de outro modo, uma cultura ambígua⁸³ é capaz de ter elementos distintos que a caracterizem. Como se ela fosse efetivamente ambivalente, uma relação simétrica

⁸² Uma de nossas observações é que o Conselho tem adotado posturas de luta cujas orientações são baseadas nas percepções dos juristas que o compõem. Deste modo, podemos afirmar que existe uma certa hegemonia dos advogados no Conselho.

⁸³ A noção de uma cultura ambígua pode ser analisada com propriedade na obra de Roberto Schwarz (2000) e Roberto Vecchi (1998).

De maneira semelhante, podemos ler em Gilberto Freyre (2001) e em Darcy Ribeiro (1996) uma percepção da cultura brasileira como híbrida e/ou mestiça.

Em qualquer dos casos, o que está implícito é uma constante dificuldade de distinção entre negros e seus elementos identitários. Ou seja, perceber alguém como negros deixa de ser tarefa simples da mesma

entre negros e não-negros. No limite poderíamos entender que negros(as) e brancos(as) teriam a mesma representatividade em todos os âmbitos da vida nacional, já que ambos constituiriam pontos ambivalentes de nossa sociedade e cultura.

Ao não perceber ou considerar as diferenças de valor que socialmente se atribuí às duas populações em questão, os conselheiros, em sua maioria, são impedidos de considerar qualquer distinção em termos de posses de bens materiais e culturais. Efetivamente, tal perspectiva parece convergir para a noção de que vivemos - ou podemos viver - uma “democracia racial”.

Ou ainda a perspectiva de valorização da homogeneidade social pode ser sustentada pela compreensão de uma cultura mestiça/híbrida ou mesmo ambígua.

Esta perspectiva não permite uma relação harmônica e constante com aquela que valoriza a percepção da diferença como condição *sine qua non* para a superação do racismo. O GEN vem defendendo que a perspectiva diferencialista ou pluralista tende a questionar alguns “dogmas” racistas com maior eficácia.

Não que a contestação do racismo feita pelo GEN ocorra apenas no plano da contestação de vantagens materiais. Seus membros não se atêm em evidenciar dados estatísticos a fim de re-demonstrar as desigualdades entre negros(as) e não-negros(as). Estes(as) educadores(as) negros(as) têm reivindicado que as diferenças se dão também em outros planos como, por exemplo, a percepção de mundo, anseios e outros itens intimamente relacionados com uma matriz africana, por exemplo.

Esta perspectiva da igualdade baseada na diferença e traduzida na equivalência de oportunidades nos conduz à legitimidade de implementação de políticas de ações

maneira que elementos de uma identidade negra africana seria tomada como símbolo de nossa nacionalidade e não mais como elemento afrodescendente ou negro.

A noção de cultura ambígua ou mestiça implica diretamente em uma assimilação dos sinais diacríticos da população negra brasileira em situações em que se nega a existência de racismo no Brasil.

afirmativas⁸⁴. Trata-se, aliás, de um pressuposto para tais políticas (MOEHLECKE, 2004).

Cabe então lembrar que a suposta desunião ou desorganização do movimento anti-racista em Marília pode ser pensada em termos da existência de percepções distintas acerca da noção de igualdade. A priori tendemos a compreender tal estado como uma pluralidade de perspectivas.

Antes de tudo seria importante apontar para a direção que o presente texto poderá tomar. Até o presente momento apresentamos alguns pontos de discussão que surgiram ao longo do trabalho de campo. Algumas questões teóricas foram apresentadas. Ainda se faz mister a conduzir a discussão para a compreensão do racismo brasileiro.

Indiscutivelmente não se trata de um “movimento de negros(as)”. Acima de tudo, negros, negras e seus pares não-negros, no Brasil, vêm se organizando há séculos em torno da preocupação de formar uma sociedade em que o racismo e seus efeitos sejam inexistentes.

Neste sentido, seria ingênuo acreditar que os conflitos e as tensões decorrentes das atividades contra o racismo e seus efeitos possam ser entendidos como se o conflito fosse uma etapa necessária à superação. Tanto que as tensões não se apresentam - pelo menos não enquanto algo substancial - entre os grupos cujas perspectivas de luta estejam entre as duas a que demos ênfase maior. Entendemos que os momentos de tensão no interior do movimento anti-racista mariliense são devidos às dificuldades de

⁸⁴ As ações afirmativas não serão objeto de preocupações neste texto. Não em primeiro plano. Entretanto, podemos considerar que se trata de uma das maiores preocupações do movimento anti-racista brasileiro na atualidade. Isto pode ser comprovado pela recorrência dos temas em discussão em eventos relativos ao racismo brasileiro.

Podemos compreender como a idéia de ação afirmativa tem sido pensada a partir do movimento anti-racista brasileiro. Talvez tenhamos conseguido lançar algumas hipóteses para o tema.

lidar com alterações - provavelmente recentes - na luta contra o racismo assimilacionista brasileiro.

Alguns(mas) defendem as alianças com os(as) não-negros(as). Outros(s) defendem a valorização das diferenças. Ambos se organizam - a partir da percepção de que são discriminados pelo fato de serem negros(as) - para estabelecer uma igualdade não apenas formal, mas antes de tudo material - oportunidades, acessos, valorização etc.

As aproximações entre os grupos são notadas desde pouco tempo. Pudemos verificar que a convergência de propostas entre o CMN e o GEN se deu a partir da prioridade da educação como instrumento emancipatório. Existem ainda algumas diferenças, porém, no geral há muito mais consenso.

Sendo a educação pensada como ponto de partida para a diminuição do racismo e de seus efeitos, seguem-se as propostas dos grupos estudados. Consideram - todos os grupos estudados - a necessidade de promoção de modificações na educação formal. Para o GEN, a escola deve ser vista de outro modo. Ela deve ser pensada como um *“espaço de embate político pelos educadores e como lugar de ensino da alteridade para os alunos”* (entrevista com Mateus, em 11 de outubro de 2002).

Para o Conselho, assim como para a CAROAB/Marfília a escola deve ser objeto prioritário de políticas públicas que visem *“o respeito à diversidade”* (entrevista com Sr. Amadeu Filho em 25 de março de 2003). Sem notarmos um aprofundamento desta proposta por estes grupos, observamos que a discussão foi feita pelo Gen, onde *“o respeito à diversidade corresponde à implementação da educação multicultural. Temos que falar de negros, brancos, amarelos, índios pros nossos alunos sim!”* (entrevista com Sra. Fabiana em 22 de março de 2003).

O papel dos(as) educadores(as) tem, neste sentido, recebido especial atenção por todos os grupos. Notamos que entre os membros do CMN e os APN's o(a) professor(a)

deve “*lembrar que somos um país racista*” (entrevista com Maria do Carmo em 15 de maio de 2003) e que “*o negro não é inferior*” (entrevista com Mateus e Cláudia em 31 de maio de 2003). Para o GEN, em alguns momentos o(a) professor(a) é tido como o responsável pela reprodução/desconstrução do racismo em sala de aula. Em outros esta figura é pensada como “*o lado mais fraco da corda*”, referindo-se ao papel intermediário entre as imposições das autoridades - vistas quase sempre como racistas - e os(as) alunos(as). De todo modo, o(a) educador(a) é visto pelo movimento negro como principal agente de mudança na educação. Não por acaso, o GEN promoveu e participou de inúmeros projetos que caminharam neste sentido⁸⁵.

Ainda em tempo, o currículo foi objeto de reflexão entre os grupos, principalmente entre o CMN e o GEN. Efetivamente este último foi mais incisivo ao defender a necessidade de revisão dos currículos escolares. As propostas vão desde a seleção de materiais, até a defesa de incluir o conhecimento das africanidades não como tema transversal, mas como tema ordinário. Decorre daqui boa parte das críticas às políticas educacionais.

A existência de livros didáticos em que os estereótipos racistas são apresentados, a inexistência de infra-estrutura que permita a utilização de materiais diferenciados, a carência de apoio oferecido pelo alto escalão das instituições escolares, entre outros fatores são considerados demonstrações da ordem racista na sociedade como um todo, e na educação, em particular.

⁸⁵ É importante lembrar que o Conselho sempre manteve uma cooperação com o GEN. Um de seus membros, o Sr. Jorge, sempre esteve à disposição para as fotocópias de textos para reflexão entre os educadores. Outros membros do CMN viabilizaram algumas atividades do Grupo utilizando sua proximidade com a prefeitura, representada na figura do prefeito.

Capítulo IV: Percepções da cultura brasileira: movimento negro em Marília e a produção acadêmica.

Após a discussão precedente podemos avançar no estudo a respeito de outras percepções conceituais do movimento negro em relação a algo que pretendemos considerar como mais abrangente. Para sermos mais rigorosos abordaremos algumas discussões que tocam no tema da “natureza” de nossa cultura nacional ou na forma de racismo no Brasil. A ênfase neste estudo será dada ao entendimento - observado no interior do Movimento Negro - das relações entre os(as) “diferentes”. Para tanto, a visão da cultura brasileira feita pelos(as) militantes nos fornece um bom motivo de investigação.

Segue-se ainda a necessidade de demonstrar as raízes deste pensamento verificado na militância negra. Ao que tudo indica, existe uma relação entre o conhecimento científico e aquele presente nas mentes dos(a) militantes. Nos capítulos precedentes esperamos ter demonstrado que militância e academia se encontram na medida em que as estratégias daquela utilizam o reconhecimento dessa última. Assim, poderemos pensar nas idéias de cultura brasileira entre os cientistas no Brasil.

A produção acadêmica sobre a cultura nacional brasileira pode ser dividida em duas linhas. Uma formulada por Gilberto Freyre (2001) e posteriormente desenvolvida por outros autores, analisa as práticas características da cultura brasileira como dotadas de um certo hibridismo que caracterizaria nossa vida cotidiana. A outra conclui que nossa cultura pode ser pensada como plural - defendida, por exemplo, pelo antropólogo Kabengele Munanga (1999). Uma terceira abordagem aponta para a existência de uma cultura ambígua entre brasileiros. Este pensamento foi identificado entre militantes. Aqui faremos uma pequena correção, no sentido de diferenciar comportamento social de

cultura nacional. Esta tem sido uma freqüente assertiva emitida pelo movimento negro. Roberto Schwarz (2000) e Roberto DaMatta (1987) têm reflexões importantes neste campo.

Objetivamos discutir os avanços e limites destas duas perspectivas de análise. Mais do que apenas apresentar uma descrição bibliográfica, almejamos interferir nessas abordagens de maneira a investigar as limitações ou implicações decorrentes de cada uma delas. Além disso, nossa intenção é a de lançar luz sobre o problema que o atual debate sobre racismo no Brasil tem suscitado. A concepção de uma cultura brasileira como “ambígua” ou mestiça, assim como a concepção de nossa cultura como plural têm suscitado debates (SOUZA, 1997; MUNANGA, 1999; MAGGIE, 2001; FRY, 2005).

De acordo com os grupos estudados - Conselho Municipal do Negro e Grupo de Educadores Negros -, a primeira perspectiva é criticada por não reconhecer a diversidade cultural, podendo culminar em defesas que se aproximam de algo como “genocídio”. A segunda é debatida como sendo passível de levar a um segregacionismo entre negros(as) e brancos(as) no Brasil, semelhante ao que ocorre(u) nos EUA. Trata-se de um debate extremamente vivo e importante, pois passa pela revisão de nossa nacionalidade, proposta em linhas gerais pela atual militância negra brasileira.

4.1 - Nossa cultura mestiça

A preocupação com o processo constitutivo da nação brasileira pode ser percebida como originária⁸⁶ - em termos mais ou menos contemporâneos - a partir do momento em que alguns intelectuais brasileiros discutiram a nossa formação nacional.

⁸⁶ Nossa preocupação neste ponto é apenas quanto ao discurso científico. Assim, admitimos a existência de estudos anteriores ao período referido, desde que extra-científico.

Neste ponto é importante salientar que diversos foram os centros intelectuais⁸⁷, bem como as abordagens teórico-metodológicas.

Silvio Romero, por exemplo, tratou de demonstrar que a composição populacional do Brasil a partir de diversos grupos nacionais, étnicos, fenotípicos era um elemento definidor dos rumos de nossa civilização e desenvolvimento. De acordo com este pensador, nosso futuro estaria constituído por uma marca indelével, essencial, da qual somente após anos a fio nossa sociedade poderia estar livre.

Assim como alguns intelectuais que escreveram neste momento, Romero incorporou aspectos variados de teorias consideradas científicas da época⁸⁸. Invertendo o raciocínio científico de europeus (GOBINEAU, 1856) e de norte-americanos (AGASSIZ, 1875), Romero chega à conclusão de que a mestiçagem tinha algo de muito positivo. O pressuposto de que cada “tipo racial” era dotado de um conjunto de características positivas e também negativas era assumido por Romero. Entretanto, a ênfase no caso foi no encontro, na mistura dos “tipos raciais”, residindo sua controvérsia com aqueles intelectuais.

As raças puras não eram pensadas como um fim em si mesmas. Já que a mestiçagem era socialmente inevitável, pensar em seus desdobramentos se fazia mister. Havia naquele tempo a preocupação em definir que rumos tomar na construção de nossa modernidade. E a questão racial era imprescindível. Provavelmente o próprio chão histórico-social existente no Brasil tenha contribuído para uma relativa valorização da mestiçagem. O caso a servir de exemplo seria o “tipo racial” brasileiro tido por Romero como mestiço.

⁸⁷ Alguns autores abordaram a existência de pólos acadêmicos neste período. Entre eles, podemos sugerir a leitura de Schwarcz (1993). Nesta obra a autora aponta uma suposta escola em Recife-PE, outra na Bahia, assim como uma produção fecunda no Rio de Janeiro.

⁸⁸ Para um maior aprofundamento ver (SCHWARCZ, 1993).

Para Romero, a miscigenação encontrada no Brasil geraria um “tipo racial” moderno, na medida em que este herdaria o “melhor” de cada tipo puro. Assim, do caucasiano herdaríamos a inteligência; do africano, o vigor físico...

Além de Romero, outro intelectual também importante neste momento foi Raimundo Nina Rodrigues. Este talvez seja o que mais destoou do paradigma⁸⁹ em constituição no final do século XIX e início do século XX.

Nina Rodrigues - entre outros autores - se preocupa com a composição populacional brasileira em termos daquilo que se chamou de raça. Ao interpretar a formação de nossa nacionalidade, este autor chegou a propor que brancos e africanos - ou afrodescendentes - deveriam viver em áreas distintas de sociabilidades entre (RODRIGUES, 1894).

Notemos que tal perspectiva chega, em fins do século XIX, a considerar que nossa população seria - e deveria permanecer - plural e nunca mestiça ou híbrida. Analisando negativamente a mestiçagem, Rodrigues afirma que.

“A raça negra, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo”. (RODRIGUES, 1976, p. 07).

O pensamento deste autor, assim como de vários outros, converge para a importância das noções de progresso e de civilização. Neste sentido, o “problema” que ele enxerga na mestiçagem é que nossa formação étnica poderia constituir predominantemente de caracteres originários dos africanos. E para o *stablishment* científico da época, civilização e progresso estavam em sentido quase que oposto aquilo que se relacionava às populações não-brancas.

⁸⁹ O paradigma ao qual nos referimos neste ponto é aquele caracterizado pela utilização da idéia de raça enquanto associação de caracteres físicos a mentais, de modo a depreciar os africanos(as) e aqueles(as) que visivelmente são seus descendentes.

Cabe ressaltar que para Romero e para Rodrigues o darwinismo social marcou suas análises. Basta que verifiquemos as concepções de raças enquanto construtos biológicos. Mais do isto, as raças humanas eram pensadas a partir de seu grau de evolução e de adaptação ao meio.

Em termos de evolução, os caucasianos (brancos, europeus) se destacariam positivamente, uma vez que os mesmos seriam os autores dos principais feitos da humanidade. O desenvolvimento científico e das técnicas de produção industrial eram tomados como comprovação da superioridade dos caucasianos e inferioridade dos africanos.

Em se tratando da adaptação ao meio, resistiriam aqueles(as) que melhores características possuíssem para a sobrevivência em um determinado ambiente⁹⁰. Neste aspecto, a população brasileira considerada mestiça (ROMERO, 2001) seria fruto - a longo prazo - da mistura de africanos(as), indígenas e europeus. Mais do simples encontro, esta população tornar-se-ia a de maior superioridade entre as raças humanas, haja vista sua excelente adaptação ao clima, ao meio ambiente e seu senso de civilização (advindo dos caucasianos), além dos motivos citados anteriormente.

Podemos afirmar que no tocante ao debate científico da época, destacou a idéia de que nossa população seria mestiça. Silvio Romero neste sentido acabou, junto de outros intelectuais, gerando uma série de “continuadores”. Diga-se de passagem, a mestiçagem tomou conta não apenas de parte significativa da produção acadêmica no Brasil, mas tornar-se-ia nos anos seguintes aquilo que DaMatta chamou de “ideologia abrangente” (DAMATTA, 1987, p.59).

Aliás, a noção de “continuadores” por nós empregada não deve ter nenhuma conotação pejorativa, uma vez que se trata de um tipo de trabalho (científico) cuja natureza é marcada pela construção com base em conhecimentos já estabelecidos. Portanto não será uma heresia considerar que, de certo modo, a continuidade de Romero

⁹⁰ Roberto DaMatta (1987) afirma que o determinismo geográfico não foi largamente difundido entre estes intelectuais.

- em termos quase sempre opostos - pode ser verificada no pensamento de um autor que reescreve nossa história na década de 1930.

É provável que Gilberto Freyre possa ser pensado como um intelectual que veio a preencher uma lacuna que se constituiu entre os anos de 1910 e 1920 (LEITE, 1969). Neste período o tema do escravismo e da composição do povo brasileiro (brancos, negros, amarelos, etc.) ficaram, de certa forma, à margem das discussões da ciência da época no Brasil⁹¹.

Freyre em seu clássico *Casa Grande e Senzala* (2001) aborda a questão das diversas contribuições culturais recebidas e originárias de nossa nacionalidade - ou aquilo que anteriormente se chamou de tipo nacional. Considera este autor que os principais elementos formadores são os indígenas, o português (branco) e o africano (negro).

Em diversas passagens de seu texto, Freyre é absolutamente enfático em afirmar que nossa nacionalidade é, acima de tudo, mestiça ou híbrida. Para este autor, o encontro entre o português, o indígena e o africano foi uma das mais fantásticas criações da natureza. Isto porque as qualidades do comportamento cultural que Freyre considera essenciais a cada uma destas populações tornaram viável e inevitável a criação de uma população quase totalmente homogênea. Aliás, o português - não somente pelo fato de ter sido o colonizador, mas em virtude de suas qualidades intrínsecas - foi o elemento definidor de nossa “indefinição” em todos os sentidos.

“A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África. Nem intransigentemente de um nem de outra, mas das duas.” (FREYRE, 2001, p. 87).

Este tema foi exaustivamente retrabalhado em outros momentos de sua obra. O interessante é notar que apesar de a noção de uma cultura nacional híbrida, constituída

por meio do “encontro feliz” entre brancos, negros e indígenas ser pensada constantemente a partir da publicação de *Casa Grande e Senzala*⁹², ela foi anteriormente pensada por Romero, por exemplo⁹³.

Esta tese da cultura brasileira formulada por Freyre teve - e ainda tem - inúmeros desdobramentos políticos, culturais e econômicos. Muito mais do que pensar em como a população brasileira é composta, ela nos oferece uma interpretação de nosso comportamento social. Tal pensamento se inicia num período em que nossa pretensa modernidade, em se tratando das relações entre brancos(as) e negros(as), estava carente de uma revisão acadêmica⁹⁴.

Portanto, mais do que biologicamente, Freyre nos leva a ver nossa cultura como híbrida ou “mestiça”. Notemos que para ele, o comportamento sexual desde os tempos coloniais constitui um elemento de sustentação de sua tese. Como ele afirmou,

“O português (...) por todas aquelas felizes predisposições de raça, de mesologia e de cultura que nos referimos” conseguiu vencer os desafios impostos durante a colonização “unindo-se com a mulher de cor. Pelo intercuro com a mulher índia ou negra multiplicou-se o colonizador em vigorosa e dúctil população mestiça, ainda mais adaptável do que ele puro ao clima tropical”. (Idem, p. 87).

Em seguida, Freyre afirma que esta associação inicialmente biológica permitiria a obtenção ao português de uma “*vantagem para sua melhor adaptação, senão biológica, social*”. (Idem, *ibidem*). Ou seja, mesmo atuando dentro do paradigma do conceito de cultura Freyre ainda não havia se desvincilhado das noções de “raça”. A

⁹¹ Talvez a principal exceção se deve à obra de Manoel Bomfim (1997), o que não constituiu na regra na produção naquele momento.

⁹² É importante salientar que antes de *Casa Grande e Senzala*, Freyre escreve sua dissertação de mestrado em que o tema também recai sobre algumas questões centrais em sua obra mais conhecida. Entretanto, é apenas em 1933 que suas teses passam a ser conhecidas e discutidas em termos freyrianos no Brasil, pelo menos.

⁹³ A partir desta consideração podemos perceber que há algo que faz da leitura de Freyre a mais comum nos discursos científicos posteriores. Há algumas indicações para esta resposta no próprio desenrolar do trabalho científico desde então. Antes de Freyre, a questão da cultura não era analisada em favorecimento da noção de raça (associação de características físicas à características morais, comportamentais, capacidades etc.). Talvez, esta mudança seja uma resposta dada em boa parte do mundo às conseqüências indesejáveis de discursos ideológicos que culminaram em regimes como nazismo e fascismo.

mistura “racial” teria como desdobramento a mistura cultural, além de vantagens biológicas para as gerações futuras de brasileiros(as).

De acordo com Freyre, os portugueses que vieram na empresa colonial na América Portuguesa, vieram com grande frequência desprovidos de família. Inúmeros eram aqueles que aqui desembarcavam sem ter uma companheira esposada como estipulado para os “bons costumes” da época. Aqui chegando, muitos estabeleceram relações com as mulheres nativas, bem como com as africanas que para cá foram trazidas. Também algumas mulheres brancas foram trazidas para o Brasil para se casarem com brancos que aqui viviam. Entretanto, diversos relatos em museus pelos quais passamos nestes últimos três anos nos levam a crer que havia uma preferência dos portugueses pela relação sexual com as negras (da terra ou da África). Assim, tese da predisposição do português ao “contato” com outros povos, defendida por Freyre, poderia sucumbir à demonstração de que esta preferência não se dava para uniões estáveis, juridicamente formalizadas e públicas. O contato sexual entre portugueses e africanas se dava como “segunda opção”.

Em termos de cultura, Freyre aponta para o fato de que coube aos portugueses “guiar” a formação de um comportamento ou tradição cultural que privilegie a mistura de elementos⁹⁵.

Podemos afirmar que nasceu neste ponto a noção de uma cultura híbrida ou mestiça e em certo sentido carregada de ambigüidades características. Não que esta percepção não existisse antes, ou que ela seja apenas pensada em termos freyrianos. Mas o fato é que com *Casa Grande e Senzala* - e também em outros trabalhos de Freyre - o pensamento social brasileiro toma um rumo que persiste ainda hoje.

⁹⁴ Aliás, como já notamos, o próprio Gilberto Freyre promoveu esta revisão. E o fez num sentido agradável ao *stablishment* nacional.

O que Freyre nos apresenta é uma leitura de como o Brasil se tornou um país mestiço de cultura híbrida. Entendemos que as noções de mestiçagem e de hibridismo cultural devem ser exploradas com olhos mais atentos.

A mestiçagem é algo que nos acompanha desde a origem das diversas populações humanas (MUNANGA, 1999). Sob este aspecto, poderíamos entender que se trata de algo inevitável - se pensado como um fato social (DURKHEIM, 1996) -, chegando a ser uma tendência em todas as culturas. Mais do que isto, para alguns pesquisadores, por meio da mestiçagem as populações tornar-se-iam biologicamente homogêneas, configurando, assim, a tão falada raça humana predominantemente branca. Foi o que imaginou Lacerda (1912): *“Avant un siècle, probablement, la population du Brésil sera représentée, en majeure partie, par des individus de race blanche, latine, et vers le même temps, le noir et l’indien auront sans doute disparu de cette partie de l’Amérique.”* (LACERDA, 1911, p. 30-31).

Mestiçagem⁹⁶ e hibridismo cultural tem se fundido em algumas análises da cultura nacional brasileira. Não podemos negar a existência desta simbiose existente entre indivíduos de populações distintas, caracterizando a mestiçagem populacional. Os indicadores sociais do IBGE, no Brasil comprovam que existe uma porcentagem relativamente alta de população mestiça⁹⁷.

Conforme a percepção dos ideólogos da cultura brasileira mestiça ou híbrida, nós estaríamos atualmente em um patamar de desenvolvimento da mestiçagem tão alto que não somente no plano da genética, mas também no plano da cultura, seríamos caracterizados pelo hibridismo/sincretismo. Estamos certo que alguns cálculos sobre o

⁹⁵ Não podemos esquecer que Freyre não se ausenta de afirmar que tal relação foi composta também por atos de violência de portugueses contra as demais populações. Apesar disso, suas contribuições enfatizam o caráter conciliatório das tensões entre negros e brancos.

⁹⁶ Mestiçagem neste trabalho tem uma conotação apenas biológica. Culturalmente utilizamos os termos aculturação e branqueamento cultural, por exemplo.

desenvolvimento da mestiçagem na população brasileira foram feitos e comprovariam um quadro diferente do atual. João Batista de Lacerda (1912), no intuito de rebater algumas críticas à sua intervenção no I Congresso Internacional das Raças (1911) previu que a população de pretos brasileiros(as) seria extinta em cerca de um século. Seríamos atualmente um país de efetiva e completa miscigenação.

Desse modo, na medida em que o conhecimento destes “*homens de ciencias*” (SCHWARCZ, 1993) transborda os limites da produção científica constituindo nossa “*ideologia abrangente*” (DAMATTA, 1987) encontramos um imaginário social que nos informa: somos todos mestiços. Aliás, um discurso ideológico extremamente forte e que orienta as relações entre negros(as) e brancos(as) no Brasil. Partindo de nossa ancestralidade a-racista, teríamos formado um país de mestiços. E um dos desdobramentos desta miscigenação é - conforme este pensamento - a fusão das culturas européias, indígenas e africanas(sincretismo).

Assim, os sinais diacríticos de uma identidade e/ou cultura africana, indígena, ou mesmo européia, no Brasil seriam gradativamente “apagados”. Ou se existem, seriam considerados prioritariamente símbolos de nossa identidade nacional. A feijoada é um exemplo do que discutimos. Peter Fry assinalou que no Brasil é um prato símbolo de nossa identidade nacional, enquanto que nos EUA ela corresponde a “comida de preto”, ou *Soul Food* (FRY, 2005).

Portanto, se nos EUA a tradição cultural informa que é preciso distinguir - cultural e “racialmente” - para que a igualdade seja constituída, no Brasil o lema é “unir”, complementar, misturar. Ou seja, faz parte da tradição brasileira a assimilação de símbolos de outras culturas na cultura nacional. A orientação de nossas tradições culturais caminha para o apagar das diferenças culturais, étnicas, raciais no sentido de mantermos a homogeneidade em diversos aspectos. No Brasil, desde o período colonial, distinguir pode significar dividir. Ou ainda, as diferenças entre negros(as) e brancos(as) podem ser vistas como desigualdades entre os mesmos(as).

⁹⁷ O último Censo populacional do IBGE registra um montante igual a 40 por cento de indivíduos que se declararam mestiços. São o que o órgão pesquisador denomina de pardos.

A cultura nacional por esta linha de argumentação seria compreendida como produto de um hibridismo arraigado desde os tempos coloniais. Hibridismo que procurou fundir as diversas matrizes culturais que compõem a brasilidade tal como a banana, a maçã e a laranja se misturam numa vitamina, sem deixar lastros que permitam a identificação dos elementos originários.

O curioso é que essa percepção de cultura híbrida ou mestiça está relacionada com a tese de nosso comportamento social ambíguo.

4.2 - Comportamento social ambíguo.

A ambigüidade do comportamento social no Brasil foi estudada por outros intelectuais. Entre eles podemos destacar Carl Degler (1976), Marvin Harris (1967), chegando até mesmo em pensadores como Darcy Ribeiro (1996), Peter Fry (2005b) e Yvonne Maggie (1992). De certo modo, podemos afirmar que nos pensamentos destes últimos existe uma continuidade da obra de Gilberto Freyre. Por exemplo, a ênfase na miscigenação - entendida por eles não apenas pela dimensão biológica do fenômeno, mas também cultural - foi repensada.

De fato o dado da ambigüidade social no Brasil tornou-se um elemento importante na compreensão de como as pessoas se relacionam aqui. Tendo pouca eficiência o formalismo, oferecendo prioridade à contingência, negociando a cada momento, o “jeitinho brasileiro” passou a ser visto como a essência do comportamento social, a marca maior de brasileiros(as).

Roberto DaMatta (1987) e Roberto Schwarz (2000) fogem deste paradigma, sem, contudo, abandonarem a noção de ambigüidade no comportamento social⁹⁸. Uma grande contribuição destes é que a ambigüidade social é pensada não como uma

essência de nosso comportamento. Para ambos, trata-se de um modelo de relações adotado pelas elites no Brasil de modo a manter a dominação das grandes massas. Neste mosaico de grupos sociais subjugados consta a população negra. Esta sendo partícipe das relações assimétricas entre negros(as) e brancos(as). E um eficiente mecanismo para manter o *status quo* destas populações seria a indefinição ou ambigüidade de nosso comportamento. Passaremos à abordagem de aspectos do pensamento destes dois últimos e de Ribeiro (1996; 2006).

O antropólogo Darcy Ribeiro se preocupou durante décadas com as questões relativas à nossa constituição nacional. Como ele mesmo afirma, sua questão maior era saber “*por que o Brasil não tinha dado certo*”. Certamente, em uma de suas obras mais conhecidas, *Povo brasileiro* (2006) ele apresenta a resposta à questão que por décadas lhe perturbou.

Neste livro o autor estabelece uma visão de brasilidade também semelhante - em muitos pontos - àquela apresentada por Freyre anteriormente. A percepção de que nossa população é constituída a partir das matrizes populacionais africanas, portuguesas e indígenas é fortemente indicativa de que na nossa cultura existem elementos originários de cada uma destas matrizes.

Um ponto que nos parece importante é a forma como Ribeiro se refere ao mestiço, fruto de uma relação entre negro(a) e branco(a). Em uma conferência no ano de 1995, Ribeiro discute a mestiçagem brasileira. O “*mulato*”, para que fiquemos com a linguagem de Ribeiro, “*(...) tem essa qualidade do ser duplo, do homem que é dois: ele é África, ele é a América e ele é ninguém; até encontrar uma identidade*” (RIBEIRO, 1996, p. 199)

⁹⁸ É importante lembrar que com certa frequência fomos ouvintes de concepções de que nossa cultura seria ambígua. Observemos que Vecchi (1998) e Schwarz (2000) trabalham a noção de comportamento social, o que não pretendemos confundir com o conceito de cultura.

A importância do mulato para Ribeiro é de proporções incomensuráveis. Caberia uma investigação mais acurada a fim de compreender as motivações que fazem do mestiço⁹⁹ o ponto central de estudos do racismo e relações raciais no Brasil. Poderemos neste presente trabalho apenas indicar hipóteses que nos parecem importantes para a compreensão deste tema. Uma delas afirma que o mestiço aparece como símbolo maior da nacionalidade brasileira.

De acordo com esta noção, o alto índice de mestiçagem no Brasil seria a comprovação de que nosso sistema de relações entre negros(as) e brancos(as) é efetivamente harmônico. Ao constatarmos que quase metade da população brasileira é composta por filhos de casamentos exogâmicos¹⁰⁰, nossa conclusão mais imediata seria a de que uma quantidade significativa de nossa sociedade é desprovida de qualquer característica racista¹⁰¹.

Como se não bastassem as teses freyrianas sobre a fácil adaptação do português ao convívio com outras populações, muito se debateu sobre a possibilidade de que alguns grupos nacionais (italianos, por exemplo) fossem dotadas de tal faculdade. Tanto a mestiçagem é valorizada como símbolo de nacionalidade que quando houve o chamado projeto de imigração no Brasil, a preferência recaiu sobre aqueles que se imaginavam serem mais passíveis de miscigenação com a população local¹⁰².

⁹⁹ O termo mestiço está sendo utilizado ao longo do trabalho com o intuito de designar indivíduos que descendam de uma relação sexual fértil entre um(a) branco(a) e um(a) negro(a). Mesmo que consideremos - evidentemente - a existência de outros tipos de mestiços(as), nosso trabalho versa prioritariamente sobre o racismo e suas manifestações na cultura brasileira.

Importante é que não confundamos (indivíduos) mestiços com cultura mestiça.

¹⁰⁰ A idéia de exogamia neste contexto não se refere a grupos isolados. Nossa intenção é a de retratar casamentos entre indivíduos negros(as) e brancos(as).

Sabemos que estes grupos vivenciam suas culturas de modo nem sempre isolados.

¹⁰¹ Este a-racismo seria relativo, por exemplo, às relações sexuais' o que, aliás configura-se como uma área extremamente delicada, permeada de percepções morais (e até mesmo moralistas).

Sansone (1992) utilizou a definição de áreas moles e áreas duras para designar espaços sociais em que as relações entre estas duas populações (negra e branca) se dão de maneira mais ou menos tensas.

¹⁰² As defesas da mestiçagem no Brasil são de várias perspectivas. No caso citado trata-se de um projeto de "extinguir as africanidades" presentes no Brasil através da mestiçagem de nosso "povo". Para mais, conferir Skidmore (1976).

Ficou evidente que houve uma seleção dos imigrantes que poderiam e que não poderiam vir para o Brasil, durante o projeto de imigração ou de branqueamento da nação brasileira. Ora, podemos perceber que a escolha se deu de modo a privilegiar a população não-negra, principalmente os europeus.

De modo que a observação atenta a este fato nos permite questionar a idéia de democracia racial brasileira, também fundamentada na ambigüidade do comportamento social. Uma vez que ela fosse efetiva e real, nossa composição populacional de maioria africana teria um status mais elevado no projeto de substituição da mão-de-obra escravizada pela mão-de-obra assalariada. Ou seja, o projeto imigratório deveria, para ser efetivamente democrático do ponto de vista “racial” incluir a vinda de negros(as). Não foi o que aconteceu.

De outra perspectiva, a noção de democracia racial pode ser pensada a partir da tese das “*idéias fora do lugar*” (SCHWARZ, 2000). A ordem democrática foi pensada em suas raízes gregas, assim como na forma do pensamento europeu do século XIX como participação popular. Havia, mesmo no Brasil, divergências entre democratas e liberais. Aqueles pretendiam ampliar a participação política da massa de brasileiros, ao contrário dos últimos. Podemos afirmar que o conceito primordial para os liberais era o de liberdade; para os democratas, igualdade.

Apesar destas divergências, a intelectualidade brasileira se apropriou da expressão “democracia”, de origem política, para retratar as relações entre negros(as) e brancos(as). Só que a originalidade do conceito foi colocada de lado. Em seu lugar, a idéia de liberdade nas relações entre as partes, a possibilidade de transitar entre grupos distintos foi posta. Com as devidas contextualizações, o conceito democracia originada fora de *terra brasilis* foi posto em ação no Brasil com um certo “erro de angulação” para a formulação genuinamente brasileira de “democracia racial”.

De acordo com Schwarz, podemos notar que entre a intelectualidade brasileira de fins do século XIX e início do século XX havia uma “*disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as idéias do liberalismo europeu*” (SCHWARZ, 2000, p. 12). Esta disparidade poderia ser explicada pelas condições impostas ao Brasil em termos econômicos. Segue que

“Era inevitável, por exemplo, a presença entre nós do raciocínio econômico burguês - a prioridade do lucro, com seus corolários sociais - uma vez que dominada no comércio internacional, para onde nossa economia estava voltada. A prática permanente das transações escolava, neste sentido, quando menos uma pequena multidão. Além do que havíamos feito a Independência a há pouco, em nome de idéias francesas, inglesas e americanas, variadamente liberais, que assim faziam parte de nossa identidade nacional” (Idem, p.13).

Conforme a tese de Schwarz as idéias que vieram da Europa para o Brasil, foram adaptadas às condições materiais e ideológicas existentes aqui. De modo que a universalização de direitos e privilégios, o acesso equidistante à participação política, a imparcialidade jurídica e as formalidades no trato interpessoal foram - e podemos afirmar que ainda são - submetidas ao favor. O que, aliás, controverte a lógica de nosso comportamento. “*O elemento de arbítrio, o jogo fluido de estima e auto-estima a que o favor submete o interesse material, não podem ser integralmente racionalizados*” (Idem, p. 17). É como se nosso comportamento social se desse pela mistura de elementos originários das diversas matrizes culturais, criando, assim, um mosaico de possibilidades de ação e pertencimento, nunca essencializados.

Para Schwarz, a ambigüidade freqüentemente atribuída a nosso comportamento social deriva dessa “*comédia ideológica*” (Idem), em que as idéias sofrem deslocamentos em relação a seus centros nas práticas cotidianas. Assim, as idéias liberais e democráticas - mesmo em termos de democracia racial - funcionam como retórica, se vistas de fora, porque no plano da (re)produção cotidiana elas funcionam como verdades absolutas, e são retomadas de acordo com o contexto.

Vale, conforme esta tese, ser ambivalente, pois o uso das idéias é sempre contingencial. Daí a preferência por evitar o conflito aberto ou mesmo a identificação polar (negra ou branca) em relação à classificação racial. Ou como afirmou Maggie, nossa preferência se dá pelo ficar no meio do caminho, ou mais precisamente às margens (MAGGIE, 1992), nem lá, nem cá. Buscando, talvez um centro para a orientação de comportamento, nosso esquema cultural convergiria para o “entre-lugar”. Nada de branco(a), nada de preto(a), somos todos morenos, marrons, roxinhos, ...

Ao contrário da lógica do formalismo, no Brasil a ambivalência não é considerada como um defeito de nosso comportamento social, pois se trata de saber jogar conforme o contexto. O contrário de um comportamento baseado na fixidez dos hábitos. Vide a valorização da ginga, tão positiva em nossas tradições culturais.

Comentando as pesquisas do Programa Raça e Etnicidade¹⁰³, Maggie coloca que

“as categorias não são fixas; pelo contrário, são acionadas em determinados contextos e relações. Negro, branco, preto, moreno etc. tornam-se atribuições que podem variar de acordo com que fala, como fala e de que posição fala” (MAGGIE, 2001, p. 15, ênfase nossa)

Existe um constante manipular da auto/alter-classificação racial no Brasil. Assim, a ambivalência, tão característica de nosso comportamento aceitaria uma pessoa negra se classificar ou ser classificada como branca, ou ainda como mestiça (nos seus mais diversos termos).

Conforme a autora referida acima, a classificação racial no Brasil seria de pouca importância quando comparada com outros elementos utilizados para a auto-inscrição em um grupo. Para tanto ela recorre aos resultados de variadas pesquisas em que a música, os bailes e os estilos de músicas (CUNHA, 2001), ou ainda vivência de

¹⁰³ Este foi um programa de pesquisa interdisciplinar realizado a partir de 1992 com vistas a recolocar algumas questões apresentadas no projeto da UNESCO da década de 1950.

moradores de favela (SANSONE, 2001), são fatores considerados para o pertencimento aos grupos primários¹⁰⁴.

A identificação “racial” no Brasil tem sido pensada por alguns pesquisadores(as) como algo difícil de ser precisado. Esta corrente de pensamento se alinha com a noção de uma identidade/cultura nacional híbrida e a um comportamento social ambíguo.

Na medida em que a identificação das populações negras e brancas se dá de acordo com o contexto em que se insere, cria-se a percepção de que não se faz possível a certa classificação de negros(as) e não-negros(as). Ou ainda, seria impossível afirmar quem é negro(a) e quem não é, no Brasil.

“Cabe ressaltar que este paradigma de nossa “morenidade” retoma força atualmente a medida em que as propostas e implementações de ações afirmativas voltadas para a população negra no Brasil avançam. Toda a discussão sobre o tema no jornal O Globo entre os anos de 2001 e 2002 demonstra a resistência às cotas para negros(as) em universidades públicas em virtude de persistir a tese na qual o Brasil é um país de mestiços, em que a democracia racial imperaria. Mesmo com os estudos de Hasenbalg (1979) e de Silva (1980), a noção de que a democracia racial deva permanecer - pelo menos como uma meta - ainda é muito forte.”

A ambigüidade de nosso comportamento social , como já afirmamos está intimamente relacionada à crença em uma democracia racial tipicamente brasileira. Vivemos neste “entre-caminhos”¹⁰⁵, sem nos identificar com qualquer pólo. Justamente por isto, brasileiros(as) podem afirmar serem a-racistas.

A proposta de Maggie (2001) se coloca contrária a toda forma de classificação “racial” estática, objetiva e essencializada. Para ela, o mais importante seria o respeito ao *ethos* nacional, baseado na fluidez. Aliás, Peter Fry (2005a) parece ser o maior defensor desta corrente de análise.

¹⁰⁴ Chamamos de grupos primários aqueles aos quais os indivíduos se inserem e reforçam este pertencimento com maior ênfase e frequência.

¹⁰⁵ Talvez o melhor utilizar a expressão popular vivemos “em cima do muro”, esperando a contingência para executar um ato de auto-classificação.

O oposto das identidades estáticas e essencializadas, conforme Fry seria o que caracteriza a tradição brasileira: “*antiga ideologia do Brasil racialmente misturado, o Brasil das infinitas gradações de cor(...)*” (FRY, 2005b, p. 309).

É de surpreender que Fry, recentemente, tem adotado incisivamente a postura do antropólogo que respeita o conhecimento nativo e o coloca numa relação de simetria com o conhecimento produzido pela ciência. A noção de ideologia, utilizada por Fry (2005a), corresponde a um conjunto de crenças que orientam as práticas e relações cotidianas. Mas, que desdobramentos podem ser identificados nesta relação entre brancos(as) e negros(as), orientados por tal ideologia da ambigüidade? Ou ainda, a quem interessa manter esta ideologia? A quem interessa alterá-la? Será que as ideologias do a-racismo e do anti-racismo (FRY, 2005b) podem ser comprovadas? O que questionamos no presente é que Fry tem desconsiderado sistematicamente o movimento negro como parte do grupo caracterizado como nativo. Algo como se a militância negra fosse estranha às produções nacionais.

Este comportamento ambíguo é a base do que Fry (2005b) denominou de ideologia do a-racismo e do anti-racismo. Na realidade, as classificações “raciais” são pensadas a partir de seus contextos, onde a denominação preto(a) e branco(a) é freqüentemente evitada, em benefício dos intermédios.

Resumidamente, uma vez que somos todos(as) mestiços, ou na linguagem inconscientemente racista, “temos um pé na cozinha”, crêem alguns, como Fry, que o ego coletivo brasileiro impede a existência de atos discriminatórios contra qualquer um(a) em virtude de ser negro(a), branco(a), ... A comprovação disto, conforme Fry se dá nos subúrbios cariocas “*onde pessoas de aparências diversas convivem nas mesmas ruas, escolas, botequins e famílias, compartilhando também a mesma condição socioeconômica*” (Idem. p. 316). Entendemos que a grande contribuição de Fry e

Maggie diz respeito à forma fluida da classificação racial no Brasil. Nossa crítica reside no entendimento de que o *ethos* brasileiro não deve ser alterado pela ação do Estado. Mas, se for, que seja pela massa de brasileiros sem status social privilegiado.

Sobre este aspecto, podemos dizer que a manutenção da ideologia do a-racismo e anti-racismo interessa às elites políticas, econômicas e culturais brasileiras. São elas que tendem a manter seu *status quo* de privilégio ao mesmo tempo em que aparecem como inclusivas.

Retomando Roberto Schwarz, a manutenção desta comédia ideológica reproduz as desigualdades - sociais e “raciais”. Em suas palavras,

“De modo que o confronto entre esses princípios tão antagônicos resultava desigual: no campo dos argumentos prevaleciam com facilidade, ou melhor, adotávamos sofregamente os que a burguesia européia tinha elaborado contra arbítrio e escravidão; enquanto na prática, geralmente dos próprios debatedores, sustentado pelo latifúndio, o favor reafirma sem descaso os sentimentos e as noções em que implica. O mesmo se passa no plano das instituições, por exemplo, com burocracia e justiça, que embora regidas pelo clientelismo, proclamavam as formas e teorias do estado burguês moderno.” (SCHWARZ, 2000, p. 17-18).

Estamos certos dos limites deste paradigma da “morenidade”. Ao reforçar os argumentos que tendem a manter os indicadores de desigualdade social entre negros e não-negros, por exemplo cria-se um problema para a efetivação da democracia - política e “racial”.

Ou ainda, nas trilhas da leitura daMattiana, esta ambigüidade pode ser compreendida a partir da constituição de nossa nacionalidade. De acordo com DaMatta (1987), o período histórico que marcou nossa formação atual foi o da proclamação da República.

As teorias raciais originadas nos EUA e na Europa foram trazidas por uma parcela importante de nossa intelectualidade de fins do século XIX. Se para Schwarz (2000) estas idéias foram “aprumadas” fora do lugar, para DaMatta (1987) elas foram

aproveitadas no sentido de manter uma tradição de domínio da população branca pela população negra e indígena.

Diferentemente do que Freyre havia alegado sobre a abertura cultural dos portugueses ao contato com elementos estrangeiros, o que se verificou no Brasil foi uma colonização com base em uma cultura altamente hierarquizada. Falando sobre a tradição - cultural e política - em Portugal, DaMatta afirma que “*nesta sociedade dominada pelas hierarquias sociais abrangentes tudo tem um lugar.*” (DAMATTA, 1987, p.67).

E uma vez que houve um transplante das instituições sociais de Portugal para o Brasil, podemos compreender que o mesmo vale para nossa realidade. “*(...) Portugal, realizando um perfeito transplante de ideologias de classificação social, técnicas jurídicas e administrativas de modo a tornar a colônia exatamente igual à Metrópole.*” (Idem, p. 64)

Assim, os africanos(as) e índios(as) eram partes de uma estrutura social que, para manter a hierarquia social existente em Portugal, fez uso da noção de complementaridade entre as partes que compunham o meio social no Brasil. Assim, negros(as) e índios(as) eram considerados complemento do português(a). Como se a Casa Grande fosse complementada pela Senzala.

Notemos uma relação de continuidade, o que pressupôs, em *terra brasilis* o impedimento de qualquer segregação assumida publicamente. Todos(as) quase sempre conscientes de seu lugar social, introjetariam esta tradição cultural anti-igualitária respeitando a hierarquia social entre negros(as) e brancos(as), pobres e ricos(as), homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, profissionais liberais e profissionais manuais, escolarizados(as) e analfabetos(as), ...

Pois, no momento em que o Estado brasileiro rompeu a relação de mutualidade explícita com a Igreja Católica (fins do século XIX) surgiu a necessidade de substituir a

ideologia religiosa de hierarquias por algo que encontrasse um eco maior entre a população daquele tempo (Idem, ibidem). Dessa forma o racismo originado com a ilustração européia foi utilizado como justificativa para as hierarquizações existentes no seio da população brasileira. Formou-se a ideologia do racismo à brasileira.

Vista por este ângulo, a mestiçagem tem um lugar relativamente privilegiado. Na medida em que no Brasil cada um(a) “sabe com quem está falando”, ou seja, tem uma idéia de que as relações de poder são constantemente negociadas e os privilégios variam de acordo com a posição social de cada pessoa, a igualdade social criaria um confronto com as posições sociais pré-determinadas indesejável pela consciência coletiva (Idem). Pretos(as) e brancos(as) constituiriam os dois pólos desta relação marcadamente hierarquizada. Entretanto, de modo contrário ao que ocorre no contexto norte-americano, aqui a figura do mestiço(a) ganhou status de grande importância positiva. Chega até a ser ponto de referência de nossa nacionalidade. A mestiçagem seria a comprovação de que todos(as) são complementares entre si no Brasil. Complementaridade que está oposta ao segregacionismo. Segue-se que, aqui, ao colocar-se tudo em profundas gradações “*não há necessidade de segregar o mestiço, o mulato, o índio e o negro, porque as hierarquias asseguram a superioridade do branco como grupo dominante.*” (Idem, ibidem).

Se nos EUA os mestiços(as) são considerados “africano-americanos”, pelo fato de possuírem qualquer ascendência de origem africana, no Brasil estimamos que - atualmente - mais da metade de brasileiros(as) sejam os denominados pardos(as). Podemos afirmar que indivíduos - ou pessoas - pardos têm explicitamente ascendentes com marcadas características fenotípicas negróides e também ascendentes com marcadas características fenotípicas caucasóides. São, geralmente, fruto de uma relação entre preto(a) e branca(o).

O que nos chama a atenção é que esta população é identificada pela aparência e não pela hipodescendência. Mas ainda assim, mesmo diante da avaliação cotidiana da aparência por meio dos sentidos visuais e de conhecimentos prévios - coletivos e individualizados -, há quem insista na dificuldade de se definir quem é e quem não é negro(a) no Brasil¹⁰⁶. Ora, na fábula das três raças existe o hábito de impedir tal classificação. Os motivos de tal “dificuldade” é que constituem o ponto central para nosso debate.

O mestiço(a) é, conforme DaMatta o elemento de materialização daquela fábula das três raças, onde as posições sociais de pretos(as) complementam as dos brancos(as). Porém, para que a segregação não seja presente de forma explícita, o mestiço(a) é pensado como elemento de elo, de encontro - para alguns, encontro feliz - entre os pólos.

Nas palavras de DaMatta,

“Nesta sociedade há em todos os níveis essa recorrente preocupação com a intermediação e com o sincretismo, na síntese que vem – cedo ou tarde – impedir a luta aberta ou o conflito pela percepção nua e crua dos mecanismos de exploração social e política. O nosso racismo, então especulou sobre o ‘mestiço’ impedindo o confronto do negro (...)” (Idem, p. 83)

De modo que, através da fábula das três raças, entendida como o drama brasileiro por DaMatta as elites sociais - compostas na sua maioria por brancos(as) – implementaram a noção “*um povo ambíguo no seu caráter.*” (Idem, p. 61). A importância de compreendermos isto consiste na possibilidade de questionamento dos valores anti-igualitários entre brasileiros(as). Parece que a igualdade social pressupõe que a noção de pessoa, tão comum entre os brasileiros(as), seja substituída pela de indivíduo. Decorre daí a tese, segundo a qual ignorar a posição social (“racial”, de

¹⁰⁶ É importante observar que nem sempre os critérios objetivos – de classificação “racial”, por exemplo – são opostos aos critérios subjetivos. Por certo, existem características das estruturas culturais que se relacionam com as estruturas mentais dos indivíduos. Portanto, assumir a impossibilidade de cientistas

gênero, etc.) na alteridade, significa romper com as tradições nacionais hierarquizantes herdadas de nossos(as) colonizadores.

Efetivamente, DaMatta compreende que a discriminação racial, no Brasil, tende a ocorrer em casos esparsos, não constituindo em uma constante maior. Para ele, *“situações de discriminação (ou de segregação) só tendem a ocorrer quando o elemento não é conhecido socialmente (...)”* (Idem, p. 76). Ele enfatiza que a ambigüidade ou a lógica do favor veiculadas pela *“fábula das três raças”* ofusca a percepção das desigualdades entre negros(as) e brancos(as), assim como as situações de discriminação e segregação racial.

Seria preciso um estudo mais detalhado sobre as formas e mecanismos de discriminação, em que não apenas o impedimento, mas o evitar, o não-falar, o não-perceber sejam sentidos e enxergados como discriminação racial.

A *“fábula das três raças”* descrita na forma sob a qual a *“lógica do sistema de relações sociais no Brasil é a de que pode haver intimidade entre senhores e escravos, superiores e inferiores, porque o mundo está realmente hierarquizado”*. (idem, p. 75) recebe críticas do próprio autor: *“O ponto crítico de todo o nosso sistema é a sua profunda desigualdade. Ninguém é igual entre si ou perante a lei.”* (Idem, ibidem). Os(as) militantes, principalmente os(as) mais intelectualizados(as) *“observam que uma tal singularidade [a fábula das três raças ou o mito da democracia racial] não pode continuar servindo de pretexto para a ausência de uma atualização da justiça que seja compatível à sociedade democrática.”* (SILVÉRIO, 2001, p.15)

À militância negra interessa desfazer esta ideologia - da mestiçagem ou ambigüidade cultural. Tanto ao enxergar a identificação entre a população negra e a população de baixa renda, como o contrário, interessa ao movimento negro, não a

definirem que é, e quem não é, negro(a) significa abandonar os pressupostos da relação entre crenças coletivas e individuais.

criação de um sistema de identidades fixas em prejuízo do sistema contextual, mas o reconhecimento de que existem diferenças culturais entre negros(as) e brancos(as). Ouvimos no trabalho de campo que “(...) *nós temos de fazer a denúncia da desigualdade [entre negros(as) e brancos(as)] que existe no Brasil*” (entrevista com a Sra. Marlene em 12 de novembro de 2005).

Trata-se da percepção de que existem diferentes níveis de auto/alter-classificação. No entender da militância negra as pessoas continuarão a se classificarem como morenas, marrons, roxinhas, etc. Entretanto, existe um outro nível de classificação que depende de critérios objetivos, a-ambíguos de inscrição na população negra ou branca. Para muitos, este critério seria predominantemente de acordo com a aparência, independentemente das orientações e opções políticas de cada indivíduo. Ou seja, não interessa se existe a militância anti-racista de um indivíduo para que este(a) possa concorrer entre os cotistas negros em um concurso. Basta apenas a aparência negróide.

Um outro militante certa vez nos disse que “*se a polícia sabe quem é negro, porque que a pessoa que avalia isso no vestibular não vai saber?*” (entrevista com o Sr. Flávio em 13 de novembro de 2004). “*A pessoa continua a dizer que é verdinha, queimada se sol (...). Mas a gente sabe que ela é negra. (...) ela sabe, pelo menos que não é branca: pronto!*” (Idem).

Percebamos que estas conquistas do movimento negro - a implementação de ações afirmativas nos setores público e privado - contemporâneo tende a alterar nossa identidade nacional. Elas contribuem para o questionamento do ideário de branqueamento e o mito de democracia racial, pois o consideram como um conjunto de “*idéias fora do lugar*”. Mais do que isto, tais idéias que correspondem a mecanismos de dominação das elites que discursam em favor da democracia, do igualitarismo, mas se

inflamam contra a implementação de medidas equilibrativas voltadas à população negra¹⁰⁷. Temos a impressão de que o movimento negro pretende recolocar estas idéias em seu centro no contexto brasileiro.

4.3 - Cultura plural

Ao analisar a identidade cultural brasileira, o antropólogo Kabengele Munanga assim o faz lançando mão de algumas teorias sobre nossa cultura e nacionalidade. Darcy Ribeiro parece ser o principal mentor da percepção de uma cultura mestiça ou híbrida.

Mesmo tendo comentado parte da obra de Ribeiro e de outros autores, faz-se necessária a reapresentação destes aos olhos de Munanga. Nossa intenção neste momento do trabalho é a de indicar uma outra leitura de cultura.

O processo de mestiçagem é para Munanga (1999) o eixo central de sua tese de livre docência. Ela seria “*articulada no pensamento brasileiro entre o fim do século XIX e meados deste século, seja na sua forma biológica (miscigenação), seja na sua forma cultural (sincretismo cultural), [e] desembocaria numa sociedade monorracial e unicultural*” (Munanga, 1999, p. 91).

Este olhar de nossa formação biológica e cultural como sincrética foi, conforme nosso autor, questionada pela primeira vez no meio acadêmico na década de 1970, mais precisamente com a obra do militante negro Abdias do Nascimento, *O genocídio do povo brasileiro*. Em primeiro lugar Nascimento afirma que a mestiçagem presente em toda nossa história não se configurou como um exemplo de harmonia racial. Tratou-se, durante o período escravocrata de uma relação absolutamente assimétrica e pautada

¹⁰⁷ É curioso e ao mesmo tempo trágico constatar que nunca houve ações ou petições jurídicas contra as ações afirmativas para mulheres, filhos de fazendeiros ou deficientes físicos. Em relação às cotas para negros(as) - e somente para negros(as) - existe uma infinidade de recursos jurídicos que buscam impedir sua implementação.

numa questão de sobrevivência da mulher negra. Tanto que não se convencionou a relação do homem negro com a mulher branca, mas sim o inverso.

Outros autores trataram desta questão. Octávio Ianni (1972, p. 124) foi um dos que na década de 1970 realizou um estudo concluindo que a rejeição ao casamento inter-racial é maior na medida em que a proximidade entre pessoas de diferentes populações é menor.

Munanga (1999) entende que a mestiçagem havia sido entendida pelos nossos intelectuais, de fins do século XIX, como o ponto de partida para o processo de branqueamento da nação. Tal projeto é para Nascimento “uma estratégia de genocídio” (Munanga, p. 93).

Notemos que a estratégia de branqueamento não se pautou apenas na dimensão biológica. Muito mais do que isto - talvez até mais importante - ela se fez pensar no âmbito da cultura entendida como comportamento social. Como auxiliar deste processo, a “ambigüidade da linha de cor/classe social e o embranquecimento constituem mecanismos estratégicos que auxiliaram individualmente na ascensão de negros e mestiços na sociedade brasileira” (idem, p. 96).

Se a referência de ideal (em todos os sentidos) era a de ser branco; considerando ainda a hegemonia exercida pela elite branca brasileira, decorre daí a ambigüidade dos movimentos anti-racistas no Brasil, surgidos na década de 1920 e 1930. Ao observarmos suas propostas verificamos uma forte assunção de padrões de comportamentos que excluía qualquer sinal diacrítico das identidades¹⁰⁸ africanas e negras.

¹⁰⁸ Quanto ao conceito de identidade neste trabalho, nossa referência tem por base de orientação a perspectiva formulada por Barth (1998). A identidade remete-nos a um conjunto de símbolos aos quais os indivíduos de um grupo social recorrem em diversos momentos do cotidiano. Estes “sinais diacríticos” formam e dão sentido ao que chamamos de identidade negra.

Munanga aponta para algo parecido a um genocídio quando a constituição de uma identidade mestiça impera no pensamento social brasileiro. Para ele, ao comentar o entendimento de Ribeiro, a “idéia de uma nova etnia nacional traduz a de uma unidade que restou de um processo continuado e violento de unificação política por meio de supressão das identidades étnicas discrepantes (...)” (idem, p. 100).

Efetivamente, a cultura brasileira entendida como mestiça ou híbrida levou a uma tentativa, quase sempre, velada de nossa elite política em “assimilar as diversas identidades existentes na identidade nacional em construção, hegemonicamente pensada numa visão eurocêntrica.” (idem, *ibidem*, p. 101).

Munanga entende que tal concepção de cultura é antidemocrática e epistemologicamente equivocada. Antidemocrática na medida em que não pretende preservar e harmonizar-se com as diversas identidades (indígenas, africanas etc.).

Com relação à questão epistemológica podemos observar as posturas dos atores políticos e artísticos negros. O “resgate de sua [da população negra] cultura, do seu passado histórico negado e falsificado, da consciência de sua participação positiva na construção do Brasil, da cor de sua pele inferiorizada, etc... Ou seja, a recuperação de sua negritude¹⁰⁹, na sua complexidade biológica, cultural e ontológica” (idem, *ibidem*, p. 101) constitui uma proposta de ação que contradiz claramente a concepção de uma cultura ambígua, mestiça ou híbrida.

De fato, em nosso entendimento, a proposta dos atuais militantes negros brasileiros contradiz abertamente a concepção de que nossa cultura seja mestiça ou híbrida. Agora, nos parece importante alertar que esta discussão é objeto especialmente

¹⁰⁹ Com relação a este tema podemos exemplificar estas ações nas propostas de ações afirmativas voltadas à população negra brasileira. As cotas em universidades, concursos públicos, políticas de acesso são exemplos. Notemos ainda que há uma reivindicação por parte de militantes negros de que nosso processo de escolarização seja revisto, de modo a incluir positivamente as contribuições das populações africanas e negras brasileiras na história (brasileira e mundial), nas ciências naturais e demais disciplinas oferecidas nas escolas brasileiras.

dos produtores de conhecimentos acadêmicos. Isto significa que nossos militantes nem sempre tratam deste tema de forma explícita (sem qualquer juízo de valor de nossa parte).

Podemos entender que a noção de cultura pode ser concebida de formas diversas. Tema tratado por inúmeros autores, tem atualmente importância diminuída pela utilização do conceito de identidade, no discurso antropológico.

Entendemos que a cultura na concepção de Schwarz (2000) e Vecchi (1998) é - em linhas gerais - tratada com base no comportamento das pessoas que a constituem. Neste sentido, mais exato que a utilização do termo cultura, o comportamento social do(a) brasileiro(a) é pensado como ambíguo, uma vez que nossos atores sociais tendem a se afirmarem, de maneira contextual. Ora alguém se afirma “com um pé na senzala”, e ora este mesmo alguém, se considera partilhando uma cultura branca e, quiçá elitizada.

Esta mistura de povos e raças com suas respectivas culturas, em nossa compreensão, não alcançou o limite histórico. Este seria - hipoteticamente afirmando - efetivado quando não tivéssemos a possibilidade de realizar qualquer distinção entre negros, brancos, indígenas etc.

Não negamos que exista um certo nível de sincretismo cultural. Inevitavelmente nossas populações vivenciaram e continuam vivenciando processos de aculturação e transculturação. Entretanto, isto não significa que as diferenças sejam irrelevantes, ou apenas restando uma leve lembrança das mesmas, que passariam a serem pensadas apenas como matrizes culturais (africanas, européias, indígenas, populares, elitizadas, etc.)

O que o movimento negro anti-racista atual propõe é a valorização das diversas identidades culturais. Para isto, recorrem os seus militantes - assim como negros(as) que não são militantes, em certos casos - aqueles elementos que são considerados como originários de uma suposta identidade cultural por muitos. Não partilhamos da idéia de que tais elementos de uma matriz cultural africana, por exemplo, estejam apenas na

memória. A própria noção de uma identidade que incorpore elementos de diversos grupos culturais, étnicos e nacionais parece concordar com uma cosmologia iorubana, por exemplo.

Neste sentido, podemos afirmar que nossa cultura pode também ser entendida como plural, na medida em que os grupos populacionais - e as respectivas produções culturais - são facilmente identificáveis. Mais do isto, nossas manifestações artísticas contradizem a ótica de uma cultura mestiça, uma vez que elas têm origens diversas e permanecem - enquanto um fato social - configuradas no interior de determinados grupos populacionais.

Se voltarmos nossas preocupações para as artes, culinária, cosmologia (religião) negaremos a concepção de nossa cultura nacional como mestiça. Mesmo no caso do Machado de Assis, por exemplo. A tese de Schwarz (2000) pode ser central para que possamos eliminar qualquer confusão. Parece que há um desencontro entre a realidade e a representação de nossa realidade cultural. Ou ainda, um descompasso entre o fato e sua interpretação por parte dos(as) cientistas e pelo senso comum.

Advogamos a tese de que é preciso compreendermos que comportamento social não se confunde com o conceito de cultura. De fato, o comportamento social típico de brasileiros(as) corresponde à presença de enorme ambigüidade. A cultura nacional brasileira é repleta de elementos ainda distinguíveis.

Conforme a leitura que fizemos de Munanga, o que teria levado Machado de Assis aonde chegou foi este “*modelo sincrético [de comportamento], não democrático, construído pela pressão política e psicológica exercida pela elite dirigente [que] foi assimilacionista*” (Munanga, 1999, p. 101), assimétrica em favor desta mesma elite, e eurocêntrica.

Ora no jogo das identidades culturais é absolutamente possível que Machado de Assis, por exemplo, tivesse negociado suas fronteiras, a fim de assegurar melhores posições, ou alguma outra motivação. Isto não significa - em nosso entendimento - que a cultura nacional deva ser entendida como ambígua, mas que apenas o comportamento social tenha este caráter.

Quanto à percepção de Freyre, entendemos que ela se refere a uma representação acadêmica das matrizes culturais brasileiras. Entretanto, tal formulação se mostra extremamente conseqüente até este ponto. Ao transformar esta tese em prova de que a cultura brasileira é mestiça ou mesmo híbrida, o senso comum ultrapassa os limites da coerência freyriana para forjar um apagamento de referências não eurocêtricas.

O que nos parece mais coerente é a afirmação de que parte dos continuadores de Freyre “transbordaram a água do copo”, levando a tese do hibridismo cultural para além dos limites propostos por Freyre. A idéia de uma cultura mestiça ou híbrida possibilita a compreensão de que seríamos todos(as) os(as) brasileiros(as) mestiços, de alguma forma - biologicamente, culturalmente, etc.

Efetivamente o processo colonizador dirigido pelos portugueses no Brasil possibilitou a existência de muitos mestiços (culturais e raciais). Não condiz com a realidade a ausência ou pouca existência de conflitos nas relações - e nos produtos destas relações - entre brancos(as) e negros(as). Ou seja, o mestiço, peça fundamental na compreensão de nossa cultura e modelo de relações raciais, traduz a tensão na medida em que: a) transita entre os dois pólos em questão; b) identifica-se conforme o contexto; c) é freqüentemente tratado de forma pejorativa.

O que significa que a compreensão da cultura brasileira, atualmente mais comum entre o movimento negro, vai de encontro com a percepção pluralista de Munanga (1999). Mesmo considerando seus problemas. Quanto a estes últimos, faz-se

importante lembrarmos a concepção de que parcela importante do movimento anti-racista acaba se transformando em racista ao avesso.

Um dos pontos mais recorrentes na pesquisa de campo é a acusação de que o próprio movimento negro é racista. O curioso é que encontramos esta posição entre parte dos militantes negros entrevistados. Em certa vez, um senhor nos ofereceu o seguinte: “Eles são muito radicais. Chegam até mesmo a ser racista contra o próprio negro com esse negócio de cotas (...)” (entrevista com o Sr. Cabral em 7 de agosto de 2003).

A proposta de ações afirmativas para a população negra no Brasil - e entre as ações podemos citar as cotas para negros(as) em universidades públicas - pode ser entendida como um conjunto de medidas que se tornam viáveis, se adotarmos o pressuposto de uma cultura plural. Este pressuposto é freqüentemente questionado pelos “anti-cotistas”¹¹⁰ no Brasil (REIS, 1996; DAMATTA, 1996, FRY, 2005).

Sem aprofundar a discussão sobre ações afirmativas, cabe aqui salientar que estas propostas para a população negra no Brasil têm origem¹¹¹ no desenvolvimento do próprio movimento negro brasileiro. Assim trata-se de um conjunto de propostas reivindicativas de ajuste parcial das relações entre negros(as) e não negros(as). Não se trata de retirar bens da população não negra¹¹². Mas sim de garantir maior equidade

¹¹⁰ A expressão aqui aparece entre aspas como forma de demonstrar que se trata de algo problemático. Vejamos que os “anti-cotistas” têm se levantado contra as cotas destinadas a população negra em universidades públicas. Entretanto, talvez o correto seja a utilização do termo “anti-cotistas para negros(a)”, haja vista a ausência de qualquer recurso jurídico que questione qualquer outra forma de reserva de vagas - Lei do boi, reserva para deficientes físicos, cotas para mulheres na candidatura política etc.

A grande quantidade de recursos jurídicos e de textos publicados nos meios de comunicação de massa contrários às cotas para negros(as), em comparação com a ausência de atitudes equivalentes frente a outros modelos de ações afirmativas - que não sejam voltados para negros(as) - evidenciam nosso racismo “camuflado” ou “cordial”.

¹¹¹ O advento de tais propostas pode ser pensado como desdobramento de inúmeros fatores. Entre eles podemos ainda destacar o cenário político brasileiro a partir de fins da década de 1970, marcado pela distensão política e ascensão de movimentos sociais. Para mais, conferir a tese de MOEHLECKE (2004)

¹¹² Um senhor branco que tem participação entre os militantes que abordamos nos afirmava que “*vocês negros tão (sic) tomando as vagas de um branco melhor preparado (...)*”. Portanto, concluímos que a

entre as diversas populações do Brasil quanto ao acesso em universidades públicas, campos estratégicos de sociabilidades e ascensão social. Ainda assim, a compreensão da proposta de tratamento diferenciado em direção da equidade¹¹³ social é considerada uma inversão de valores de nossa cultura.

Poderíamos considerar que a concepção de uma cultura brasileira plural estaria ferindo nossas tradições. Efetivamente parece ser esta a decorrência imediata. Esta concepção não compactua com a idéia segundo a qual somos todos mestiços, indiferenciáveis.

A diferença está colocada como base para alterar essas tradições culturais brasileiras. E como podemos compreender, seu fim é acima de tudo a constituição de relações crescentemente mais simétricas entre negros(as) e não negros(as). Por isto, esta concepção de nossa cultura pode ser condizente com a perspectiva de valorização das diferenças ou perspectiva diferencialista.

Uma última questão a ser pensada: Quanto às identidades, não podemos afirmar que pela ausência de essencialidades, pela constante negociação seríamos impedidos de classificarmos enquanto negros, brancos, etc. Cabe aqui salientar que a identidade negra, entre outras, no Brasil é uma categoria distinta da classificação racial brasileira.

Assim, o fato de um(a) branco(a) (classificação) partilhar de elementos culturais de matriz africana-brasileira - o candomblé, a capoeira, o Olodum, por exemplos - não significa que o(a) mesmo(a) deva ser entendido(a) (classificado) como negro(a). Ou concordaríamos em afirmar que um(a) negro(a) teria se tornado branco(a) pelo fato de ouvir freqüentemente Beethoven ou praticar golfe?

percepção da inferioridade negra chega ao ponto de não se perceber que “as vagas” ainda não teriam “donos” antes do concurso vestibular.

O senso comum não reconhece explicitamente que confere inferioridade aos negros. Mas trabalha com esta noção.

¹¹³ O termo equidade é utilizado em detrimento do termo igualdade. Conforme já indicamos anteriormente, a igualdade social nem sempre corresponde a um equilíbrio entre as partes.

Considerações finais

Chegamos ao final do trabalho com algumas indagações que necessitam ser aprofundadas. Ou pelo menos de indicações mais consistentes. Na exposição dos temas objetivamos oferecer ao leitor(a) os elementos de que precisam para o entendimento sobre qual vem a ser a estrutura do movimento negro no Brasil, desde o início da república do país até os dias atuais. Sem dúvida, podemos afirmar que este entendimento se faz necessário na medida em que o racismo é compreendido como um problema a ser solucionado.

As origens do racismo no Brasil podem ser identificadas com o momento em que parte dos *homens de ciencia* no Brasil passou a se preocupar com a formação da nação brasileira. Desde então, o “encontro” entre negros(as), brancos(as) e índios(as) passou da irrelevância a ponto central de inúmeros debates acadêmicos.

Inicialmente a *sciencia* de fins do século XIX e início do XX inverteu alguns dos pressupostos oriundos do racismo europeu e norte-americano. Do ponto de vista histórico-político, a independência de Portugal e do restante da Europa estava ainda a se completar - e também no tocante às artes, ciências e, o que é mais complexo, as formas de pensamento. Reconhecer a validade daquelas teorias era quase que obrigatório, uma vez que a intelectualidade brasileira circulava freqüentemente entre os centros de produção científica da Europa e EUA. Entretanto, o chão histórico-social em *terra brasiliis* era diverso daqueles. Urgia dizer o que seria o Brasil e sua constituição populacional.

Ao invés de enfatizar as “raças” puras, Romero (1943), por exemplo, investigou o contato entre “tipos raciais” distintos e seus desdobramentos para o futuro da nação brasileira. Neste compêndio de estudos, a mestiçagem foi considerada positiva, uma vez que ela permitia que se fizesse a passagem de um Brasil predominantemente africano

para um de maioria caucasóide. Aliás, um país de mestiços com traços - culturais e fenotípicos - majoritariamente caucasóides. Notemos que foi neste momento histórico que surgiu o projeto de branqueamento da nação, através da imigração de caucasianos. O destaque para esse fato se deve à assunção do ideário de embranquecimento mesmo entre a população negra. A associação entre negro e valorações negativas encontrava muito mais eco no “meio negro” do que na atualidade. Restava aos negros(as) forçar a identificação com o elemento branco.

A importância do “encontro” entre as diversas populações¹¹⁴ existentes no Brasil era também sentida entre os militantes negros, que lançavam suas plataformas de luta no início do século XX. Os estudos de Pinto (1993) e de outros pesquisadores(as) demonstram que a criação de clubes para negros(as) era em resposta à proibição de que estes(as) freqüentassem os espaços onde o “encontro” - com membros dos mais variados grupos sociais - pudesse ocorrer. Deste modo, os jornais, clubes e associações negros(as) introjetaram um padrão de comportamento em relação aos elementos de matrizes africanas, coerentes com o racismo presente nas formulações dos *homens de ciencia* do período. E nesta assunção, o contato com o elemento branco era tido como importante, na medida em que os padrões de comportamento, de estética deste era tido como melhor, como superior.

A necessidade imposta à população negra foi, comumente, a de embranquecimento. Abandonar qualquer signo que pudesse ser relacionado às origens não-européias era uma pré-condição para ser aceito(a). As “cabelisadeiras” alcançaram destaque na composição das associações negras do início do século passado, haja vista a natureza de seu papel nas associações negras. E neste intento, educar os indivíduos

¹¹⁴ Os termos mais comuns utilizados naquele momento eram “tipo racial” ou “raças”.

negros implicava abandonar a cosmologia, crenças e tradições de origens africanas, em favor do conhecimento, de fé, etc.

Foi o que ocorreu com a Frente Negra Brasileira. Uma das maiores organizações voltadas para o anti-racismo no Brasil. Chegando ao ponto de se tornar um partido político, ganhando sempre mais adeptos, a FNB era fruto de seu tempo. Pouco provável seria que ela se isolasse de formas de pensamento tão sedutoras como a produzida pela *Fascio Del Combatimiento*¹¹⁵.

As tradições culturais foram estudadas com maior profundidade por Freyre, nas décadas de 1920 e de 1930. A intenção naquele momento era compreender as relações entre africanos(as), portugueses(as) e indígenas na formação da nacionalidade e cultura brasileiras. Cada um destes elementos considerados a partir de suas tradições culturais e não mais do ponto de vista da categoria “raça”, coube - conforme sua teoria - ao elemento português “coordenar” as relações - comparativamente democráticas - entre as partes. Nasceu, assim, a noção de democracia racial, caracterizando o estilo de vida de brasileiros(as).

Pensada de fora, a idéia de democracia racial tem fundamentos altamente ideológicos. A tese de Schwarz (2000) se faz contundente porque nos permite que analisemos a democracia racial como uma “idéia fora do lugar”. Mesmo sendo esta uma categoria cunhada por intelectuais no Brasil, sua base conceitual é de origem européia. Sendo assim, a categoria “democracia” foi posta em *terra brasilis* fora de seu eixo original, favorecendo aqueles(as) que já mantinham privilégios maiores.

Ora, provavelmente o primeiro crítico do referido conceito tenha sido Florestan Fernandes. Fazendo uso do referencial teórico marxista, Fernandes apontou inicialmente

¹¹⁵ O Fascismo foi efetivamente sedutor no sentido de oferecer “soluções” para um povo cujo orgulho havia sido ferido pelas promessas não cumpridas pela Inglaterra na Primeira Guerra Mundial. Assim, o recrudescimento dos nacionalismos se fez como grande facilidade. A valorização do nativo – ou nacional – em prejuízo do estrangeiro recebeu adesões imediatas.

para a existência de um Brasil sem democracia, muito menos a racial. A tese, resumidamente, afirma que o racismo era uma realidade também brasileira e que não se trata de existir aqui a harmonia “racial”, nem mesmo se compararmos com outros países.

De outro modo, a democracia racial também foi contestada pela militância negra brasileira àquela época. O TEN questionou a harmonia esperada nas relações entre negros(as) e não-negros(as) a partir da inexistência de atores e atrizes negros(as) em peças teatrais. A crença numa suposta inferioridade de africanos(as) e seus descendentes passou a ser repudiada gradativamente.

Foi com o TEN que o diferencialismo foi utilizado no Brasil. Na verdade, somente na segunda fase - a partir da década de 1970 - da trajetória do Teatro Experimental do Negro é que podemos falar de valorização das diferenças políticas, culturais e de cosmologias existentes entre negros(as) e não-negros(as), ao invés de valorizar as desigualdades. Foi este o momento em que Abdias do Nascimento voltou de seu exílio em Ifé, ou ainda ele teria se transformado em um “*negro revoltado*” (MACEDO, 2005, p. 13).

Mas os estudos sobre as desigualdades sociais entre negros(as) e não-negros(as) receberam grande alento com a publicação das teses de doutoramento de Hasenbalg (1979) e de Silva (1980). Estas formulações ainda hoje encontram interessados que fazem delas um campo fecundo de compreensão do racismo no Brasil. Tanto que as técnicas de pesquisa nesta área têm sido aprimoradas, oferecendo melhores condições para especialistas em racismo no Brasil.

Em 1978, na mesma época da publicação dos dois estudos citados no parágrafo, acima o MNU se organizou, evidenciando as desigualdades entre negros(as) e não-negros(as), refundando a própria concepção de ser negro(a) no Brasil, tentando criar o

que, até hoje, alguns desejam, a saber, um movimento negro de grandes massas. Neste momento ser “diferente” começou a ser uma tendência entre diversos grupos de negros(as) no Brasil. O cabelo *black power*, calças boca-de-sino e outros sinais de referência aos negros norte-americanos foram sendo aceitos também no Brasil, com ênfase para o seu uso entre militantes anti-racistas.

É neste momento¹¹⁶ que surgiu uma plêiade de leituras sobre o racismo no Brasil. Também este é o momento em que o movimento negro se apóia nas mais diversas estratégias de luta. Assim como surgem variadas leituras sobre o racismo no Brasil, surgem inúmeros grupos que lutam pelo a-racismo no Brasil e no mundo.

Destaca-se o tipo de militância relacionada à intelectualização do movimento negro. Como pudemos notar, é o que tem ocorrido nos casos estudados em Marília. Em âmbito nacional também se dá este fenômeno. O interessante é que não somente o número de intelectuais negros(as) de destaque tem aumentado, como a produção acadêmica sobre racismo e anti-racismo também apresenta um crescimento substancial.

Ribeiro, ao abordar os indicadores sociais a respeito da produção acadêmica sobre o tema “negro e educação”, afirma que “1,98% foram produzidas nos anos 70, situação que se modifica nos anos 80 que produziu 4,95% das pesquisas, 53,44% foram realizadas nos anos 90 e 37,62% foram produzidas a partir de 2000.” (RIBEIRO, 2005, p. 208). Podemos acrescentar a existência de cursos e projetos de capacitação e formação continuada de profissionais ligados à educação com temas relativos ao racismo no Brasil e conhecimentos sobre a África.

Quanto à “*classificação racial*” (idem, p. 206) a autora demonstra que entre aqueles(as) autores que se identificaram em seus trabalhos “31,5% se declaram como

¹¹⁶ A ditadura militar brasileira estava entrando em processo de derrocada. Não somente no movimento negro, mas em diversas áreas - movimentos pela reforma agrária, feminismo, etc. - houve uma explosão participativa dos movimentos sociais na nova ordem política. Para mais, conferir BARBOSA, 1990.

negros, 5,4% se declaram mestiços, 2,1% afrodescendentes e 2,1% brancos.” (idem, ibidem).

Estes dados talvez não nos permitam avaliar com total segurança o que estamos chamando de intelectualização do movimento negro. Mas há uma forte indicação de que se trata de um fenômeno real. Seria preciso um trabalho de pesquisa que envolvesse as diversas áreas do conhecimento, a fim de verificar a participação de pesquisadores negros aumentando na produção científica brasileira. Cremos que o crescimento e a consolidação do *Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros* seja uma demonstração de que uma *inteligensia* negra brasileira esteja sendo solidamente constituída em quantidade, variedade de estudos e em qualidade. É importante observar que este fenômeno é percebido por outros pesquisadores que notam “*uma mudança significativa na luta anti-racista no Brasil inspirada inclusive pela reflexão de uma crescente intelectualidade negra (...)*” (SILVÉRIO, 2001, p. 14).

Aliás, a produção acadêmica é tomada como uma importante estratégia de luta contra o racismo, ou quiçá para além das discussões sobre racismo no Brasil. Para que se obtenha o “título” de pesquisador há que se passar por uma série de etapas em termos de escolarização, ou seja, há que se atingir um patamar de conhecimentos diversos e específicos que lhes permitam o reconhecimento - variável - de uma certa competência de natureza intelectual. Ora, trata-se de um *campo* em cujo ingresso negros(as) têm tido freqüentemente maior dificuldade de ingressar em decorrência de elementos racistas na própria organização acadêmica brasileira (CARVALHO, 2005).

Entretanto, uma parcela dos pesquisadores das grandes universidades brasileiras é de negros. Efetivamente o número ainda é muito reduzido. E caminhando com Carvalho, esta presença numérica ínfima abre a possibilidade de questionamento a respeito da própria produção acadêmica sobre o racismo (Idem, ibidem), já que na

maioria dos casos tratar-se-ia de uma produção feita por uma parte “míope” da população brasileira, envolvida na ideologia racial do país. Assim, há uma conquista de legitimidade ao discurso desta *intelligentsia* negra no Brasil. O Brasil atualmente - mais explicitamente do que em períodos anteriores - conta com a presença de negros(as) que produzem conhecimento - nas mais variadas áreas do saber - também sobre o racismo.

Não podemos negligenciar que a produção acadêmico-científica goza de grandes créditos entre os diversos setores da sociedade brasileira. Este conhecimento já não é mais tratado como algo inexpressivo, secundário. Podemos compreender a partir desta constatação que esta intelectualidade, mesmo sendo numericamente reduzida, acaba produzindo uma alteração em termos de criação de discursos sobre “verdade”.

Um ponto que nos desperta uma grande curiosidade em relação a esta produção de intelectuais negros e o êxito desta empreitada é que tal fenômeno altera profundamente as relações entre dessemelhantes em toda a sociedade brasileira. As teses sobre a inferioridade de negros, as que defendiam um desinteresse de negros em ascender socialmente, assim como as teses de que negros(as) não seriam capazes de construir trabalhos condizentes com o rigor de neutralidade exigido pela ciência são desfeitas com a existência desta intelectualidade. Ora, o nível de embate no tocante às relações raciais no Brasil tem ocorrido, com frequência sempre maior, no nível da pesquisa científica¹¹⁷. Assim sendo, a ciência pode estar sendo vista em sua racionalidade instrumental, como um meio que permita ascensão social e legitimidade de discurso a seus emissores(as)¹¹⁸.

¹¹⁷ Infelizmente ainda carece um embate na Filosofia que envolva um número grande de pesquisadores. Trata-se de um imperativo essencial para a Filosofia brasileira.

¹¹⁸ Não se trata de afirmarmos que a opção pela pesquisa e carreira acadêmica tem se dado em virtude de apenas de objetivos racionais. Há também uma dimensão vocacional que não pode ser abandonada.

Continuando, daremos ênfase aos grupos estudados em Marília, sem prejudicar a continuidade de nossa abordagem. Mesmo porque existe uma identidade entre o movimento negro brasileiro atual em termos mais amplos e em Marília.

Foi na década de 1980 que surgiram os Conselho de Comunidades Negras - em São Paulo e no interior do estado. Mais ou menos inspirado na experiência estadual, surgiu em Marília o Conselho Municipal do Negro em 1988. Não se trata da primeira experiência de movimento negro em Marília. A Legião Negra se fez presente naquela cidade na década de 1950 (CARVALHO, 1996). Entretanto, se pudemos estabelecer alguma relação entre estes dois grupos, isto se deu apenas em termos de algumas práticas. Assim como a Legião Negra, que organizava aquilo que Hanchard denominou de culturalismo, o CMN, teve na sua segunda fase inúmeros eventos desta natureza. Os bailes, concursos de beleza e as *Olimpíadas Afrodescendentes* foram exemplares neste sentido.

Mas a prática militante dos membros do CMN foi modificada a partir do ano 2001 aproximadamente. Se numa primeira fase o Conselho se ausentou de implementar políticas voltadas para a população negra e diminuição do racismo, numa segunda o culturalismo teve destaque, nesta última etapa a formação de quadros cada vez mais intelectualizados tem tomado tempo e investimento de seus membros.

Teríamos a impressão de que o Conselho tivesse se desfeito. E de fato, se considerarmos que a instituição CMN não propôs algo de novo nestes últimos cinco ou seis anos, faz sentido tal afirmação. Mas não raras são as participações dos conselheiros em eventos acadêmicos, cursos de graduação e de pós-graduação, palestras proferidas à população mariliense, textos publicados, visitas a museus, etc. Todas estas atividades têm como foco o aprimoramento de uma *inteligensia* negra. Esta parece ser um dos principais temas do movimento negro atualmente.

Cabe ressaltar que há, neste aspecto, uma coincidência entre o movimento negro em Marília e no Brasil em geral. Uma das ações afirmativas - a proposta de cotas em vestibulares para concorrentes negros(as) -, quando pensadas a médio prazo, criariam um contingente mais amplo de profissionais negros(as) com ensino superior no Brasil. E neste sentido, a formação para estes alunos pode implicar, no entendimento de alguns militantes e intelectuais negros, em um aumento a curto prazo da intelectualidade negra. Isto se deve à necessidade de manutenção dos(as) cotistas até o fim da graduação (ou da pós-graduação).

Estas medidas de cunho diferencialista foram, salvo em algumas exceções, a marca registrada do Grupo de Educadores Negros de Marília. A exceção ocorreu em um ou outro momento, menos significativos na trajetória do GEN. A educação sempre foi objeto do pensamento negro brasileiro, especialmente para a militância anti-racista. Porém, este pensamento passou por transformações, chegando a ser a “galinha dos ovos de ouro” do movimento negro.

Decorre daqui e urgência, em meados da década passada, de criação de um movimento negro direcionado especificamente para o tema “educação e racismo” em Marília. E o GEN se posicionou de forma a denunciar as práticas racistas no ambiente escolar. Também a orientação para o a-racismo foi verificada nestes casos. Aliás, ainda hoje, mesmo sem as reuniões do Grupo, as Educadoras que residem em Marília oferecem “capacitação” e reflexões em escolas de Marília.

Uma das principais diferenças entre o movimento negro de hoje e aquele do início do século passado é que atualmente a educação é pensada a partir de seu interior, reprodutor de racismo e não de fora, como uma simples necessidade de obtenção de títulos. Assim o racismo presente na escola deve ser repudiado pelos(as) educadores(as) em todos os níveis de ensino. Na opinião do GEN, com o reconhecimento das

especificidades da população negra, amarela, índia e branca poder-se-á efetivar a ordem democrática no Brasil.

O debate sobre educação tem permitido aos diversos grupos do movimento negro atual efetuarem as articulações entre si. Ao contrário do que possamos imaginar, existe uma agenda coletiva - ou que se torna coletiva a partir de grupos majoritários - na qual a prioridade da educação é efetiva.

Seja no debate sobre a implantação de cotas, cursos de sensibilização de educadores(as), cursinhos para negros, entre outros tópicos, o movimento negro se articula em torno da quebra da “hegemonia racial”. Vide o caso estudado em Marília em que todas as articulações entre os grupos ocorreram em virtude de algo relacionado ao tema educação. Seja no projeto realizado na Casa do Pequeno Cidadão, com alunos daquela instituição, seja na aprovação das leis municipais de reformas na educação local, seja no favor em tirar cópias para que o GEN pudesse realizar as reflexões, nos concursos de redação, nos seminários e demais projetos realizados na área da educação, fica evidenciada a existência de articulação entre os grupos do movimento negro. Infelizmente ela tem ocorrido regularmente apenas em âmbito mais gerais, como no Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, ou ainda na SEPPIR e outras instâncias de representação negra. Em nível local a militância negra tem sofrido com o controle pessoal exercido por políticos que insistem na cordialidade das relações entre negros(as) e brancos(as).

Visto sob esta perspectiva, o movimento negro em Marília, e também em nível nacional tem um norteador muito bem delimitado, a saber a igualdade de acesso aos privilégios de classe - ensino superior de ótima qualidade, cargos de alta hierarquia em empresas, uma estética positivamente reconhecida, etc. O alcançar destes objetivos pode ser feito por meio das mais variadas estratégias e perspectivas de luta. Entretanto, a

estrutura do movimento negro - pautada na diversidade de perspectivas de militância, na prioridade da educação anti-racista e no questionamento da ordem assimétrica constituída entre negros(as) e não-negros(as) - mantém-se ainda hoje. E mais, a aparente desorganização do movimento negro pode ser contestada a partir das conquistas recentes¹¹⁹.

Neste sentido, a hegemonia racial exercida pela população branca no Brasil não parece ter sido desfeita. Há, sim, avanços reconhecidos neste caminho.

“No que diz respeito aos movimentos negros, eles fizeram com que o Estado brasileiro reconhecesse que a inexistência de medidas sócio-legais desde a abolição significou uma postura política que corroborou para a exclusão ou para a integração subalterna da população afro-descendente. Este fato não deixa de ser relevante, no contexto atual de nossa sociedade, em que os movimentos sociais encontram dificuldades para desenvolverem lutas estratégicas.” (SILVÉRIO, 2001, p. 11).

O debate sobre as cotas, ou mesmo as acusações de que o movimento negro em Marília seria ambíguo e contraditório são trazidos à tona em decorrência da importância das ações do movimento negro atualmente. Podemos afirmar que este último tem defendido uma espécie de reorientação do olhar sobre os(as) próprios(as) brasileiros. Este “nós” passando a ser visto como plural, ou seja, constituído por negros(as), indígenas, amarelos(as) e brancos(as).

Uma vez que a hegemonia racial exercida pela população branca está pautada no ideário de branqueamento, no mito de democracia racial e no “entre-caminhos” interpretado por alguns como ambigüidade o questionamento destes ideários por meio de discursos acadêmicos tem dado o tom da luta anti-racista no Brasil e em Marília. Assim, o reconhecimento das diferenças entre negros(as) e não-negros(as) se faz mister para o movimento negro. Cabe ressaltar que não se trata de introjetar na cultura e nem na estrutura social brasileira as soluções importadas de outras realidades. Por certo,

¹¹⁹ Para muitos militantes a Lei Federal 10639/03 constitui a maior conquista do movimento negro, na medida em que reconhece explicitamente a existência de práticas racistas na sociedade brasileira em geral

alguns avanços que ocorreram em países como EUA, Índia, Canadá podem servir de referência, mas não como original de uma cópia. As tradições culturais aqui não permitiriam a transposição direta de outros modelos. No Brasil o movimento negro nunca se fez com grandes massas como nos Estados Unidos. E entendemos que isto criaria uma certa dificuldade. A diversidade de grupos é muito grande para que poucos pudessem corresponder aos anseios mais variados militantes. Assim, o princípio de não-contradição é incorporado pelo movimento negro na coesão das distintas perspectivas de luta. Os casos em Marília e no Brasil em geral permitem tal compreensão.

Por fim, podemos arriscar um esboço de compreensão dos grupos do movimento negro por meio de uma atitude classificatória. Evidentemente que não se trata de encerrar o tema, mesmo porque a construção que propomos por ora baseia-se na idéia de tipos ideais. Assim, podemos identificar cinco grupos de entidades do movimento negro brasileiro.

Os Conselhos, geralmente municipais constituem um tipo de organização negra voltada para luta contra o racismo, tendo sua existência relativamente recente. Mesmo sendo o do estado de São Paulo o mais conhecido, nossa atenção se dá com maior ênfase aos Conselhos Municipais, especialmente o de Marília. O nível de atuação deste tipo de grupo geralmente é o local, raramente ultrapassando os limites da militância para além do município de origem.

Temos notícias da existência de um Conselho do Negro em Lins, uma cidade próxima de Marília, mas é certo de que cada grupo se ateu aos limites de seu município. Houve momentos de diálogo entre os grupos, mas não ao ponto de estabelecerem uma agenda mais ampla em comum.

Em qualquer dos casos, estes CMN's (Conselhos Municipais do Negro) nasceram atrelados às administrações municipais. Seja como parte de uma política pública de referência à diversidade ou como atendimento a uma demanda de parte da população, é certo que os Conselhos fazem parte do conjunto de instituições públicas que compõem o Estado - seja em nível local, estadual ou mesmo nacional. A política institucionalizada é pensada por seus membros como um importante centro de atenções para a militância. Compor o Estado é um objetivo para estes(as) militantes.

São geralmente vistos com olhos mais críticos na medida em que a busca por posições na máquina estatal se torna um elemento essencial para os Conselhos. Na verdade, uma outra parte do movimento negro é relutante com relação a participar de governos, pois consideram que a priori qualquer governo tenderia a absorver as pressões da militância negra, sem corresponder aos anseios desta. Para esta parte do movimento negro, os Conselhos quase sempre são vistos como pelegos.

E efetivamente, parte destas críticas tem fundamento na percepção de que os Conselhos dificilmente encontram entraves a sua atuação, uma vez que seu financiamento e administrações dependem de “instruções” governamentais. Estas últimas são de caráter burocráticos, no sentido da criação de impedimentos às ações quando se trata de manifestações do movimento negro. O que aliás pode ser pensado como um paradoxo se pensarmos que o movimento negro reivindica algo existe em decorrência de uma má atuação dos governos. Por outro lado a permanência de negros(as) com engajamento entre os governantes, ainda que seja de forma dependente, é vista como uma alternativa para tal questão.

Como observamos, houve um período importante em que a existência de um Conselho Negro em Marília era visto como um grande problema. A questão se torna mais profunda, uma vez que é um outro setor do movimento negro que emite tal

opinião. São os educadores(as) negros quem assim compreendem. Ao desenvolver uma compreensão do Grupo de Educadores Negros de Marília, pudemos notar algumas características do mesmo que contribuem para o entendimento das relações constituídas pelo GEN.

Em primeiro lugar podemos notar que a escolha entre os(as) educadores(as) negros(as) se deu pela dimensão da luta política não institucional. Evidentemente que o GEN fez duras críticas ao poder constituído legalmente. Entretanto, o veículo escolhido pelo grupo foi aquele que não associasse a existência do mesmo a qualquer instituição, especialmente se esta fizesse parte do Estado. Uma certa proximidade com as ONG's foi estabelecida na configuração do GEN.

A idéia presente entre os educadores(as) negros(as) era de que a associação com as administrações municipais - ou em qualquer nível - corresponderia a uma constante dependência daqueles para com estes. Assim, a solução pensada e aceita foi a de constituir um grupo do movimento negro em nível local que pudesse ter sua ascensão política com o máximo de liberdade para criar e desfazer alianças, conforme o contexto.

Foi esta possibilidade de realizar as alianças mais diversas possíveis que conferiu ao GEN - e o mesmo parece ocorrer com as ONG's negras - uma grandeza em termos de nível de atuação, se comparado ao Conselho. É sabido que houve a participação de uma educadora negra em Durban. Observamos, que para além da atuação em nível local, o GEN teve participação e conquistou alianças em todos os níveis, tal como o que tem ocorrido com as diversas ONG's negras.

A questão do fomento às propostas do GEN, assim como das ONG's foi solucionada a partir das alianças propostas. Para tanto, concorrem organismos internacionais tais como Ford Foudation, assim como instituições governamentais brasileiras (MEC), ou ainda parcerias originárias do setor privado - canais de TV,

grandes e pequenas empresas, etc. Certamente estas parcerias possibilitaram o diálogo entre o GEN e inúmeras ONG's com diversos setores, conferindo - pelo menos aparentemente - uma independência deste tipo de movimento negro¹²⁰.

Quanto a um possível elemento fundamental para o GEN, podemos afirmar que se trata da educação. Tema sempre presente no seio do movimento negro contemporâneo, a educação atualmente tem sido repensada e desconstruída pela militância negra brasileira. O GEN teve a educação como tema básico para sua formação de quadros, suas reivindicações se deram quase sempre sob a perspectiva da organização educacional e seu conteúdo. A centralidade da educação é tamanha que podemos notar que muitos educadores(as) deram continuidade ao investimento pessoal na área, constituindo o que chamamos de intelectualidade negra. Aliás, uma intelectualidade orgânica nos termos de Antonio Gramsci.

Se podemos diferenciar a intelectualidade negra de atualmente com a da década de 1960, a formação em ONG's e em outros grupos como o GEN parece ter e estar contribuindo para isto. Notemos que a partir da militância, muitos(as) negros(as) começam a refletir sobre a educação pela perspectiva do racismo e democracia. Neste aspecto, muitos(as) não se limitam apenas a pensar, mas partem para a militância informados pela teoria. Buscam constituir redes de relacionamentos que incluem discussões e propostas de intervenção. Atuam como líderes morais, principalmente entre comunidades de maior carência econômica.

Podemos notar que as ONG's, encontram forte aceitação entre as comunidades mais carentes do ponto de vista econômico e de serviços públicos. Entretanto, não

¹²⁰ Este ponto sobre a (in)dependência das ONG's parece ser polêmico. Certamente as ONG's se enquadram em um tipo de organizações que despertam interesses das agências financiadoras. Também é certo que estas buscam no fomento daquelas cumprir a chamada Responsabilidade Social, ou outra indicação mercadológica (abatimento de imposto, por exemplo). Vimos, então que os interesses são de alguma maneira conjugados.

podemos esquecer que o movimento HIP HOP também encontra eco ali. Embora não tenhamos abordado este tema em nossas pesquisas, notamos, através das referências que nos foram apresentadas no trabalho de campo, que este se trata de uma importante faceta do movimento negro brasileiro atual. Decorre daí a busca do GEN, por exemplo em se relacionar com o movimento HIP HOP.

A arte engajada é pensada por alguns membros do GEN como uma estratégia com forte apelo entre os jovens negros. Mais do que simplesmente um fenômeno estético, o HIP HOP abre o diálogo com outros tipos de movimento negro. Há, no entendimento dos educadores(as) negros(as) uma dimensão cultural e política muito forte, que possibilita uma facilidade maior de contato entre a juventude negra e a militância “tradicional”.

No caso de Marília, podemos afirmar que o HIP HOP é visto como quase o oposto dos Agentes de Pastoral Negros, ou mesmo da Pastoral do Negro. Isto se deve ao fato de que naquele o fundamento é artístico contestatório. Já no segundo tipo as bases da ação dos grupos são de caráter religioso - no caso relacionado à Igreja Católica.

Os fundamentos religiosos têm se destacados nas ações sociais empreendidas pelos APN's. Deste modo, o sentido da ação política mais característico do movimento negro atual, a saber, a legitimação da militância negra por meio daquilo que se produz nos meios acadêmicos acaba por ocupar um espaço secundário nestas organizações religiosas.

Evidentemente isto configura uma opção feita pelos militantes das Pastorais e outros grupos religiosos que pensam na questão racial no Brasil. Podemos afirmar que a priori o anti-racismo se faz presente, inclusive servindo de sentido inicial para o grupo. Com o passar o tempo, o que se evidenciou - pelo menos no caso de Marília - foi a

Ainda assim cabe observar que as agência que fomentam projetos das Ong's negras fazem uma seleção de projetos, o que pode configurar um problema para estas na medida que passam a enquadrar seus projetos

dimensão religiosa. Chegamos a esta consideração à medida em que constatamos que os esforços para que a “Missa Afro” fosse realizada tomam o maior tempo das ações dos grupos religiosos. Outras ações também constituem o rol das ações das APN’s e das Pastorais do Negro. Notamos inclusive que o nível de atuação destes grupos muitas das vezes implica numa rede de relacionamento nacional, embora as ações práticas tenham impacto majoritariamente local.

De modo semelhante temos a Comissão anti-racismo da Ordem dos Advogados do Brasil-Marília. Em termos do nível de atuação desta entidade, podemos afirmar que o mesmo se dá em termos locais, porém sempre orientado por uma rede de orientações em nível nacional. Observamos que são várias as comissões desta natureza em toda a estrutura da OAB pelo Brasil.

A CAROAB-Marília se destaca no cenário mariliense, uma vez seus membros pretendem atuar em um setor considerado desamparado pelo movimento negro, a saber o que podemos chamar de uma jurisprudência engajada. Estamos certos de que não se trata de algo novo, mesmo se considerarmos a trajetória do movimento negro brasileiro. O próprio CMN teve sua atuação centralizada - em muitos momentos - na defesa jurídica de vítimas do racismo. Entretanto, a OAB viu-se impelida a responder a uma pressão da militância negra no sentido de inserir a luta contra o racismo em sua pauta¹²¹.

Há uma tendência crescente de que os profissionais do direito no Brasil se voltem para a discussão de alguns pressupostos da vida democrática contemporânea. Por certo, na medida em que o movimento negro se posiciona para além da discussão racial e esbanja seriedade ao repensar e propor uma nova forma de democracia para o Brasil, as questões jurídicas se tornam urgentes. Os direitos constitucionais, as

e concepções aos interesses das agências, buscando sua sobrevivência.

¹²¹ Podemos até mesmo indagar se não há uma pressão por parte de intelectuais negros do direito neste debate.

interpretações dos textos legais, entre outras reflexões constituem parte do dia-a-dia da Comissão.

É preciso lembrar, assim, que as diversas maneiras de luta do movimento negro atualmente tem encontrado um sentido mais ou menos conjunto. Ao que nos parece há uma tendência de que os diversos grupos e tipos de militância negra no Brasil se reúnam em torno de uma pauta homogênea, sem, contudo, perderem suas especificidades. Ao pensarmos na construção de tipos ideais dos grupos do movimento negro, pensamos em trazer ao leitor(a) as principais características, aquilo que confere sentido às ações do grupos, afim de que possamos compreender para onde estes grupos nos apontam.

Neste sentido podemos trabalhar com a hipótese de que nos mais diversos setores do movimento negro fica evidente uma preocupação em tornar o debate e as ações mais intelectualizadas. Trata-se do que procuramos chamar de intelectualização do movimento negro. E este processo, ainda em construção, já rende alguns frutos importantes.

A convergência entre os grupos do movimento negro parece ser um desdobramento importante. A consideração de combater o racismo apenas com posturas anti-racistas, por sua vez, perde espaço neste cenário. Em seu lugar podemos notar uma postura baseada na rediscussão de algo mais ontológico - porém não mais ou menos importante - que a própria relação democrática entre os constituintes da sociedade brasileira. Poderíamos, assim, falar em um movimento negro para além do racismo.

Referências:

AGASSIZ, L. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. São Paulo: Itatiaia, 1975.

AGUIAR, M. M. *A especificidade da ação afirmativa no Brasil: a experiência do Centro Nacional de Cidadania Negra em Uberaba-MG*. São Carlos: UFSCAR (tese de doutorado), 2005.

ARAÚJO, J. Z. *A negação do Brasil*. São Paulo: SENAC, 2000.

BARBOSA, J. G. *Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001

BARBOSA, M. V. *A Presença do Estado num trecho da história: A luta pela terra no Pontal do Paranapanema*. São Paulo: UFF, 1990. 153 f. (Mestrado).

BASTIDE, R. e FERNANDES, F. *O preconceito racial e São Paulo*. São Paulo: Publicações do Instituto de Administração, 1951.

BARTH, F. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, P. E STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, pág. 185-228.

BOMFIM, Manoel José do. *A América Latina- males de origem; o parasitismo social e a evolução*, 4 ed., Topbooks, 1993.

_____ *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*.
Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

CARVALHO, C. S. B. de F. *As vozes do passado no presente: Memória e movimento negro (estudo de caso: a Legião Negra em Marília)*. Franca, UNESP (dissertação de mestrado), 183 p. 1996.

CONSELHO MUNICIPAL DO NEGRO, *Negro News Marília*

CUNHA, O. M. G. da. *Bonde do mal: notas sobre território, cor, violência e juventude numa favela do subúrbio carioca*. In: MAGGIE, Y. & REZENDE, C. B. (orgs.) *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 83-154.

CARNEIRO, S. & VILHENA, V. *A cor do preconceito*. São Paulo: Ática, 2006.

CAVALARI, R. M. F. *Integralismo: ideologia de um partido de massa no Brasil*. Bauru: Edusc, 1999.

DAMATTA, R. *Digressão, a fábula das três raças*. In: _____. *Relativizando. Uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987, pág. 58-85.

DEGLER, C. N. *Nem preto nem branco*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

DURKEHIM, E. *O suicídio: estudo sociológico*. Lisboa: Editorial Presença, 1996. 6ª edição.

_____. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2002, 157 p.

ELIAS, N. e SCOTSON, J. L. *O processo civilizador. Vol.I: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. *O processo civilizador. Vol. II: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

_____. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, 224 p.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes (Vol. I)*. São Paulo: Ática, 1978.

FERRARA, M. N. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986.

FLORINDO, M. T. *O serviço reservado da delegacia de ordem pública e social de São Paulo na Era Vargas*. Franca: UNESP (dissertação de mestrado em História), 2000.

FOLHA DE SÃO PAULO/DATAFOLHA. *Racismo cordial*. São Paulo: Ática, 1995.

FREITAS, M. C. de *Integralismo - o fascismo caboclo*. São Paulo: Ícone Editora, 1998.

FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala*, Rio de Janeiro: Record, 2001, 668 p.

FRY, P. *A feijoada mudou* (entrevista a Marcos Strecker), São Paulo: Folha de São Paulo (caderno Mais de 10/06/2005).

_____. *A persistência da raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

GOBINAEU, C. de *The Moral ad intellectual diversity of races*. Philadelphia: J. B. Lippincot and Co., 1856.

GOMES, N. L. *Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução dos estereótipos ou ressignificação cultural?* Revista Brasileira de Educação, n 21, 2002.

GUIMARÃES, A. A. S. *Preconceito e discriminação*. São Paulo: Ed. 34, 2004

HABERMAS, J. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

HANCHARD, M. G. *Orfeu e o poder: movimento Negro no Rio e São Paulo (1945/1988)*; tradução, Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 244 p. 2001.

HARRIS, M. *Padrões raciais nas Américas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

HASENBALG, C. *Discriminação e desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HOFBAUER, A. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Universidade de São Paulo (tese), 377 p., 1999.

_____. *Raça, cultura e identidade*. In: SILVÉRIO, V.; BARBOSA, L. M. de A. & SILVA, P. B. G. *De preto a afrodescendente: trajetos de pesquisa*. São Carlos: EDUFSCAR, 2004, pág. 51-68.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

IANNI, O. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

KUHN, T. S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1991 [1960].

_____ *Lógica da descoberta ou psicologia da pesquisa?*. In: LAKATOS, I. e MUSGRAVE, A. (org.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1979 [1970].

LACERDA, J. B. *Sur les méfis au Brésil*. Paris: Imprimerie Devouge, 1911.

LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Pioneira, 1969.

LÉPINE, C. . *O negro brasileiro, raça, cultura ou classe social*. In: Faleiros, Maria Isabel Leme,; Crespo. Regina A.. (Org.). *HUMANISMO E COMPROMISSO: ENSAIOS SOBRE OCTAVIO IANNI*. 1 ed. São Paulo: UNESP, 1996, v. 1, p. -.

MAGGIE, Y. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, 1992.

_____ & REZENDE, C. B. (orgs.) *Raça como retórica: a construção da diferença*. In: _____ & _____ (orgs.) *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 11-26.

MENDONÇA, L. F. M. *Movimento negro: da marca da inferioridade racial a construção da identidade étnica*. São Paulo: USP-FFLCH (dissertação de mestrado), 1996.

MOEHLECKE, S. *Fronteiras da igualdade no ensino superior: Excelência e justiça racial*. São Paulo: USP (tese), 231 p., 2004.

MOTTA, U. D. da. *Jornegro: um projeto de comunicação afro-brasileira*. São Bernardo do Campo: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1986, (dissertação de mestrado).

MUNANGA, *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. In: BRANDÃO, A. A. P. (org.) Cadernos PENESB vol. 5. Niterói, Eduff, p. 15-35, 2000.

_____. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

_____. & GOMES, N. L (orgs.). *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global Editora, 2006.

NASCIMENTO, A. do *Teatro Experimental do Negro: trajetórias e reflexões*. In: Estudos Avançados nº18, p. 209-224

REIS, F. W. In: SOUZA, J. (org). *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos*. , Paralelo, 1996.

RIBEIRO, C. M. *Pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil: uma análise de suas concepções e propostas*. São Carlos: UFSCAR, 2005. (tese de doutorado).

RIBEIRO, D. *Sobre a mestiçagem no Brasil*. In: Schwarcz L.M. e QUEIROZ, R. da S. (orgs) *Raça e diversidade*. São Paulo, Edusp/Estação Ciência, p. 187-212, 1996.

_____. *O povo brasileiro*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

RODRIGUES, R. N. *Os africanos no Brasil*, São Paulo: Ed. Nacional, (col. Brasileiras, vol. 9), 1976, 304 p.

_____. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, Bahia: 1894

ROMERO, Silva. *História da Literatura brasileira*. Rio de Janeiro. J. Olympio, 1943.

ROMERO, S. *Compêndio de historia da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

SANSONE, L. *Cor, classe e modernidade*. In: (org.) Rio de Janeiro: Estudos afro-asiático, nº23, 1992.

_____. *Não-trabalho, consumo e identidade negra: uma comparação entre Rio e Salvador*. In: MAGGIE & REZENDE, C. B. (orgs) *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 155-185.

SANTOS, G. A. *Mulher negra, homem branco*. Pallas, 2003

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930* ; São Paulo : Companhia das Letras, 1993. 250 p.

SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Editora 34, 204 p. 2000.

SILVA, P. B. G., e BARBOSA, L. M. de A. *O pensamento negro em educação no Brasil*. São Carlos: EdUFSCAR, 1997.

SILVÉRIO, V. R. *Raça e racismo na virada do milênio: os novos contornos da racialização*. Campinas: UNICAMP, 1999. (tese de doutorado).

_____. *Políticas raciais compensatórias: o dilema brasileiro do século XXI*. Budapeste: Annual Meeting of Law and Society Association, 2001.

_____. SILVA, P. B. G., e BARBOSA, L. M. de A (orgs.) *De preto a afrodescendente*. São Carlos: EdUFSCAR, 2004.

SKIDMORE, T. E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*; tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 332 p.

SOUZA, Jessé de. *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

PINTO, R. P. *O movimento negro em São Paulo: Luta e identidade*. São Paulo: FFLCH-USP (tese de doutorado), 1993.

VECCHI, R. *Seja moderno, seja brutal: a loucura como profecia da história em Lima Barreto*. In: HARDMAN, F. F. (org.) *Morte e progresso: Cultura brasileira como apagamento de rastros*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, p. 111-124, 1998.